



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA:
ANÁLISE DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1953-1966)

SARI POSSARI DOS SANTOS

PORTO VELHO - RO
2014



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA:
ANÁLISE DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1953-1966)

SARI POSSARI DOS SANTOS

Prof. Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello
(Orientador)

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

PORTO VELHO - RO
2014

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S237d

Santos, Sari Possari dos.

Desenvolvimento em Rondônia: análise do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953-1966) / Sari Possari dos Santos. Porto Velho, 2014.
103 folhas. : il.

Orientador: Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

1. Desenvolvimento. 2. Amazônia. 3. PVEA. 4. Rondônia. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU: 504(811.1)

Bibliotecária responsável: Eliane Gemaque CRB-11/549

SARI POSSARI DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA:
ANÁLISE DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1953-1966)

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello
(Orientador – PGDRA/UNIR)

Prof. Dra. Arneide Bandeira Cemin
(PGDRA/UNIR)

Prof. Dr. Valdir Aparecido de Souza
(Departamento de História/UNIR)

Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
(PGDRA/UNIR)

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

RESULTADO: **APROVADA.**

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Romário e Inês,
e minha irmã, Sami, pelo
carinho, apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos às pessoas que ofereceram seu apoio e compartilharam parte de seus conhecimentos as temáticas tratadas neste trabalho, tornando este estudo possível. Sendo assim, agradeço ao meu orientador, Antônio Cláudio Barbosa Rabello, pela paciência e dedicação aos seus orientandos na trajetória de construção da pesquisa. Neste ensejo, agradeço ao professor Vinícius Valentin Raduan Miguel, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pelas contribuições prestadas no decorrer da produção do projeto que deu suporte a este trabalho. Agradeço também aos membros da banca examinadora, Arneide Bandeira Cemin e Valdir Aparecido de Souza pela percuciente análise elaborada sobre o trabalho e cujas críticas vieram acrescentar no aperfeiçoamento deste.

Quero também prestar meus agradecimentos aos funcionários da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em especial aos servidores da Biblioteca Inocência Machado Coelho, pela simpatia e disponibilidade com que abriram a porta desta instituição para esta pesquisadora tivesse acesso ao seu precioso acervo. No mesmo sentido, ressalto também meus agradecimentos aos servidores do Centro de Documentação vinculado a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia (SECEL-RO).

Não poderia deixar de expressar minha gratidão a Danilo de Araújo Fernandes, Professor Doutor da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Wesley Pereira de Oliveira, doutorando da Universidade Federal de Brasília (UNB), a Nilson de Almeida Araújo, Professor Doutor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Pedro Cassiano, doutorando em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esses pesquisadores, alguns deles sem mesmo conhecer pessoalmente a autora, dedicaram seu tempo e conhecimento para corrigir, criticar e sanar as confusões sobre a temática estudada. Sem dúvida suas contribuições foram fundamentais para elaboração deste estudo, estando eles, contudo, isentos da responsabilidade sobre as ideias aqui expressas.

Por fim, quero agradecer o carinho e o apoio prestados pelos professores, pelos colegas de mestrado e pelos componentes do Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental (LABOGEOPA) durante os anos de dedicação ao estudo aqui apresentado.

"Quem controla o passado,
controla o futuro. Quem controla o
presente, controla o passado".
(George Orwell)

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade tratar o processo de formação política e social da Amazônia brasileira. Profundamente vinculada a decadente economia extrativista da borracha, a região foi alvo de intensas críticas que a descreviam como uma região inabitada, de grande potencial econômico primário, mas limitador para o pleno desenvolvimento econômico nacional. Neste aspecto, o governo federal buscou intervir, elaborando políticas de colonização que visassem estimular o crescimento e diversificação da economia local. Neste trabalho realizamos uma breve revisão histórica sobre o tema, tratando particularmente o projeto de desenvolvimento elaborado para a região durante a década de 1950, que consiste no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA). Ressaltamos que o propósito deste estudo não é tratar genericamente as questões pertinentes ao plano, mas principalmente os identificar os interesses envolvidos e debatidos na construção deste projeto, principalmente as metas elaboradas para o Território Federal de Rondônia. Os conflitos que então perpassam o plano serão visto como indicativo das tensões entre interesses econômicos dominantes em nível nacional e regional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Amazônia; PVEA; burguesia regional; Rondônia.

ABSTRACT

The present study aims to do a reflection about Brazilian Amazon political and social formation. Deeply linked to the declined extractive economy rubber, this region was targeted of intense reviews which ones describes it as a uninhabited region, of great primary economic potential, but limiter for but obstacle to the full national economic development. In this aspect, the federal government sought to intervene, developing colonization policies that that were intended to stimulate the growth and diversification of the local economy. This work presents a brief historical review about this topic, particularly addressing the development project prepared for the region during the 1950s, which consists on the Amazon Economic Recovery Plan (PVEA), mainly the goals prepared to Rondonia Federal Territory. We emphasize that the purpose of this study is not treat generically the issues relevant to this plan, but rather identify the interests involved and discussed the construction of this project. Conflicts which then permeate the plan are going to be seen as indicative of the tensions between dominant economic interests at national and regional levels.

KEY-WORDS: Development; Amazon; PVEA; regional bourgeoisie; Rondônia.

LISTA DE SIGLAS

BCA – Banco de Crédito da Amazônia
BCB – Banco de Crédito da Borracha
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia
CEDB – Comissão Executiva de Defesa da Borracha
CDI – Comissão de Desenvolvimento Industrial
CEDOC – Centro de Documentação
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CMBEU – Comissão Mista Brasil - Estados Unidos
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
EFMM – Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
ESG – Escola Superior de Guerra
IAN – Instituto Agrônomo do Norte
IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SECEL-RO - Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
SNAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto Pará
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. (DES)CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO	23
1.1. Uma opção política de crescimento econômico	
1.2. Estado, partidos e disputa de interesses	
2. PLANEJANDO O DESENVOLVIMENTO	35
2.1. O desenvolvimento econômico brasileiro (1930-1967)	
2.2. As agências do desenvolvimento	
3. PREÂMBULO DO DESENVOLVIMENTO PLANEJADO PARA A AMAZÔNIA	32
3.1. A supremacia da borracha: antecedentes do PVEA	
3.2. O debate sobre a criação do PVEA	
3.3. O PVEA: metas e estrutura administrativa	
3.4. A proposta de desenvolvimento presente no PVEA	
3.5. O PVEA e o Plano de Metas	
4. A VALORIZAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA	56
4.1. O desenvolvimento de Rondônia	
4.2. O projeto para Rondônia	
4.3. O regional desenvolvimentismo	
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	76
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

A formação histórico-social da Amazônia brasileira é marcada por diversas intervenções promovidas pelo Estado, as quais acompanham momentos de ascensão e queda da economia regional. Em geral, estas intervenções reivindicavam a necessidade de se promover o “desenvolvimento” amazônico, entendido então como melhora do seu desempenho econômico e integração/adaptação política, econômica e social da região ao restante do país.

Neste estudo trabalharemos especificamente o projeto de desenvolvimento apresentado no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), criado para reestimular a economia local, então prejudicada pela estagnação da produção de borracha natural. Durante seu período de execução (1953-1966), o PVEA buscou diversificar a economia amazônica, através da inserção de outras atividades produtivas, como a agricultura e a pecuária. Embora tenha vigorado por treze anos, este plano não conseguiu promover grandes iniciativas na região. Na década de 1960 seus administradores foram alvos de intensas críticas e investigações que alegavam a ocorrência de corrupção e má gestão dos recursos destinados ao Plano. Não obstante, por se tratar de uma das primeiras propostas concretas de planejamento regional, o PVEA destacou-se por contribuir na definição das diretrizes apresentadas pelas políticas de desenvolvimento da Amazônia que a seguiram (BRITO, 2001; D'ARAÚJO, 1992; MAHAR, 1978).

Para compreender mais a fundo a proposta de desenvolvimento elaborada pelo PVEA, optou-se por uma análise sustentada pelos pressupostos do materialismo histórico dialético, ou seja, o estudo das contradições inerentes ao contexto político, social e histórico do período estudado. Partiremos da percepção de que o PVEA foi uma política de desenvolvimento, ou seja, uma política pública, produto do Estado. O Estado, por sua vez, não será compreendido como uma via unilateral de interesses, mas como fruto do embate entre diversas classes ou frações de classes que almejam fazer prevalecer seus anseios (MENDONÇA, 1998). Sendo assim, este trabalho terá como objetivo analisar os objetivos e metas traçadas no PVEA, compreendendo a proposta de desenvolvimento apresentada no plano como produto da disputa de interesses entre diferentes classes sociais. Dado a dificuldade de compreender os efeitos dessas disputas sobre todos os Estados e Territórios amazônicos, concentraremos nossa análise sobre o papel delimitado para o Território Federal de Rondônia e o entendimento deste pelos dos grupos locais.

As informações apresentadas neste estudo fundamentam-se nos dados coletados junto ao acervo da Biblioteca Inocêncio Machado Coelho, localizada em Belém-PA. Devido à distância da referida instituição e o escasso tempo para realização da coleta dos dados, foram estabelecidos alguns contatos prévios, pelos quais foi solicitada uma consulta do material disponível referente ao tema de estudo (*cf. anexo B*). Para melhor aproveitamento do tempo reservado para a coleta dos dados, realizamos uma pré-seleção dos documentos disponíveis naquele órgão, e solicitamos o uso de equipamentos fotográficos (*cf. anexo A*). Logo, do total de cento e cinquenta e oito peças do acervo da SUDAM relativos às atividades da SPVEA, foram consultadas e fotografadas quarenta e quatro documentos (*cf. apêndice A e C*).

Também foram utilizadas neste trabalho, matérias selecionadas entre as mil quinhentas e noventa e seis publicações do jornal Alto Madeira acessadas no Centro de Documentação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia (CEDOC/SECEL-RO), em Porto Velho – RO, durante as atividades de iniciação científica (*cf. apêndice B*). Incluem-se ainda reflexões construídas por meio de pesquisas anteriores¹, pelos quais tiramos a ideia para elaboração deste trabalho, e meditações a respeito da temática apresentadas em simpósios de cunho nacional, como o VII Simpósio Estado e Poder - Sociedade Civil, realizado em agosto de 2012 em Uberlândia-MG².

¹ Cf. SANTOS, 2011.

² Cf. SANTOS, 2012.

1. (DES)CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO

Qualquer exercício na tentativa de compreender as políticas de desenvolvimento elaboradas para a Amazônia passa, necessariamente, por situar o próprio conceito. É preciso que busquemos esclarecer, portanto, sobre qual definição de desenvolvimento estamos utilizando e o que entendemos por isso. Para isso, buscaremos elucidar como este conceito foi construído. E ao fazermos uma breve revisão de sua elaboração, das disputas em torno da definição e da hegemonização de um dado viés interpretativo, advertiremos quanto ao seu caráter político-ideológico. A interpretação da construção e das disputas em torno da definição sobre o caráter do desenvolvimento esperado para o Brasil e para a Amazônia, de forma particular, será fundamentada a partir da elaboração teórica de Antonio Gramsci.

1.1. Uma opção política de crescimento econômico

O vocábulo “desenvolvimento”, hoje tão comumente aplicado a diversas situações como se tivesse uma fácil definição, permanece ainda como um signo, cujo significado continua em disputa. Não basta recorrer a um dicionário de sinônimos para defini-lo, pois é mais do que um simples verbete, mas objeto político, em torno do qual, existem conflitos. Bakhtin (1990) afirmava que um signo e seu significado são sensíveis à luta de classes, devendo ser compreendidos em sua totalidade social.

Bakhtin considerava que a enunciação não pode ser separada do processo enunciativo. O texto, e em nosso caso, a definição sobre o desenvolvimento, só pode ser apreendido em seu contexto social e histórico. Inserir a construção do conceito historicamente significa, portanto, situá-la em uma sociedade dividida em classes e suas frações com visões de mundo diferentes, conflitantes e, por vezes, antagônicas. O signo seria, por conseguinte, um lugar privilegiado da luta de classes. O uso da língua é capaz de produzir discursos ideologicamente opostos a partir de um mesmo sistema de linguagem.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (BAKHTIN, 1990, p. 36).

Se todo signo é forjado historicamente na luta de classes ele pode, historicamente, também em função das disputas entre classes e frações de classe, pode ter seu significado

alterado pelo devir histórico. Vejamos então algumas disputas em torno da definição sobre a ideia de desenvolvimento que se tornaria hegemônica no Brasil.

A primeira aplicação ocorreu em trabalhos científicos de biologia para designar organismos geneticamente bem formados. Posteriormente foi incorporado por estudiosos das ciências sociais e econômicas para aludir a processos de mudança social, utilizado, portanto, como sinônimo de evolução (ESTEVA, 2002; FERREIRA, 1993). Não obstante, o termo ganhava destaque ao ser trabalhado dentro das teorias econômicas, enquanto sinônimo de crescimento econômico. Foi com esta acepção que o termo passou a ser adotado nas políticas governamentais, transformando-se de teoria em noção política (THEODORO, 2004).

Os primeiros debates políticos sobre a concepção de desenvolvimento foram diretamente influenciados pelo advento da Guerra Fria. Por um lado, colocava-se a proposta socialista, a qual defendia políticas de estatização, socialização dos meios de produção e centralização das decisões pelo Estado, compreendendo que a evolução das forças produtivas na sociedade seria determinada pelas seguintes etapas: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e sua conseqüente superação pela proposta socialista³. Um outra definição, de cunho capitalista, objetivava a contenção da proposta socialista e o acúmulo contínuo de riquezas segundo seu próprio modelo produtivo. Para consolidar a superioridade desta proposta, o governo norte-americano elaborou uma campanha política global, conhecida como *Point Four Program*. Nesta ocasião usou-se pela primeira vez a expressão “subdesenvolvimento” para salientar a situação de inferioridade de milhares de pessoas e ratificar a superioridade do modelo norte-americano (ENRÍQUEZ, 2010; ESCOBAR, 1984-85; ESTEVA, 2002; THEODORO, 2004).

No que pese as divergências políticas e ideológicas dessas duas propostas, cabe destacar que ambas apresentam uma mesma alternativa para se alcançar os ideais de desenvolvimento pretendidos: *a industrialização*. Logo, tanto a proposta socialista, defendida pela direção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como a proposta capitalista, apresentada pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, prevaleciam o entendimento que o desenvolvimento só seria alcançado pelas constantes descobertas na área tecnológica e correspondente avanço do setor industrial. Nesse aspecto, as “teorias do desenvolvimento” que surgiram neste contexto seriam responsáveis por dar subsídios à aplicação das propostas de desenvolvimento nos anos subsequentes.

³ Observe-se nessa tese um elevado grau de eurocentrismo.

Uma das mais influentes formulações teóricas sobre o desenvolvimento neste período consistiu na Teoria das Etapas do Crescimento Econômico criada por Walt Whitman Rostow no início dos anos 1950. Esta teoria procurava oferecer uma análise alternativa à interpretação marxista-leninista, apresentando como parâmetro cinco etapas alternativas de desenvolvimento. Segundo o autor, o comportamento dos setores produtivos dentro de cada uma das etapas de desenvolvimento projetava-se a partir da observação da oferta e da procura, o que definia o mercado como o regulador das etapas do desenvolvimento.

Ao examinar os grandes lineamentos de cada etapa de desenvolvimento, estamos então estudando, não simplesmente a estrutura de cada setor das economias, para ver como é que elas se transformam para crescer, e como cresceram, mas igualmente uma série de opções estratégicas feitas por várias sociedades, referentes ao emprego a dar a seus recursos, que incluem, porém transcendem, as elasticidades-renda e as elasticidades-preço da procura (ROSTOW, 1978, p. 30).

A primeira dessas etapas seria a *sociedade tradicional*, caracterizada pelo escasso emprego da ciência e da tecnologia e uma produção voltada à agricultura. A *pré-condição para o arranco*, seria um período de transição onde começam a serem adotados recursos da ciência moderna na produção agrícola e industrial com o apoio de alguns países já desenvolvidos. O *arranco* é o momento em que já ocorre a acumulação de capital social fixo e as concepções da ciência moderna expandem e passam a ser empregadas em larga escala pela sociedade, contribuindo especialmente para a expansão do setor industrial e, conseqüentemente, para o crescimento das áreas urbanas, o aumento da renda dos trabalhadores urbanos, a ampliação da nova classe empresarial (industriais), o surgimento de novos métodos de produção e a maior exploração dos recursos naturais. Em seguida ocorre a *marcha para a maturidade*. Nessa etapa surgem novas indústrias e a autossuficiência produtiva e tecnológica do país proporciona sua participação no comércio internacional. Por fim chega-se a *era do consumo de massas*, quando a elevada situação da renda *per capita* no país, proporciona um padrão melhor de vida para a maioria dos consumidores. Neste contexto, preocupações com a expansão tecnológica cedem lugar a questões de assistência social, fortalecendo o surgimento do *Welfare State* (ROSTOW, 1978).

Outra proposição sobre o desenvolvimento que teve grande repercussão sobre as políticas regionais foi a Teoria dos Polos de Crescimento, elaborada por François Perroux em 1955. Segundo esta premissa, o crescimento não surge em todas as partes e ao mesmo tempo, mas manifesta-se através de polos de desenvolvimento, com intensidades variáveis (PERROUX, 1977). Os polos de crescimento consistem em áreas de grande concentração de atividades econômicas interdependentes que exercem influência no ritmo de

desenvolvimento, gerando mudanças em outros sistemas e/ou espaços, como nos grupos de fornecedores de suas matérias primas, ou revendedores de suas mercadorias. A peça chave para o crescimento econômico dessas áreas consiste na indústria motriz, a indústria responsável por impulsionar toda a economia, podendo gerar efeitos desestabilizadores tanto positivos quanto negativos sobre os demais setores industriais (indústrias movidas) e regiões dependentes. Em outras palavras, a indústria motriz seria capaz de impulsionar tanto o processo de acumulação de riquezas, como poderia suscitar desperdícios e conflitos entre espaços (regiões) politicamente distintos dentro de um mesmo Estado Nacional, prejudicando o desenvolvimento dessas regiões. A ideia da indústria como principal elemento impulsionador do processo de desenvolvimento, não eliminaria o potencial desestabilizador de outras atividades econômicas. Em sua análise, os investimentos na extração de recursos naturais de larga escala também podem exercer o papel de indústria motriz, promovendo o surgimento de um novo polo de crescimento, desde que realizadas as devidas mudanças estruturais necessárias (ENRÍQUEZ, 2010, LIMA e SIMÕES, 2009).

Segundo Perroux (1977, p. 151), “(...) todo equilíbrio *econômico* dinâmico liga-se a um equilíbrio *social* dinâmico (...)”, repercutindo um sobre o outro. Ou seja, toda inovação no funcionamento da economia provocaria mudanças na estrutura econômica, em suas funções técnicas e econômicas e instituições jurídicas e políticas. Logo, para que ocorra o desenvolvimento, seria preciso investir também em mecanismos que promovessem transformações estruturais na sociedade analisada, estimulando, por exemplo, a propensão à poupança, ao investimento, ao trabalho, à inovação, etc. Portanto, além de estimular o desempenho econômico, o polo de desenvolvimento (representado pela indústria motriz) e as políticas de desenvolvimento regional também seriam responsáveis por introduzir inovações de cunho técnico, organizacional e/ou sociopolítico. O desenvolvimento, por sua vez, seria o produto do nível de qualidade com que estas inovações interferem sobre a estrutura econômica preexistente. Portanto, se os efeitos forem benéficos, ter-se-á a consolidação deste polo de desenvolvimento. Por outro lado, se os efeitos forem negativos teremos um polo de subdesenvolvimento (ENRÍQUEZ, 2010; LIMA e SIMÕES, 2009).

Outra análise para o que significa ser desenvolvido dava ênfase ao processo de acumulação. Em 1957, Gunnar Myrdal analisava as disparidades econômicas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos e, sobretudo, disparidades de crescimento dentro de um mesmo país. Neste aspecto, Myrdal destacou-se ao ressaltar que o processo de crescimento pode ser produto de múltiplos fatores, não limitados apenas aos aspectos

econômicos, mas incluindo também fatores sociais, como a qualidade da mão de obra e o espírito empreendedor da população de uma determinada região. De acordo com a Teoria do Processo de Causação Circular Cumulativa elaborada por este autor, o processo cumulativo poderia ocorrer em duas direções: positiva e negativa. Em outras palavras, sucede-se uma espécie de círculo vicioso no processo cumulativo desses diferentes países/regiões, pois uma vez inserido um fator negativo nesse processo, ele funcionará como gerador de outros fatores negativos (efeitos regressivos). O mesmo ocorreria com os fatores positivos, que gerariam processos contínuos de crescimento econômico (efeitos propulsores centrífugos). A alternativa proposta por Myrdall seria, portanto, intervenções planejadas do setor público, as quais deveriam estimular o desenvolvimento dos países ou regiões subdesenvolvidas com base nos exemplos dos países industrializados e investimentos em pesquisas científicas (ENRÍQUEZ, 2010; LIMA e SIMÕES, 2009).

Para Myrdal a principal mudança nas políticas adotadas em países subdesenvolvidos é o entendimento comum que os mesmos necessitam de um plano de desenvolvimento e integração nacional. Este plano deve ser concebido como um programa estratégico para intervir nas forças de mercado e desse modo condicioná-la a impulsionar o processo social (LIMA e SIMÕES, 2009, p. 15).

Ainda no mesmo período, e adotando uma visão explicitamente intervencionista, Albert Hirschman construiu a tese sobre o “crescimento desequilibrado”. Em sua análise Hirschman (1977) parte da premissa de que o desenvolvimento não ocorre simultaneamente em toda parte, mas tende a se concentrar-se em seu ponto de origem. A partir deste prisma, defendia que as políticas econômicas deveriam ser planejadas segundo o estabelecimento de estratégias sequenciais de prioridades e de efeitos da aplicação dos recursos em um determinado setor. Nos países e regiões subdesenvolvidas, em particular, existiria mais necessidade desses investimentos, devido aos constantes obstáculos estruturais ali encontrados. Diferente dos autores anteriores, Hirschman não sobrevaloriza a aplicação dos investimentos públicos em setores mais modernos da economia, em especial no setor industrial. Sua análise leva em consideração as particularidades de cada região/país. No caso particular das regiões estagnadas, defende a concessão de uma autonomia relativa a estas por meio de instituições e programas regionais voltados especificamente para o seu desenvolvimento. Neste aspecto, o governo seria o responsável por prover a infraestrutura social necessária para estimular as atividades produtivas (LIMA e SIMÕES, 2009).

Sob os auspícios de uma política colaboracionista norte-americana, os pressupostos teóricos elaborados por Rostow (em 1959), Perroux (em 1955), Myrdall (em 1957) e

Hirschman (em 1958) foram incorporados aos discursos para manejar política, econômica e culturalmente as ditas nações “subdesenvolvidas”. Suscitou, por meio de tais teorias, que o caminho para o desenvolvimento deveria respaldar-se por meio de investimentos estatais em setores produtivos que estimulariam na região o acúmulo de capital e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Respaldo pelo critério “científico”, o conceito de desenvolvimento norte-americano se infiltrou assim nas agências internacionais, universidades, fundações e centros de pesquisa servindo para consolidar a compreensão de que existiria apenas um único caminho possível de desenvolvimento, o capitalista, cujo principal objetivo versa sobre a busca incessante pelo lucro. A partir deste prisma foram criadas e justificadas uma enorme quantidade de intervenções sobre os países “subdesenvolvidos”.

Ao lado da preocupação humanitária e da aparência positiva da nova estratégia, formas novas de poder e controle, mais sutis e refinadas, foram colocadas em ação. Os países pobres tornaram-se o alvo de práticas muito mais sofisticadas, de uma variedade de programas dos quais parecia ser impossível escapar (ESCOBAR, 1984-85, p. 9).

No Brasil, a proposta de desenvolvimento foi amplamente difundida segundo as orientações da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), instituição criada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, com o intuito de estudar as causas do “subdesenvolvimento” e buscar alternativas que promovessem o desenvolvimento econômico desses países. Orientando-se sobre o princípio de incentivo à substituição de importação e da valorização da indústria como principal meio de superação da situação de pobreza em que se encontravam os países latino-americanos, a CEPAL contribuiu enormemente para os projetos de desenvolvimento que foram elaborados no país durante as décadas de 1950 e 1960. Sob um viés estritamente econômico, a teoria cepalina caracterizava-se por elaborar análises de perspectivas histórico-estruturalistas, pautada no exame minucioso das relações desiguais entre países produtores primários e países produtores manufaturados (BONENTE, 2009; COLISTETE, 2001; ENRÍQUEZ, 2010; THEODORO, 2004).

Um dos principais expoentes da teoria cepalina no Brasil foi Celso Furtado (1977). Segundo a análise deste autor, o fator crucial para impulsionar o processo de desenvolvimento era a apropriação de excedentes de produção por um grupo minoritário de uma determinada sociedade. Este grupo seria responsável por transformar esse excedente em capacidade produtiva. Ou seja, para Furtado (1977) o desenvolvimento seria determinado pela forma de emprego do excedente de produção e a posição social do grupo que dele se apropria. Não obstante, uma vez alcançado o desenvolvimento, o mesmo coloca-se como irreversível, pois

ainda que ocorresse a redução da produtividade em um país, não seria possível um retrocesso técnico. Portanto, Furtado (1977) também parte da premissa de que o desenvolvimento coincide com o avanço tecnológico ou, melhor dizendo, com expansão industrial. E, por isso, seria a falta de consciência sobre o fenômeno do desenvolvimento que resultaria na lentidão das modificações estruturais necessárias para se alcançar o progresso econômico.

Por volta da década de 1960, outras conjecturas foram criadas para explicar as razões do atraso das economias latino-americanas, as quais passaram a ser chamadas de “teorias da dependência”. Estas reflexões teóricas caracterizavam-se por tentar explicar a natureza dependente desses países, com base nas características do desenvolvimento socioeconômico de 1930-45. Entre os principais nomes que contribuíram para esta análise destacam-se Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Francisco de Oliveira. Para a maioria desses autores, o subdesenvolvimento seria o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, que produzia tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. Ao contrário da grande maioria das teorias anteriores, esses autores questionavam o papel da industrialização enquanto solução para as desigualdades políticas e sociais. Um ponto chave desses estudos consistiu na análise das formas de apropriação/controlado do excedente econômico gerado nas regiões dependentes (BONENTE, 2009; ENRÍQUEZ, 2010).

Não obstante, cabe salientar que esta escola não é homogênea, sendo formada por quatro blocos distintos: os críticos da teoria cepalina; os neomarxistas; os que vêem o desenvolvimento como um caminho possível, sem recorrer a alternativa socialista; e os não marxistas (ENRIQUEZ, 2010). Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981), por exemplo, construíram uma abordagem do desenvolvimento somando a perspectiva econômica e sociológica, ou seja, elaboraram uma análise das condições e efeitos sociais do sistema econômico que incluía esquemas econômicos que possibilitassem explicar a transição das sociedades tradicionais para as modernas. Para os autores, a situação de subdesenvolvimento fundamentava-se sobre a relação dicotômica entre periferia *versus* centro, a qual se dava, no plano político-social, na forma de “dependência” ou submissão, expresso por um tipo de dominação resultante do modo de se orientar e agir dos diferentes grupos sociais no sistema econômico.

Francisco de Oliveira (2003), por sua vez, procura fugir da fundamentação dualista, percebendo uma interdependência entre esses distintos setores, ou seja, para este autor esses “mundos” (o centro e a periferia) são compreendidos como uma coisa só. Oliveira (2003)

descarta a possibilidade de um “declínio” das desigualdades econômicas e sociais no Brasil, pois para ele o sistema não demonstra uma tendência à redistribuição dos lucros. Segundo Oliveira (2003), o país possui na sua formação histórico-econômica uma relação de desigualdade tão acentuada no campo como quanto na cidade, o que já o distingue consideravelmente dos países centrais. Por outro lado, no Brasil há um escasso poder de barganha da classe trabalhadora, uma vez que a reserva de força de trabalho no país era demasiadamente elevada, tendo contribuído para ampliar a industrialização. Por conseguinte, foi com base na superexploração da classe trabalhadora do campo, onde não havia salário mínimo legalmente estabelecido, que se manteve o barateamento da reprodução da classe trabalhadora urbana no período de 1930 a 1980.

Como pudemos verificar foram inúmeras as tentativas de determinar o que era o desenvolvimento e os caminhos possíveis para alcançá-lo. As teorias criadas entre as décadas de 1940 e 1960 buscaram fundamentar projetos políticos, que se preocuparam essencialmente em criar estratégias que garantissem o rápido desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil. Sem se preocuparem com as consequências adversas que poderiam ser promovidas por esse processo, estas políticas priorizaram as propostas diretas de expansão do setor industrial, apresentando uma defesa clara do ideal de acumulação de riquezas (BONENTE, 2009; UDERMAN, 2008).

1.2. Estado, partidos e disputa de interesses

Mencionamos anteriormente uma série de teorias sobre o desenvolvimento que foram determinantes para a produção de políticas de crescimento econômico no período de estudo. Suscitamos também que estas políticas econômicas partiam de predefinições sobre o desenvolvimento, que não se mostravam enquanto opções, mas, de fato culminavam por representar interesses políticos e econômicos que elegiam o setor industrial como aquele responsável por promover o desenvolvimento. A principal questão está em compreender a quem este opção de desenvolvimento econômico poderia beneficiar. Para respondê-la é necessário resgatar a discussão sobre o Estado, instituição responsável por impor tais percepções, incorporando-as aos projetos governamentais.

Por Estado não se entende meramente a reunião de um aglomerado de pessoas (povo) sobre um mesmo território físico, estruturado sob um poder supremo, muito menos uma

entidade capaz de exercer a violência legítima (MIRANDA, 2000; WEBER, 1982). A aceção de Estado que defendemos neste trabalho está vinculada aos pressupostos do materialismo histórico dialético e, portanto, dissociada de sua apreciação enquanto um organismo neutro e imparcial, mas sim como uma instância conduzida por uma visão de mundo em particular, e nem por isso definida de forma unilateral (MENDONÇA, 1996; 1998).

Ao compreendermos teoricamente o Estado em seu sentido ampliado, como propõe Antonio Gramsci, pressupomos a sua composição por duas instâncias permanentemente inter-relacionadas: a Sociedade Política e a Sociedade Civil. A primeira abrange o conjunto dos aparelhos repressivos, possui o monopólio da violência legítima, a burocracia executiva e policial-militar, ou seja, o conjunto dos instrumentos utilizados para exercer a coerção. A segunda, por sua vez, remete a ideia de consenso, sendo composta pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, conhecidos como aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, 1989). Portanto, o Estado Ampliado é composto por dois momentos, consenso e coerção, sob os quais se estabelece a disputa pelo centro efetivo de dominação política.

(...) pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2006a, p.20-21).

Para se chegar ao centro efetivo de dominação, é necessário que se alcance o que Gramsci (2006ab) denomina de Hegemonia, ou seja, a capacidade de um grupo reivindicar para si a direção política de diferentes classes ou frações de classes, sem a necessidade de aplicação da força, mas pelo simples “equilíbrio de compromisso”, ou seja, estabelecendo um consenso entre os interesses dos diversos grupos que irão compor o Bloco Histórico sobre o qual este se tornaria dirigente (BUCI-GLUCKSMANN, 1990; GRUPPI, 1980). É necessário ressaltar que a Hegemonia não se limita a mera direção política e econômica, mas deve ser levada em consideração também o aspecto cultural, ou seja, o conjunto de impressões, perspectivas e concepções de uma determinada classe social deve ser incorporado pelos diversos agentes em disputa. Somente após a conquista expressiva dos Aparelhos Privados de Hegemonia é que a Hegemonia cultural poderá se converter em Hegemonia política, sendo capaz de conduzir os demais grupos presentes na sociedade. Ou seja, uma classe deve ser dirigente em relação às classes aliadas e dominante em relação às classes adversárias.

Portanto, ela deve ser dirigente antes de tomar o poder e ao fazê-lo, ao tornar-se dominante politicamente, associar as duas características. Sem consolidar uma direção ideológica, fica inviável a classe exercer a hegemonia política, limitando-se apenas a dominação, portanto, sendo preciso recorrer ao poder coercitivo do Estado, o uso da força (BUCI-GLUCKSMANN, 1990; ALVES, 2010).

(...) no caso de uma hegemonia vitoriosa, uma classe faz avançar o conjunto da sociedade (função nacional). Sua “atração” sobre as classes aliadas (e mesmo inimigas) não é passiva, e sim ativa. Não somente ela não depende de simples mecanismos coercitivos administrativos de opressão, como também não se esgota em “mecanismos de imposição ideológica, submissão ideológica” (Althusser) ou de legitimação por uma violência simbólica (Bourdieu) (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 80).

Para que se alcance a Hegemonia, Gramsci (2006a) também destaca o papel fundamental do intelectual. O intelectual italiano parte da premissa de que não existe trabalho puramente físico. Pelo contrario, até mesmo a mais mecânica e degradada das atividades exigiria um mínimo de qualificação técnica, ou seja, atividade intelectual criadora. Por outro lado ao considerar a função social da categoria de intelectuais enquanto atividade profissional específica, Gramsci (2006a) distingui-os entre dois grupos distintos. O primeiro grupo seria o dos intelectuais tradicionais, aquela categoria que precede o próprio modo capitalista de produção e que por sua ininterrupta condição histórica e qualificação, consideram-se autônomos e independentes do grupo social dominante, mas que frequentemente coloca-se como porta-voz desse grupo. Por outro lado, existem os intelectuais orgânicos, categoria que emerge com o avanço industrial, sendo composta de profissionais de diversas formações os quais se destacam por expressarem diretamente a visão de uma determinada classe e seus interesses.

Portanto, todo grupo social cria para si sua própria camada de intelectuais, tidos como orgânicos, que lhe proporcionaram a unidade enquanto classe e a consciência de sua função em diferentes aspectos sejam eles: econômicos, sociais ou políticos. Esta camada de intelectuais é responsável por impulsionar o exercício crítico/intelectual que já é inerente em cada indivíduo direcionando-o segundo os princípios do próprio grupo ao qual ele pertence, estimulando a formação de uma vontade coletiva (GRAMSCI, 2006a). O responsável pela formação dessa vontade coletiva é o Partido Político ou, como Gramsci (2006b) denomina, o Moderno Príncipe. Diante de um processo de transformação da sociedade caberá a ele elaborar seus próprios intelectuais políticos em vias da tomada de uma consciência de classe e construção de uma nova hegemonia (BUCI-GLUCKSMANN, 1990).

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2006b, p.16).

O Estado é, portanto, fruto de intensas correlações de forças e disputa entre classes sociais para fazer valer seus próprios interesses. Dessa forma, ele próprio se torna um elemento em disputa pelos grupos que tentam fazer prevalecer sua visão de mundo, ou seja, alcançar a hegemonia. Não sendo este uma instituição neutra e imparcial, podemos considerar que subjacente às políticas governamentais que propõe a estimular o crescimento econômico do Brasil e, principalmente, da Amazônia, encontra-se um projeto consistente de um grupo de tentar fazer prevalecer suas percepções sobre o modelo de desenvolvimento mais adequado. Este projeto não se deu de forma unilateral, mas através de intensas disputas entre diferentes classes e frações de classes nacionais. Para que sua visão de mundo se torne hegemônica estas classes ou suas frações deverão, portanto, conquistar a adesão de outros setores. (GRAMSCI, 2006a).

Neste estudo pretende-se demonstrar não apenas de que forma se deu a construção das propostas de desenvolvimento predominantes no período de 1953 e 1966 na Amazônia brasileira (com especial destaque para o Território Federal de Rondônia), mas a que grupos estas propostas pretendiam privilegiar, quais as classes ou frações de classes organizavam-se em torno do projeto político elaborado para a região e qual delas conseguiu fazer-se vencedora, conseguindo fazer prevalecer sua própria visão de mundo.

2. PLANEJANDO O DESENVOLVIMENTO

O fim da Segunda Grande Guerra e o início da Guerra Fria produziram a incorporação das questões do desempenho econômico nos debates acerca do desenvolvimento, sobretudo nos países classificados como subdesenvolvidos. O planejamento econômico passava a ser a ferramenta para solucionar ou propor os passos a serem seguidos rumo ao desenvolvimento que se propunha, como um instrumento suplementar para introdução de projetos econômicos (ESCOBAR, 2002; MINDLIN, 1970).

O primeiro país a adotar o planejamento econômico foi a União Soviética, ainda em 1929, enquanto *modus operandi* necessário para determinação das prioridades, investimentos e precificações dentro de uma economia centralizada. Enquanto nas economias liberais esse instrumento era dispensável, visto que o preço era definido pelo custo de produção e reserva de produtos disponíveis no mercado, na experiência socialista o papel da “mão livre do mercado” era exercido por uma Comissão Central de Planejamento. Os países capitalistas só passaram a adotar o planejamento ao se depararem com a necessidade de atingir determinados objetivos econômicos, sobretudo relativos à superação da crise econômica da década de 1930. As medidas adotadas no pós-1929 pelos países afetados pela crise econômica, o planejamento poderia ocorrer em diferentes escalas – global (nacional) ou regional. No caso do planejamento global, ou seja, aquele que visava dar respostas, de forma mais ampla, ao desenvolvimento da economia de um país, eram privilegiados os programas de investimento público em setores classificados como estratégicos para a economia nacional, que visavam corrigir distorções do sistema de preços, indicando o melhor caminho para o desenvolvimento econômico (MINDLIN, 1970).

Geralmente apresentado como científico, neutro e, por isso, desejável, o planejamento contribuiu para legitimar as políticas de desenvolvimento elaboradas pelo poder público a partir da década de 1940. Essa ideia teve ampla aceitação pelas classes dominantes latinoamericanas, amparadas pela ajuda velada de organizações internacionais que visavam estabelecer as condições necessárias para a produção capitalista (ESCOBAR, 2002). Não obstante essa falsa carcaça de neutralidade, o planejamento não está isento das percepções ideológicas defendidas pelos planejadores, verdadeiros intelectuais orgânicos do grupo hegemônico.

Práticas institucionais como o planejamento e implementação de projetos (...) dão a impressão de que as políticas são fruto de atos racionais e isolados, e não de um processo de aceitação de interesses conflitantes, um processo no qual fazem-se escolhas, efetuam-se exclusões, e impõem-se visões do mundo. Existe uma aparente neutralidade quando se define pessoas [ou regiões] como “problemas”, até o momento em que nos damos conta de que essa definição de “problema” foi elaborada em Washington, ou em alguma outra capital do Terceiro Mundo, e (...) que os problemas são apresentados de tal maneira que a única forma possível e legítima de resolvê-los é a aceitação de algum tipo de programa para o desenvolvimento (ESCOBAR, 2002, p. 222).

Portanto, é preciso considerar que enquanto produto de um contexto histórico e cultural específico, o planejamento expõe as marcas da visão de mundo predominante neste contexto, seguindo as orientações da teoria de desenvolvimento considerada mais adequada aos ideais do grupo dominante e, por conseguinte, contribuindo para desqualificar características importantes de certas sociedades, procurando padronizá-la segundo o modelo “único” de desenvolvimento almejado através de consideráveis mudanças sociais (ESCOBAR, 2002).

Neste capítulo trabalharemos os planos de desenvolvimento elaborados para o Brasil (planejamento global) durante o período de 1930 e 1960. Tentaremos elucidar quais eram os interesses pertinentes aos projetos executados e de que forma estes contribuíram para remodelar o contexto político, cultural, econômico e social do país e da Amazônia brasileira, estabelecendo as primeiras diretrizes a serem contempladas pelo planejamento regional.

2.1. O desenvolvimento econômico brasileiro (1930-1967)

No decorrer do século XX, as políticas de desenvolvimento econômico nacional estiveram estritamente relacionadas com a expansão do parque industrial doméstico. Isto só foi possível devido aos desdobramentos políticos e econômicos ocorridos no país a partir da década de 1930. Anteriormente, a maior parte da produção brasileira estava associada à cafeicultura, da qual os Estados Unidos era o principal importador. A quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 contribuiu para colocar em xeque a produção brasileira de café, que já se encontrava relativamente abalada pelo crescente excedente produtivo (PIERUCCI et al., 2007). Além disso, tratou-se de um período de um crescente descontentamento social contra o regime oligárquico, marcado pelas manifestações tenentistas, pela crescente organização da classe trabalhadora sob influência de grupos anarquistas e comunistas e, até mesmo, por cisões internas no pacto oligárquico, demonstrado pela Aliança Liberal que pretendia demover do poder o grupo paulista. Estes fatores

contribuíram para uma significativa mudança política, econômica, social e cultural do país, que tiveram no movimento de 1930 o marco fundador de uma nova etapa na História nacional, apesar das inúmeras divergências historiográficas sobre o significado intrínseco da “Revolução” de 193 (FAUSTO, 1989; DECCA, 1988).

Durante o governo Vargas (1930-45) o aparelho estatal foi reformulado, bem como foram modificadas as diretrizes políticas e econômicas do país, de acordo com os interesses da emergente fração da classe dominante, a burguesia industrial. No campo econômico, o governo de Getúlio optou por uma política de substituição de importações, pela qual se incentivava a demanda e o consumo de produtos internos e, conseqüentemente, o próprio aumento da produção nacional. Em contrapartida, limitava a importações de produtos estrangeiros escassos e/ou demasiadamente caros. Sem abandonar por completo os cafeicultores, responsáveis pela aquisição da maior parte das divisas nacionais, o governo provisório ofereceu anistia aos débitos bancários. Neste ensejo, o Estado, à custa do setor agrícola, investiu no setor industrial, especialmente na indústria de base, contribuindo com o redirecionamento do eixo econômico nacional de rural/agrário para urbano/industrial. Outro marco dessa política foi o conhecido nacionalismo econômico, a tentativa de desestruturar o “regionalismo” e a defesa de um mercado nacional integrado (IANNI, 1971; MENDONÇA, 2002; PIERUCCI et al., 2007; SKIDMORE, 1982).

No decorrer deste período o governo varguista apropriou-se da tática de reformulação da política cambial em prol da economia nacional e estabeleceu diversas missões pontuais organizadas pelo Ministro da Fazenda para tratar questões relativas à política comercial do país. Estas iniciativas foram importantes para amenizar os efeitos da crise cambial brasileira de 1929-30 e o deslocamento das exportações brasileiras do mercado europeu para o norte-americano (MINDLIN, 1970; PIERUCCI et al, 2007).

Sônia Regina de Mendonça (2002) salienta que o golpe de 1930 não pode ser claramente definido e compreendido no próprio momento da ascensão de Vargas ao poder, mas pelas medidas tomadas e os beneficiários dessas tomadas de decisão, a saber, a burguesia industrial brasileira. Foi através da hipertrofia do Executivo e da inserção de representantes dessa classe nos novos órgãos criados durante a administração varguista que permitiu este grupo influenciar as diretrizes econômicas a serem adotadas, tendo em vista a ausência de um planejamento econômico exclusivo da coalizão vencedora. Em outra interpretação, foi a ausência de investidores externos e a urgência do governo provisório para tentar retomar a

capacidade produtiva do país, abalado pela crise econômica do café, que proporcionou a expansão do poder econômico da burguesia industrial nacional, a qual jamais teria condições de elevar-se sem o apoio do Estado e as divisas adquiridas pelo setor agrário exportador (FAUSTO, 1989; PIERUCCI et al, 2007). Apesar das diferentes interpretações acerca do movimento de 1930, dois aspectos parecem convergir na análise dos autores citados: 1) A burguesia industrial brasileira não possuía as condições políticas objetivas para mobilizar a sociedade e derrubar a oligarquia paulista do centro do poder; 2) Apesar de não se poder falar em uma “Revolução Burguesa”, como defendiam teóricos filiados à ortodoxia marxista, não é possível negar que a burguesia industrial brasileira foi alçada à condição de setor responsável por proporcionar o efetivo progresso do país. A indústria, e não mais o café, daria para tudo. A indústria seria a partir de 1930 o setor privilegiado pelas políticas de incentivo do Estado brasileiro.

No que concerne ao campo político foram criados vários órgãos para viabilizar o crescimento econômico do país. Um desses órgãos foi o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), responsável pela normatização das relações de trabalho. Ao atender aos anseios da classe operária através da criação de legislações trabalhistas, o governo conseguiu manter sobre controle a classe trabalhadora, contendo ações políticas dos movimentos operários e, ao mesmo tempo, fortalecendo o empresariado brasileiro. A Lei de Sindicalização⁴, um dos principais instrumentos da política de contenção da classe trabalhadora, obrigou os interessados em receber os benefícios trabalhistas – como salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal obrigatório e carteira de trabalho assinada – a filiarem-se aos sindicatos relacionados às suas categorias profissionais. Estes, por sua vez, eram diretamente ligados ao MTIC, que através de um discurso colaboracionista, intervia nas questões administrativas do sindicato, exigindo destes o imposto sindical – contribuições anuais, referentes a um dia de trabalho, recolhidas de cada trabalhador e redistribuídas às organizações pelo próprio MTIC. Desta forma, o governo conseguiu transformar o principal mecanismo de adesão da classe trabalhadora em prol de um interesse comum em um mecanismo de coerção em relação à atividade política dessa classe, esvaziando seu conteúdo político (GOMES, 1988; IANNI, 1971).

Outro importante instrumento utilizado pelo governo estado-novista consistiu na apropriação dos meios de comunicação para manipulação da opinião pública. Através do

⁴Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931.

Departamento de Imprensa e Propaganda (DPI)⁵, Vargas conseguiu controlar as massas urbanas disseminando os ideais pertinentes ao programa de desenvolvimento adotado pelo Estado. Este recurso também proporcionou a propaganda pessoal do Presidente, reforçando uma das características mais marcantes do período de 1946-1964, o populismo. Tratava-se, portanto, de um momento de fragilidade política, onde nenhum grupo dirigente conseguia estabelecer por completo a hegemonia sobre os distintos grupos nacionais. Nesse ensejo, assentava-se uma espécie de pacto de compromisso entre grupos dominantes, representado por um líder carismático que conseguia angariar a simpatia das massas populares (WEFFORT, 2003).

A superação da crise política-militar internacional culminou na mudança do regime político brasileiro. Com o fim da ditadura varguista, a administração de Eurico Gaspar Dutra (1946-50) buscou desvincular-se do nacionalismo econômico instituído pelo governo anterior, restabelecendo o contato com o mercado internacional. Comprometido com a doutrina liberal, o governo eliminou as restrições quanto à saída de divisas nacionais visando fomentar os investimentos de capital privado no país. Consequentemente, essa nova premissa acabou restringindo o apoio governamental à indústria nacional. Porém, o fracasso dessas medidas fez o governo recuar, limitando novamente as importações (IANNI, 1971; PIERUCCI et al., 2007; SKIDMORE, 1982).

O grande marco do governo Dutra consistiu na maior preocupação em adotar o planejamento, enquanto principal instrumento de legitimação das ações intervencionistas promovidas pelas políticas desenvolvimentistas. Um dos primeiros produtos desta nova abordagem foi o convite elaborado pelo governo brasileiro aos técnicos do governo norte-americano para apontar fatores que impediam o pleno desempenho econômico do país. O resultado deste intercâmbio ficou conhecido como Missão Abbink, cujo relatório deu subsídios para a formulação de um dos primeiros planos econômicos nacionais, o Plano SALTE. Tendo em vista a má repercussão do Plano e do próprio relatório Abbink sobre a sociedade brasileira, este nunca saiu do papel. Em contrapartida, o governo avançou, no que pese a formulação de planos regionais, entre os quais se destacam o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) e a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) (CALICCHIO, 2010, IANNI, 1970).

⁵ Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939.

O segundo governo Vargas (1951-54) retomou a política nacionalista de estímulo à industrialização aplicada durante o Estado Novo. Sua recusa em seguir as orientações da doutrina liberal, adotada na administração de Dutra, provocaram intensas divergências no âmbito do poder Executivo quanto às parcelas de participação de capital estrangeiro e intervenção do poder público na economia. Concomitantemente, as tensões sociais e políticas agravaram-se em razão da crescente inflação, da conseqüente redução do poder aquisitivo dos trabalhadores e da desvalorização da moeda nacional, o Cruzeiro. Para conter a situação, o governo procurou aumentar o salário mínimo e promover uma reforma cambial, visando impulsionar as exportações dos produtos nacionais e limitar as importações a bens essenciais. Por sua vez, a instabilidade política e econômica internacional, prejudicou a manutenção do controle sobre as importações, o que provocou uma considerável evasão de divisas (IANNI, 1970; PIERUCCI et al, 2007).

Sem se restringir às medidas econômicas em sua segunda administração, Vargas também investiu em infraestrutura e estudos técnico-científicos que intensificaram as discussões a respeito do planejamento econômico. Diretrizes da CEPAL e da Comissão Mista Brasil - Estado Unidos (CMBEU)⁶ passam a influenciar o projeto de desenvolvimento econômico do país, principalmente nas áreas de transporte e energia. Neste ensejo, foram criados o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)⁷, a Petrobrás⁸ e o primeiro planejamento da indústria automobilística. Também se procurou estimular a colonização e a produção agrícola nas regiões periféricas do país, cunhando-se o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)⁹, o Banco do Nordeste¹⁰, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹¹, atendendo a exigência da Comissão Mista para administrar o Fundo de Reparelhamento Econômico destinado aos setores de energia, transporte e agricultura (IANNI, 1970; SKIDMORE, 1982).

Também se apropriando do argumento nacionalista Juscelino Kubitschek (1955-1960), por sua vez, procurou incentivar a associação entre os investimentos públicos e o capital estrangeiro, atraídos pela favorável legislação cambial brasileira e a disputa entre empresas norte-americanas e inglesas. Contudo, sua administração se destacou por não ter se limitado

⁶ Criada oficialmente em 1951 enquanto produto de negociações relativo à assistência técnica entre os dois países.

⁷ Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951.

⁸ Lei n. 2004 de 03 de outubro de 1953.

⁹ Lei nº 2.163 de 05 de janeiro de 1954.

¹⁰ Lei nº 1.649 de 19 de julho de 1952.

¹¹ Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952.

as reformas para estabilidade monetária e reajustamento cambial, como realizado nos governos anteriores. Embora o grupo de Lopes-Campos tenha criado um plano nesse sentido, Kubitschek concentrou seus esforços na execução de metas físicas, delimitadas no seu famoso Plano de Metas (PIERUCCI et al, 2007).

O Plano de Metas foi elaborado com base nos estudos da CMBEU, do BNDE e principalmente da CEPAL. Orientando-se também sobre as premissas de Perroux, este plano tinha como propósito abolir os *pontos de estrangulamento* da economia nacional, ou seja, superar obstáculos estruturais que impediam o satisfatório desempenho econômico do país, ampliando setores de infraestrutura básica, estimulando a industrialização e investimentos no setor privado. A proposta do Plano fundava-se na escolha de trinta ações voltadas para cinco setores (alimentação, indústria de base, educação e, principalmente, transporte e energia). Também conhecidos como *pontos de germinação* ou *pontos de desenvolvimento*, esses setores seriam responsáveis por impulsionar o crescimento econômico nacional, eliminando as fissuras que limitavam o seu pleno desempenho (ENRÍQUEZ, 2010; FARO, SILVA, 1991; IANNI, 1971; LAFER, 1975).

Como mencionado anteriormente, a principal característica do projeto de industrialização de Kubitschek foi o incentivo a associação das empresas nacionais ao capital internacional, no qual o Estado assumia o papel de suporte desse processo, responsabilizando-se por estimular as empresas de bens de produção. Nessa circunstância, o governo prosseguiu com a política tributária ortodoxa, beneficiadora da burguesia industrial, adotada por governos anteriores, aumentou o poder aquisitivo da população urbano-industrial e valorizou a capacitação profissional. Visando assegurar o financiamento e tecnologia estrangeira, ofereceu políticas de estabilidade monetária e operações cambiais que criassem um clima de confiança com os investidores (FARO, SILVA, 1991; IANNI, 1971; MENDONÇA, 2002).

No que pese a concretização das metas elencadas no Plano de Metas, o projeto de desenvolvimento de Kubitschek foi tratado como a primeira experiência de planejamento bem sucedida, superando em muito a taxa média anual de crescimento econômico do país. Em contrapartida, não demorou muito para que os efeitos da estratégia de industrialização até então adotada surgissem. A desvalorização das empresas nacionais, o acúmulo da dívida externa, o enrijecimento da inflação e o desequilíbrio salarial levaram a intensificação das lutas sociais e a inconstante instabilidade política observadas no início dos anos 1960 (IANNI, 1971; MENDONÇA, 2002).

Foi nesse contexto de intensa instabilidade política, econômica e social que Jânio Quadros, sob o apelo moralista de aniquilação da corrupção, assumiu a Presidência da República, em 31 de janeiro de 1961. A princípio, Quadros tentou conter a situação recorrendo aos mecanismos ortodoxos de estabilização, como a desvalorização cambial, contenção de gastos e controle de expansão monetária, que ajudaram a produzir a confiança do mercado financeiro internacional. Por outro lado, lançou mão de política externa independente, pelo qual visou recuperar o prestígio perdido no mercado internacional devido às políticas de estabilização. Quadros defendeu a autodeterminação e a não intervenção estrangeira na política brasileira, estreitando os vínculos diplomáticos com Cuba e a União Soviética. Esta medida anulou o considerável progresso conquistado pelo governo, gerando uma elevada insatisfação interna e desconfiança do capital estrangeiro norte-americano e europeu (IANNI, 1971; PIERUCCI et al, 2007).

Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart assumiu a Presidência (1961-1964) sem, contudo, nunca ter obtido suficiente legitimidade para estabelecer diretrizes claras para o seu governo. Não obstante, para tentar amenizar a crise econômica brasileira recorreu ao estabelecimento de uma política econômica planejada. Lançado em 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social teve como principais idealizadores o Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, e o Ministro do Planejamento, Celso Furtado. O plano contou ainda com o apoio do governo norte-americano e sua política de “aliança para o progresso”, pelo qual os Estados Unidos concordavam em apoiar a elaboração de programas de desenvolvimento econômico na América Latina. Os seus principais objetivos versavam sobre estabelecer medidas que possibilitassem a recuperação do ritmo de desenvolvimento brasileiro através da contenção da inflação, da redistribuição de renda, da preparação de reformas de base e da diminuição da dívida externa (IANNI, 1971; MACEDO, 2003; PIERUCCI et al, 2007).

Diferente dos governos anteriores que optaram por estimular a expansão do setor industrial e, conseqüentemente, o crescimento dos centros urbanos, Goulart concentrou suas ações na solução dos problemas enfrentados pela população rural e a crescente tensão política que se formava nessas regiões. Nesse sentido, incentivou o debate em prol da reforma agrária, criando o Estatuto do Trabalhador Rural e proporcionando a sua sindicalização. Não obstante os ambiciosos objetivos traçados na administração de João Goulart, o Plano Trienal não logrou o sucesso esperado. Na realidade, a ausência de um arcabouço institucional adequado e o desconhecimento dos efeitos dos instrumentos de política econômica pretendidos apenas

contribuiu para o aumento da inflação e insatisfação da burguesia industrial nacional que se viu desprestigiada do apoio do Estado (IANNI, 1971; MACEDO, 2003; PIERUCCI et al, 2007).

O Governo Goulart, além de utilizar inconsistentemente os meios de que dispunha, mantinha-se no poder à custa de um equilíbrio de forças bastante instável e, desta forma, não pretendendo hostilizar as forças que, em princípio, procurava representar, não tinha condições de impor sua vontade às demais (MACEDO, 2003, p. 64).

A crescente tensão social e política somada ao agravamento da crise econômica brasileira ofereceu o contexto propício para instituição do Golpe Militar de 1964, estabelecendo uma ditadura de vinte e dois anos no país, iniciada no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). O papel do novo regime foi estabelecer, através do emprego da violência concreta, a manutenção do *status quo* necessário à expansão capitalista no país. Para tanto, a administração de Castelo Branco lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), apresentado como um “programa de ação coordenada do governo no campo econômico com base no rigor científico, bom senso e participação da comunidade” (KORNIS, 2014, p. 1).

Em síntese, o PAEG procurou estimular a expansão do setor privado (nacional e estrangeiro) através da iniciativa do Estado. Entre as diretrizes apresentadas pelo PAEG destacou-se a contenção do processo inflacionário, através do refreamento dos gastos governamentais, incremento dos impostos diretos e indiretos e estabelecimento de um teto quanto aos créditos oferecidos às empresas privadas. Como forma de adquirir divisas, o governo incentivou a exploração e exportação de recursos agrícolas, minerais e manufaturados, ao mesmo tempo em que tentou corrigir os desequilíbrios da balança de pagamentos. Procurou conter o sistema tributário e fiscal, estimulando a entrada de capitais e tecnologias estrangeiras. E embora tenha mencionado, entre seus objetivos, a garantia de maiores oportunidades de emprego à classe trabalhadora, esta acabou prejudicada, devido a contenção dos níveis salariais, do aumento da jornada de trabalho e do emprego de mão de obra familiar (IANNI, 1971; KORNIS, 2014; MENDONÇA, 1986).

Por fim, ao observarmos as políticas de desenvolvimento traçadas para o Brasil entre as décadas de 1930 e 1960, nota-se um nítido esforço no propósito de impulsionar o crescimento do setor industrial concentrado nas regiões sul e sudeste do país. As medidas e diretrizes adotadas em tais políticas foram direta ou indiretamente influenciadas pelas teorias de desenvolvimento e pelo modelo único de crescimento econômico defendido politicamente

pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e contou, em grande parte, com a colaboração de organismos internacionais nas suas aplicações.

2.2. As agências do desenvolvimento

No início deste trabalho afirmou-se que o desenvolvimento é uma opção política, na medida em que beneficia economicamente um determinado grupo em detrimento de outro. Trabalhamos, portanto, que as concepções de desenvolvimento adotadas são ideologias, no sentido gramsciano do termo. Neste aspecto, cabe ressaltar que a concepção de ideologia defendida por Gramsci (2006a) distingue-se da famosa percepção adotada por Marx e Engels (1998). Enquanto para estes autores o conceito representa os mecanismos utilizados pela classe dominante para falsear a realidade, portanto, recebendo uma conotação negativa, para Gramsci (2006a) a noção de ideologia consiste em toda concepção de mundo associada a uma classe específica, ou seja, seria o conjunto das normas e valores que direcionariam as ações desses grupos. Logo, na análise gramsciana, tanto a classe dominante quanto a classe dominada possuiriam suas próprias ideologias, que funcionam como espécies de “cimento” para a classe, unindo seus membros em prol de um mesmo objetivo. O que se percebe, contudo, é uma constante influência entre as percepções de mundo apresentadas pelas classes dominadas e defendidas pelas classes dominantes. O que, por outro lado, não impediria a superação dessa condição de subordinação, uma vez criada uma consciência crítica pelos intelectuais orgânicos dessas classes, em prol da conquista de autonomia política e da transformação da sociedade (BUCI-GLUCKSMANN, 1990; GRAMSCI, 2006a).

Portanto, é proliferando suas visões de mundo, buscando angariar o maior número de adeptos a sua ideologia que uma classe busca alcançar a hegemonia. Pois a direção conquistada apenas pela coerção não é hegemonia. Para tornar-se, verdadeiramente, um protagonista com capacidade de direção política sobre diferentes classes ou frações de classes sociais, a classe que pretende tornar-se ou manter-se dominante precisa conquistar concomitantemente a hegemonia cultural, a proliferação das impressões, perspectivas e concepções de uma determinada classe social. A disputa pela hegemonia na percepção gramsciana se dá, portanto, na Sociedade Civil onde as classes e frações de classe, organizadas por seus intelectuais orgânicos dentro de seus respectivos aparelhos privados de hegemonia, digladiam-se pelo controle do Moderno Príncipe, o Estado moderno (BUCI-GLUCKSMANN, 1990; COUTINHO, 1989; GRAMSCI, 2006a; GRUPPI, 1980).

No que pese ao contexto brasileiro, mencionou-se que a proposta de desenvolvimento econômico nacional voltou-se a estruturação e expansão do setor industrial, atendendo aos interesses da burguesia industrial. Essa medida só foi possível graças ao apoio do Estado brasileiro, que incentivou através de reformas cambiais e tributais a expansão deste setor. Outra medida adotada pelo Estado para amparar o desenvolvimento econômico/industrial consistiu na criação de novos órgãos voltados a reflexão e planejamento sobre a proposta de desenvolvimento adotada. Neste ensejo, mencionamos o papel decisivo do CMBEU, da CEPAL e do BNDES. Para o projeto de expansão do setor industrial no país também foi criada em 1951 a Comissão de Desenvolvimento Indústria (CDI)¹², cuja comissão administrativa era formada por representantes de cada ministério, além de dois representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de um representante dos órgãos de classe da agricultura, do presidente da seção brasileira da CMBEU, entre outros membros. Após ser extinta pelo Decreto n. 42.825/1957, a Comissão é recriada pelo governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, mantendo quase a mesma estrutura administrativa, mas limitando a participação das entidades representativas das categorias econômicas e sociais a parcerias indiretas.

Outra instituição que teve considerável destaque para compreensão do processo de desenvolvimento adotado durante o período de estudo foi o Instituto Superior de Ensino Brasileiro (ISEB). Instituído pelo Presidente em exercício, João Fernandes Campos Café Filho, em 1955¹³, para atender aos anseios das classes dominantes no propósito de racionalização sobre o desenvolvimento nacional, o instituto propunha-se a realizar estudos e oferecer cursos nas áreas de Sociologia, História, Economia e Política, aplicando estes conhecimentos à realidade social brasileira, no sentido de promover mudanças. Seus integrantes, em parte influenciados pelas concepções cepalinas de desenvolvimento, formularam reflexões que influenciaram fortemente a ideologia nacional-desenvolvimentista enfatizada no governo de Juscelino Kubitschek (BRESSER-PEREIRA, 2004; PINTO, 2006; TOLEDO, 1982).

Outro importante órgão que contribui para o projeto de desenvolvimento do período foi a Escola Superior de Guerra (ESG). Fundada em 1949, este órgão especializou-se em realizar estudos que contribuíssem para o exercício de direção e assessoria superior para o

¹² Decreto n. 29.806 de 25 de julho de 1951, alterado pelos Decretos n. 29.829 de 31 de julho de 1951 e n. 37.195 de 19 de abril de 1955.

¹³ Decreto nº 37.608 de 14 de julho de 1955.

planejamento da Defesa nacional¹⁴. Através dos trabalhos elaborados por membros desta instituição, consolidou-se uma percepção da Amazônia demograficamente vazia e politicamente perigosa, os quais serviriam, a partir de então, para justificar as ações realizadas pelo governo federal na região (BRITO, 2001; RABELLO, 2004).

Ao trabalharmos, portanto, com a perspectiva gramsciana de ideologia e hegemonia, compreendemos que as aceções de desenvolvimento defendidas e propagadas pelas instituições e agências estatais mencionadas acima compõe a estratégia de uma classe em fazer prevalecer sua própria percepção de desenvolvimento, a da expansão do setor industrial. Sonia Regina de Mendonça (2002) e Caio Navarro de Toledo (2004), demonstram em seus trabalhos como algumas dessas agências eram compostas por membros da burguesia industrial nacional. Em outros momentos, podemos contatar pela própria composição administrativa das Comissões a presença desse grupo. Estes elementos corroboram, portanto, para a afirmação de que a opção de desenvolvimento presente nas políticas elaboradas pelo governo federal entre 1930 e 1960 visava beneficiar os grupos vinculados ao setor industrial no país.

Ao constatarmos isso, caberá agora analisarmos como esta opção influenciou o desenvolvimento da Amazônia durante a década de 1950, e particularmente como os grupos pertencentes ao Território Federal de Rondônia reagiram a seguinte escolha.

¹⁴ Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949.

3. PREÂMBULO DO DESENVOLVIMENTO PLANEJADO PARA A AMAZÔNIA

Uma vez estabelecido à opção de desenvolvimento e planejamento adotados neste trabalho e, por conseguinte, revisto os fatos históricos considerados pertinentes ao período de estudo, discutiremos os elementos que foram determinantes para a elaboração do Plano de Valorização de Valorização Econômica da Amazônia. Desta forma, trabalharemos, neste capítulo, os fatores que proporcionaram a criação do referido plano e esmiuçaremos as suas metas e a estrutura administrativa que elaborava e implementava os projetos. Uma vez que estamos refletindo sobre os interesses subjacentes aos planos de desenvolvimento, buscaremos analisar os segmentos de classe participantes da sua elaboração e que poderiam ser beneficiados por suas propostas.

3.1. A supremacia da borracha: antecedentes do PVEA

Durante o século XIX expedições e descobertas científicas realizadas na Amazônia estimularam a promoção de um novo foco para a atividade extrativista na região, a borracha. Ainda que o látex já fosse conhecido, foi apenas no final do século XIX que cresceu o interesse pelo produto, especialmente devido à descoberta do processo de vulcanização desenvolvido pelo norte-americano Charles Goodyear, em 1839, pois desde o advento da Revolução Industrial houve a subsequente comercialização de produtos industrializados dependentes de pneumáticos. A Revolução tecnológica do século XIX, que expandiu os processos industriais em toda a Europa e nos Estados Unidos, fez com que a necessidade da borracha se acentuasse. Todavia, foi somente com o advento do automóvel que a borracha passou a ter maior demanda. A abertura dos seringais, bem como a migração de grande contingente de nordestinos fugidos da seca do nordeste para a região norte do país, foi amplamente estimulada. A borracha representava uma corrida pelo ouro branco da Amazônia, devido a sua posição privilegiada quanto ao suprimento de seringueiras para a extração de látex. O Brasil tornou-se um dos principais fornecedores de borracha natural no mercado internacional e, por conseguinte, a importância da borracha na economia brasileira cresceu, tornando-se o segundo maior produto de exportação do país no início do século XX, antecedido pelo café (*cf. gráfico 01*).

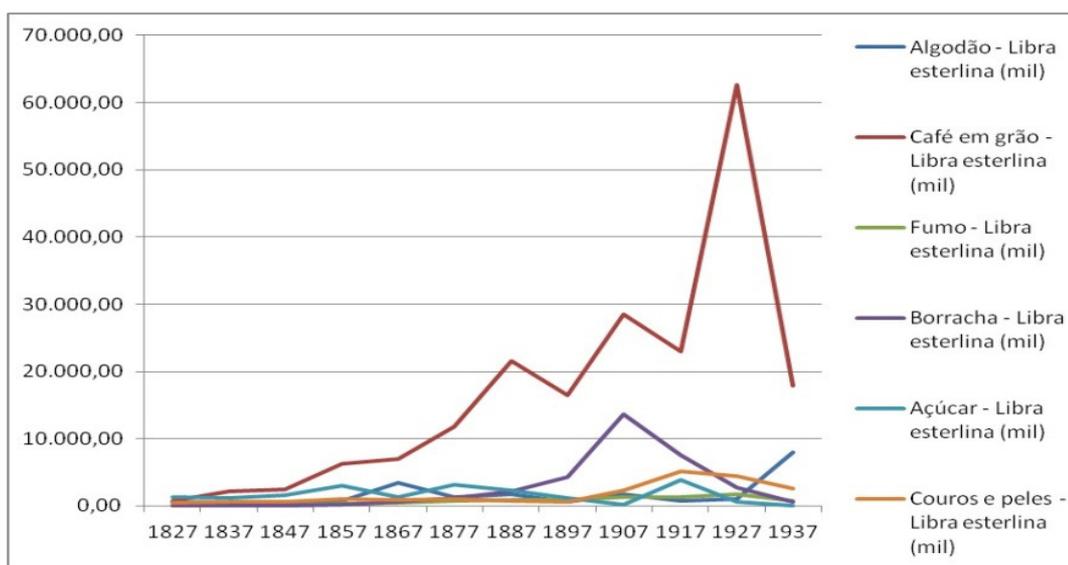


Gráfico 01: Comparativo sobre a exportação de alguns produtos primários (1827-1937).
Fonte: IPEA Data, acesso em 22 fev. 2014.

Este enriquecimento mediante a exportação de borracha natural fortaleceu a dominação de um grupo conhecido como seringalistas. Grandes posseiros, este grupo reivindicava para si a propriedade de extensos quilômetros de terra localizados no meio da floresta amazônica e mantinham sobre seu controle a mão de obra local através de um sistema de crédito que ficou conhecido como aviamento. Neste sistema o seringueiro, responsável pela extração da borracha natural, recebia do aviador, certa quantidade de bens para o seu consumo pessoal e alguns instrumentos para trabalho como crédito pela produção a ser realizada pelo seringueiro. Por sua vez, o aviador, papel muitas vezes realizado pelo próprio seringalista, também era aviado por outro grupo de aviadores, as firmas exportadoras, que lhe fornecia a mercadoria a custos relativamente altos. Na base desta cadeia de exploração ficava, portanto, o seringueiro. Subjugado pelo seringalista, ele era forçado a manter este engenhoso sistema de concentração de renda com a venda de sua força de trabalho. E em razão da sua crescente dívida adquirida no “barracão”¹⁵, raramente conseguia algum provento pelo seu trabalho (SANTOS, 1980).

Contudo, no início da década de 1910 a Amazônia brasileira perderia o monopólio de fornecimento de borracha natural no mercado internacional, em razão do surgimento do mercado competidor asiático. Ainda no final do século XIX sementes da *hevea brasiliensis* foram contrabandeadas para o centro de pesquisa Kew Garden, na Inglaterra, onde foram cultivadas mudas da planta. Estas mudas foram posteriormente transportadas para os

¹⁵ Local onde o seringueiro fazia a aquisição de mercadorias fornecida pelo aviador/seringalista.

domínios britânicos na Malásia, onde se introduziu a heveicultura, que consiste no plantio e extração sistemática da seringueira em áreas delimitadas para fins estritamente comerciais. Esta técnica contribuía para suplantar a produção amazônica, pois proporcionava uma produção a custos mais baixos e, conseqüentemente, preços mais competitivos. O processo de extração do látex amazônico demandava grandes períodos de trabalho em meio à floresta nativa, o que dificultava a extração e, concomitantemente, a flexibilidade de aumento da produção (BRITO, 2004; OLIVEIRA, 2011; PEREIRA, 2007; PINTO, 1984).

Logo após perder o monopólio de fornecimento de borracha vegetal no mercado internacional, a economia amazônica, que havia se tornado altamente dependente da produção de borracha natural, entrou em decadência. Em que pese às reivindicações dos seringalistas e comerciantes por apoio do governo federal para a continuidade da produção, atitudes de pouco efeito foram tomadas. Em 1912, por meio dos Decretos nº 2.453-A e nº 9.521, o Presidente Hermes da Fonseca criou o Plano de Defesa da Borracha. Este plano tinha por finalidade: i) impulsionar a indústria extrativista e o plantio da *hevea brasiliensis*; ii) fomentar o surgimento de indústrias de refino e fabricação de artefatos de borracha¹⁶; iii) oferecer assistência aos imigrantes nacionais e estrangeiros recém-chegados e aos trabalhadores já estabelecidos no vale amazônico; iv) diminuir os custos e facilitar os transportes na região; v) criar centros produtores de gêneros alimentícios dentro da própria Amazônia; vi) legalizar a posse das terras ocupadas no Território Federal do Acre; vii) realizar exposições trienais no Rio de Janeiro (capital federal), abrangendo tudo que se relacione com a indústria nacional da borracha; viii) firmar acordos com os demais países produtores de borracha vegetal visando a diminuição dos impostos de exportação, proteção e amparo ao comércio da borracha.

Por meio dessa medida buscou fomentar a produção gomífera na Amazônia, oferecendo bonificações em dinheiro para aqueles que plantassem seringueiras e construíssem centros de beneficiamento do produto. A bonificação incluía também a construção de hospitais, estradas de ferro, instalações portuárias ou residenciais para os trabalhadores regionais. Ademais, foram concedidas isenções tributárias para a importação e exportação de produtos para a Amazônia. Apesar da iniciativa, o Plano de Defesa da Borracha não logrou

¹⁶ Cf. Suzigan (2000). Mesmo com os estímulos proferidos pelo governo federal, a indústria de artefatos da borracha somente se estabeleceu na década de 1920 e muito timidamente da região amazônica, concentrando-se nas regiões sul e sudeste do país.

efeitos, sobretudo, dada a incapacidade do governo brasileiro em controlar o mercado internacional (MAHAR, 1978; MARQUES, 2007).

Além da iniciativa estatal, também se destacam, neste período, algumas iniciativas privadas, como a do empresário da indústria automobilística norte-americana, Henri Ford. Buscando quebrar com o cartel britânico do produto, Ford investiu em uma grande gleba de terra na região amazônica, conhecidas como Fordlândia e Belterra, visando produzir seu próprio suprimento de borracha natural. Todavia, essas iniciativas também não alcançaram os resultados esperados. Como razão do fracasso, alegou-se a ausência de mão de obra local, amparando-se na justificativa do vazio demográfico. Fortemente dependente do extrativismo gomífero, a economia da região entrou em declínio, trazendo desastrosas consequências para as relações de trabalho, as quais se tornaram cada vez mais opressoras, como se apresenta na proibição do cultivo, a fim de garantir a completa atenção do seringueiro na produção e na consequente dependência do abastecimento realizado pelos barracões (MARQUES, 2007; OLIVEIRA, 2011; PEREIRA, 2007; PINTO, 1984).

Foi a partir do segundo quarto do século XX que as iniciativas do governo federal na região se expandiram e se consolidaram, impulsionadas principalmente pela crescente demanda de nações estrangeiras pela produção de borracha natural amazônica. A primeira grande iniciativa ocorreu durante o Estado Novo. Enquanto os grandes centros da região sul e sudeste se industrializavam, criou-se em 1938 uma “política de ocupação de espaços vazios”¹⁷, denominada “Marcha para Oeste”. Cabe ressaltar que a ideia da Amazônia como um “espaço vazio” foi uma construção política/ideológica utilizada pelo Estado para redirecionar para a Amazônia a histórica migração de famílias nordestinas do campo para o litoral/centro-urbano, motivada pela contínua seca no nordeste e a estratificada estrutura fundiária da região. Esta aceção desqualificava não apenas os primeiros imigrantes, responsáveis pelo apogeu da extração do látex no século XVIII, mas também marginalizavam as populações indígenas da região, usando para tanto os instrumentos estatísticos e o argumento científico para balizar este projeto.

Desta forma, a campanha visou estimular estes migrantes a ocupar, integrar e promover as regiões menos povoadas do centro-oeste brasileiro. Por meio desta iniciativa, esperava-se expandir e unificar o mercado interno e, concomitantemente, romper com a

¹⁷ Observa-se que os termos “espaço vazio” ou “vazio demográfico” já eram empregados para referirem-se as qualidades da Amazônia brasileira antes da criação da própria ESG, sendo reforçados pelos trabalhos elaborados por esta instituição.

dependência criada pela economia local quanto à necessidade de exportação da goma elástica para o mercado internacional e desarticular o que chamavam de “nomadismo do seringueiro”, uma percepção preconceituosa para se referir a ausência de práticas de cultivo por essa população. Portanto, com as respectivas intervenções visava-se estabelecer “núcleos de cultura agrária” nesta região que mantivesse o homem do campo ligado ao meio rural, evitando o inchaço dos centros urbanos (BECKER, 2001; RABELLO, 2004; SECRETO, 2007).

Cabe ressaltar que no período em questão a indústria de artefatos de borracha começava a se expandir no sudeste do país, principalmente devido aos estímulos proporcionados pelo governo na década de 1920, como a livre concessão a empresas interessadas no uso da borracha brasileira, isenção de direitos alfandegários para importação de máquinas, equipamentos, ferramentas e substâncias químicas que não eram produzidos no país, mas faziam-se necessários para instalação e expansão da produção de artefatos como pneus, solas, saltos e outros produtos de borracha de uso industrial, doméstico ou pessoal. Não obstante, fatores como a distância e os elevados custos para o transporte da goma elástica amazônica a tornavam pouco atrativa para esta indústria. E embora as iniciativas tomadas pelo governo tenham estimulado até certo ponto a expansão deste setor, os defensores da indústria de artefatos de borracha nacional alegavam que as dificuldades enfrentadas por eles, como o já mencionado problema de transporte e a ausência de mão de obra especializada na região, limitou a concorrência com os grandes fabricantes de pneus norte-americanos e europeus (SUZIGAN, 2000).

Novos e maiores benefícios alfandegários foram oferecidos às indústrias de artefatos durante a década de 1930, o que fez aumentar em dez vezes o número de fábricas registradas no país em um período de dez anos. Além de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, novos empreendimentos foram instalados nos estados do Pará e Amazonas, mas estas eram muito pequenas e tinham exígua participação no mercado nacional. Na verdade, embora a produção de pneumáticos tenha contribuído para a considerável expansão da indústria de artefatos de borracha no país, sua produção era insignificante para a demanda nacional, sendo em grande parte suprida por importações (SUZIGAN, 2000). Na realidade, desde o surgimento da indústria de artefatos de borracha no Brasil travou-se uma disputa interna dentro do aparelho estatal entre a burguesia regional, vinculada a extração do látex, e a burguesia industrial, principalmente do sul e sudeste, quantos aos privilégios oferecidos pelo

governo federal para o seu setor, muitas vezes responsabilizando o outro grupo para que suprisse as suas demandas.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a subsequente tomada dos seringais asiáticos por tropas japonesas, os países aliados voltaram a demandar a borracha dos seringais amazônicos. Neste ensejo, foram firmados os Acordos de Washington (1942), sobre os quais o governo dos Estados Unidos, representado pela Rubber Development Corporation (RDC)¹⁸, comprometeu-se a apoiar financeiramente o extrativismo gomífero na Amazônia, em troca do fornecimento privilegiado para a indústria bélica norte-americana. Desta forma, além de dar continuidade à propaganda de migração, criou-se, com capitais de ambos os países, órgãos e instituições encarregadas oferecer os subsídios necessários para estimular a produção. Entre estes órgãos destacava-se o Banco de Crédito da Borracha (BCB)¹⁹, instituído com a finalidade de controlar a negociação de compra e venda da borracha nacional, bem como financiar toda a infraestrutura necessária para o cumprimento do acordo. Desta forma, todo o processo de produção, comercialização e industrialização da borracha nacional passava a ser controlada pelo Governo Federal, destinando-se, sobretudo, a exportação (BRITO, 2000, MAHAR, 1978; PINTO, 1984).

Para um maior controle do Estado brasileiro sobre a vastíssima região foram criados novos Territórios Federais²⁰, dentre os quais destacamos o Território Federal do Guaporé, posteriormente denominado Território Federal de Rondônia²¹. A criação de unidades da federação nas áreas de fronteira tinha por finalidade potencializar a presença do poder público nestas localidades, bem como estimular a formação de “novos grupos sociais”, ou seja, incentivar a formação de uma população voltada para a produção agrícola, como estimado na Marcha para o Oeste. A administração política dos Territórios Federais era concentrada na figura do Governador do Território, cargo político de escolha pessoal do Presidente da República. As decisões políticas, no entanto, eram divididas com o Ministério do Interior²². Havia também o cargo de Secretário Geral do Território, uma espécie de auxiliar e eventual Governador substituto, também de livre escolha da Presidência da República. Como o único cargo eletivo era o de Deputado Federal, cabia ao Governador do Território nomear e demitir

¹⁸ Note como o termo “desenvolvimento” já começa a ser adotado nas medidas tomadas para a região amazônica, ainda que sob o único auspício do governo norte-americano.

¹⁹ Decreto-Lei nº 4.451, de 09 de julho de 1942.

²⁰ Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.

²¹ Aproximadamente dez anos após a criação do Território, o Guaporé, através da Lei n. 2.731 de 17 de fevereiro de 1956, passa se chamar Território Federal de Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

²² Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943.

livremente os prefeitos e aprovar ou não os decretos-leis aprovados por estes (HUGO, 1995, 1998; MATIAS, 1997).

A fim de concretizar a política de ocupação, a ditadura estadonovista, ainda sob a vigência dos Acordos de Washington, criou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), posteriormente denominado Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA)²³. Segundo Brito (2001) e D'Araújo (1992), estima-se que cerca de 32.000 (trinta e dois mil) trabalhadores e seus dependentes, provenientes, sobretudo do nordeste do país, foram encaminhados para a Amazônia. Estes trabalhadores ficaram conhecidos como soldados da borracha, tendo sua situação militar estabelecida pelo Decreto-Lei nº 5.225/1943.

Para garantir o deslocamento dos novos trabalhadores para a região, recursos foram destinados para o reaparelhamento do Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto Pará (SNAAPP). No tocante ao permanente problema de abastecimento de gêneros alimentícios na região, foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA)²⁴, encarregada de estimular aos recém-chegados a cultivar alimentos para subsistência. Instituiu-se, ainda, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), responsável pelo programa preventivo de saúde, o qual procurava dirimir o problema das endemias regionais, especialmente a malária. Por fim, concomitante a criação dos órgãos supracitados, porém não diretamente vinculado aos Acordos de Washington, criou-se o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), encarregado de realizar estudos que promovessem a expansão da produção da borracha natural e, principalmente, possibilitasse a inserção do sistema de heveicultura na região (BRITO, 2001; MAHAR, 1978; PINTO, 1984; RABELLO, 2004).

Desde os primórdios da exploração gomífera ficava evidente um grave problema no abastecimento de gêneros alimentícios para os seringais. O alto grau de dependência da produção extrativista, bem como as pressões exercidas sobre os trabalhadores a respeito de suas cotas de produtividade impediam a criação de cultivos para subsistência. Como relatam Pinto (1984) e Silva (2000), ainda que fossem considerados trabalhadores livres, os seringueiros viviam em um sistema de “semiescravidão”. Pois além de serem forçados a vender toda a sua produção ao seringalista a preços bem mais baixos do que os

²³ Decreto-Lei nº 5.813 de 14 de setembro de 1943. Assinada apenas um dia após a criação dos territórios federais, esta legislação aprovava o acordo firmado entre a CAETA, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e a Rubber Development Corporation relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia.

²⁴ Decreto-Lei nº 5.044 de 04 de dezembro de 1942.

comercializados no mercado internacional, estavam subjugados a consumir os produtos fornecidos a preços majorados no barracão, de propriedade do mesmo seringalista, sustentando dívidas muitas vezes impagáveis. A distância entre as localidades que dificultavam a comunicação e a fiscalização das tarefas contribuiu para ausência de organizações dos trabalhadores dos seringais, tornando-os facilmente manipuláveis pelos interesses dos seringalistas.

Ao findar a guerra, os seringais asiáticos foram desocupados e a produção amazônica voltou a estagnar-se, agora sob os impactos de uma nova concorrência, a borracha sintética, criada pelos alemães e norte-americanos. Não obstante, passava a fazer parte do conjunto das crenças políticas defendidas pelo Executivo a preocupação com a questão do planejamento regional, especialmente em razão do alerta de organismos internacionais sobre os impactos do mau desempenho econômico de algumas regiões para o pleno desenvolvimento da economia nacional. Conforme mencionado anteriormente, prevalecia no período o entendimento de que existiam na economia nacional *pontos de estrangulamento*, ou seja, obstáculos estruturais que impediam o crescimento econômico do país. Nestes termos, a falência da produção gomífera amazônica, a baixa densidade demográfica e a escassez de infraestrutura a colocava não só dentro dos critérios definidos pelos *policy makers* do período como um ponto de estrangulamento, mas alarmava os grupos de defesa nacional quanto a sua fragilidade política. Urgia então a necessidade de “recuperar” economicamente a Amazônia, integrando-a ao projeto de desenvolvimento nacional (BRITO, 2001; LAFER, 1975; RABELLO, 2004). Conforme veremos a seguir, a construção dessa ideia sobre a necessidade de recuperação estava sujeita ao projeto de diversificação da atividade produtiva regional, submetendo-a a tarefa de atender as demandas dos grandes centros urbanos do país.

Vivificando o interesse originado no início do século em firmar acordos para proteção e amparo comercial dos países produtores de borracha vegetal, surtiu em 1948 o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônia (IIHA). Neste sentido, foram usados os mesmos argumentos anteriores: uma preocupação fundamentada em pesquisas científicas que alarmavam sobre o desempenho econômico da região. Não obstante, polêmicas em torno do tema impediram novamente a concretização do projeto (D'ARAÚJO, 1992; FERNANDES, 2011).

3.2. O debate sobre a criação do PVEA

Em meados da década de 1940 começam as reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia. A principal preocupação apresentada nos debates em torno desta questão consistia na urgência de diversificação do modelo produtivo regional, em vista de superar a crise da economia gomífera e, conseqüentemente, retirá-la da situação de obstáculo ao crescimento econômico brasileiro. Sob os anseios da classe dominante regional para solucionar a questão, o governo federal realizou em 1946 a primeira Conferência Nacional da Borracha, na qual participou uma delegação de membros da Assembleia Constituinte²⁵, representantes do sindicato da indústria de artefatos de borracha e demais órgãos e associações ligados à atividade gomífera. Como resultado da Conferência, formou-se a Comissão Executiva de Defesa da Borracha (CEDB)²⁶ com o intuito de assegurar os preços da borracha nacional, administrar pedidos de importação e exportação, entre outros. Mas ainda que esta iniciativa representasse um grande avanço na discussão sobre o desenvolvimento econômico da Amazônia, limitava-se a atender os interesses da burguesia regional (aviadores e seringalistas), vinculada a decadente e economia da borracha e, por conseguinte, desagradava a crescente burguesia vinculada à indústria de artefatos de borracha no país. Os auspícios para a diversificação do modelo produtivo regional só surgiriam com a instituição do artigo 199 da Constituição de 1946 (D'ARAUJO, 1992; MAHAR, 1978; OLIVEIRA, 2011).

Art. 199 - Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal.

Com o supramencionado dispositivo legal criou-se a primeira proposta concreta de planejamento para a região amazônica, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Ainda assim carecia-se de elementos que delimitassem o objetivo do plano, pois o artigo constitucional não especificava como seria a aplicação dos recursos, prevendo apenas o período para sua aplicação para o prazo de vinte anos. Foi neste ensejo que se formou uma Comissão Especial, junto ao Congresso Nacional, para discutir as diretrizes do PVEA. Um esboço do plano foi publicado em 1947, sugerindo a criação de órgão executivo para gerir os

²⁵ Esta Assembleia Constituinte, formada para elaborar o texto da Constituição de 1946, estava relacionada ao processo de redemocratização vivido pelo país após a ditadura estado-novista. Teve influencia direta na criação das propostas de planejamento regional que a seguiram, incluindo o PVEA.

²⁶ Lei nº 86 de 08 de setembro de 1947.

recursos e cuja direção ficaria nas mãos de um membro nomeado pelo Presidente da República. Ainda segundo o mesmo esboço, seria criado um órgão técnico de planejamento e controle e outros cinco departamentos responsáveis pelas principais áreas a serem atendidas: i) departamento de administração; ii) departamento de crédito e produção; iii) departamento de transportes; iv) departamento de educação e assistência médico-social; vi) departamento de colonização e trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Outras diversas propostas foram apresentadas para a Comissão, entre elas, destaca-se a sugestão do Deputado Gomes Ferreira Filho para aplicação do plano em etapas. A primeira concentrar-se-ia no aproveitamento nas agências governamentais já presentes na Amazônia e o segundo momento consistiria na realização de trabalhos científicos para aprofundamento sobre os aspectos físicos, sociais e históricos da região. Outro importante anteprojeto submetido ao Congresso Nacional que merece destaque foi o do Deputado Eduardo Duviver, no qual se propõem a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e elencam-se vinte e três objetivos a serem contemplados pelo plano, entre os quais destacamos: i) a regeneração física e social das populações regionais; ii) o povoamento por uma imigração conveniente; iii) a organização do fomento à pecuária; iv) a industrialização local e o beneficiamento dos produtos de origem vegetal ou animal; v) a construção de rodovias e ferrovias; vi) a instalação de usinas de energia elétrica para os serviços de industrialização, tração e iluminação; vii) a preservação da fauna e da flora da região; e viii) a investigação, o estudo e a exploração dos recursos mineralógicos da região (OLIVEIRA, 2011).

Nos objetivos supramencionados observa-se a ausência de qualquer interesse em iniciativas que buscassem beneficiar a produção gomífera e, por outro lado, demonstra-se um claro empenho na elaboração de medidas que pudessem estimular a diversificação da produção local, elencando áreas que seriam, posteriormente, apontadas como os principais focos de atuação do plano.

3.3. O PVEA: metas e estrutura administrativa

Conforme mencionado anteriormente, apesar de criado em 1946 o PVEA demorou algum tempo para ser executado. Diversos projetos foram submetidos e reformulados até que

finalmente em 1953 a Comissão Parlamentar finalizasse suas tarefas, regulamentando o respectivo plano e definindo sua área de atuação²⁷ através da Lei n. 1.806.

Art. 1º. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o **desenvolvimento** da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (grifo nosso).

Nota-se, neste trecho, como o próprio termo desenvolvimento já está incorporado na definição do Plano, colocando-se como um imperativo, uma meta a ser alcançada. E embora não conste uma definição precisa para o termo dentro do Plano, subtende-se que o seu significado seja prioritariamente econômico, tendo em vista que são mencionados alguns setores da economia regional que deveriam ser introduzidos ou fomentados. Ainda por meio do artigo 7º do mesma lei, estabelecia-se enquanto objetivos específicos do plano:

- 1) Promover a produção agrícola e extrativista;
- 2) Fomentar a produção pecuária;
- 3) Realizar um programa de defesa contra as inundações periódicas;
- 4) Promover o aproveitamento dos recursos minerais da região;
- 5) Incrementar a industrialização das matérias primas de produção regional;
- 6) Efetivar um plano de transportes e comunicações para a Amazônia;
- 7) Fundar uma política de energia que usufrua dos recursos naturais;
- 8) Constituir uma política demográfica que promova tanto assistência à saúde, saneamento e educação da população local, como a imigração de correntes de população que convenham aos interesses regionais e nacionais, com o intento de constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica;
- 9) Estabelecer um sistema de crédito bancário regional;
- 10) Fomentar as relações comerciais;
- 11) Manter um programa de pesquisas que contribua para orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão e execução do plano;
- 12) Incentivar o interesse do capital privado pelas riquezas regionais;
- 13) Orientar a organização administrativa específica para as funções permanentes de pesquisas, programação e controle técnico-econômico da execução do Plano;

²⁷ Segundo o artigo 2º da Lei n. 1.806, o plano contemplava especificamente os estados do Pará e Amazonas, os Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e parte dos estados de Mato Grosso e Goiás. Essa área é atualmente conhecida como Amazônia Legal, por ter sua abrangência prevista em Lei e fundamentada por estudos do IBGE (MAHAR, 1978).

- 14) Manter um serviço de divulgação econômica e comercial das possibilidades potenciais e condições ecológicas.

Esses objetivos comprovam a finalidade do governo federal quebrar o vínculo de dependência da economia amazônica frente a decadente produção gomífera (BRITO, 2000; D'ARAUJO, 1992; MAHAR, 1978). O Plano buscava diversificar as atividades produtivas executadas na região, estimulando a agricultura, a pecuária, a industrialização, a exploração de recursos minerais e o aproveitamento do potencial energético de seus rios. Estes, por sua vez, seriam acompanhados e beneficiados pela criação de um plano de viação, ou seja, medidas de melhoramento dos serviços de transporte e comunicação, bem como uma política de ocupação regional. Não obstante, seus objetivos finais também contemplavam, ainda que superficialmente, o compromisso com a promoção da produção gomífera, atendendo assim as reivindicações dos ainda dominantes grupos regionais vinculados a este setor. Segundo Fernandes (2011, p. 253), a principal característica do discurso constituído para o PVEA consistia no fato de que ele era, “(...) ao mesmo tempo, em sintonia com algumas das principais estratégias desenvolvimentistas em nível nacional, mas que se mantém, de certa forma atrelado ao movimento regionalista amazônico em seu pleno desenvolvimento na primeira metade de século XX”.

Também foi criada a Lei n. 1.806/1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com sede em Belém, este órgão era responsável por colocar em prática as premissas do plano, assim como coordenar a atuação de outros órgãos que opinassem dentro da Amazônia brasileira. Neste aspecto, cabe lembrar que concomitantemente a instalação do PVEA, o governo fomentou a criação de duas outras instituições para atuarem na Amazônia. A primeira delas foi do Banco de Crédito da Amazônia (BCA)²⁸. Oriundo do antigo BCB, esta instituição dedicava-se não apenas a produção gomífera, como também a financiar outras atividades comerciais e produtoras na região amazônica. A outra instituição, subordinada ao CNPq, foi o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA)²⁹. Este órgão seria responsável pelo “(...) estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional”³⁰. Esses dois organismos

²⁸ Lei n.º. 1.184 de 30 de agosto de 1950.

²⁹ Decreto n.º. 31.672 de 29 de outubro de 1952.

³⁰ Id. Ibid. Art. 1.º.

contemplavam pontos chaves do Plano: o primeiro, na implantação de um sistema de créditos, e o segundo, na elaboração de pesquisas mais precisas sobre a região.

A SPVEA foi instalada em Belém em 21 de setembro de 1953, aprovando-se seu regimento um mês depois³¹. A supervisão do Plano ficava sob a responsabilidade da Comissão de Planejamento, composta por seis técnicos do governo federal, nove representantes dos estados e territórios amazônicos e chefiada pelo presidente da Superintendência. Durante a sua vigência, o PVEA teve suas ações centradas em dois subplanos (ou projetos): o Programa de Emergência, executado durante os doze primeiros meses de atividade do respectivo órgão (1953-1954), e o I Plano Quinquenal, elaborado com base no programa anterior e executado durante os anos 1955 e 1960. As ações planejadas versavam sobre seis áreas (subcomissões): a) desenvolvimento agropecuário; b) transportes, comunicações e energia; c) desenvolvimento cultural; d) recursos naturais; e) saúde; f) crédito e comércio. Cada subcomissão deveria centrar esforços no levantamento minucioso de problemas pertinentes a sua área de atuação, formando assim um esboço das prioridades a serem trabalhadas (D'ARAÚJO, 1992; MAHAR, 1978; MARQUES, 2007; OLIVEIRA, 2011).

3.4. A proposta de desenvolvimento presente no PVEA

Um dos principais focos do PVEA no esforço de soerguer e diversificar a economia amazônica versou sobre o “desenvolvimento agropecuário”. Apesar de não ser um dos maiores absorvedores do recurso orçamentários no início, este setor foi ganhando destaque durante a execução do I Plano Quinquenal, passando a ser a principal área de destinação de recursos do plano (*cf. tabela 1*). As propostas ligadas a essa área trataram, especialmente, sobre a mecanização da lavoura, estímulos à produção agrícola, pecuária e pesquisas e levantamento de dados pedológicos, demográficos e econômicos sobre a região (SPVEA, 1955a). Os investimentos na produção agrícola e pecuária abordaram tanto a questão da subsistência local, ou seja, a necessidade de sanar a grave crise de abastecimentos alimentícios pelos quais passava a Amazônia, quanto abordavam sua finalidade comercial, visando à exportação da produção para o mercado interno e externo (D'ARAÚJO, 1992).

³¹ Decreto nº 34.132, de 09 de outubro de 1953.

Tabela 1 – Distribuição de recursos segundo o orçamento da SPVEA

<i>Setor</i>	<i>Plano de Emergência</i>	<i>I Plano Quinquenal</i>
Despesas Administrativas / Burocracia	Cr\$ 40.000.000,00	Cr\$ 266.300.000,00
Desenvolvimento Agropecuário	Cr\$ 65.820.000,00	Cr\$ 1.823.428.000,00
Recursos Naturais	Cr\$ 33.460.000,00	Cr\$ 585.915.000,00
Transporte, Comunicação, Energia	Cr\$ 85.760.000,00	Cr\$ 1.772.722.000,00
Crédito e Comércio	-	Cr\$ 1.449.781.000,00
Saúde	Cr\$ 84.960.000,00	Cr\$ 1.518.710.000,00
Desenvolvimento Cultural	Cr\$ 20.000.000,00	Cr\$809.590.000,00
Total	R\$ 330.000.000,00	Cr\$ 8.226.446.000,00

Fonte: Decreto nº 35.020/1954 e SPVEA, 1955.

O grande apoio para a inserção da atividade agropecuária na Amazônia, segundo o PVEA, emanaria da colonização. Na percepção dos formuladores do Plano, a população regional era desqualificada para realizar esta atividade. Neste prisma, a ocupação da região seria realizada por um contingente de migrantes não amazônicos, responsáveis por preencher os “espaços vazios”. O processo de ocupação poderia se dar tanto pela histórica migração nordestina, quanto por trabalhadores excluídos do processo de industrialização, que se acelerava no sul e sudeste do país, ou mesmo com imigrantes japoneses. Esses novos grupos de colonos seriam alocados em núcleos agrícolas, espalhados por diversas regiões da Amazônia, os quais serviriam como polos de desenvolvimento regional, facilitando o acesso da assistência técnica, a formação de cooperativas e o fornecimento de créditos rurais que contribuiriam para dinamizar a economia regional (BRITO, 2001; D’ARAÚJO, 1992; MARQUES, 2007).

Foi assim, como estratégia para fortalecer a agricultura que surgiu a idéia da implantação de colônias agrícolas, pois segundo os formuladores do plano, somente com isso poder-se-ia introduzir uma mentalidade agrícola na população e garantir não apenas a permanência das pessoas no interior, mas principalmente atrair mais habitante (BRITO, 2001, p. 137).

Também como suporte a introdução da atividade agropecuária na região amazônica em larga escala, o setor de “desenvolvimento cultural” priorizaria o ensino técnico agrícola, para que mudasse os costumes regionais, superando os hábitos associados ao extrativismo. Uma vez engajados nesse novo projeto para o desenvolvimento local, os habitantes da região ofereceriam o suporte cultural necessário para manter o controle político brasileiro sobre a fronteira amazônica. No que pese aos setores de “saúde”, “créditos e comércio”, estes também deveriam oferecer a base necessária para a manutenção da população local e dos novos colonos na região, oferecendo assistência médica, construindo e equipando hospitais e

financiando a produção agrícola para extinguir o antigo sistema de aviação (D'ARAÚJO, 1992; MARQUES, 2007).

O principal intuito dessas medidas, segundo os próprios formuladores do plano, era constituir na região uma “sociedade economicamente estável e progressista”, onde se estimulasse outras atividades produtivas desvinculadas do obsoleto extrativismo gomífero, e impulsionasse a região a desenvolver-se em um sentido “paralelo e complementar ao da economia brasileira” (REIS, 1955, p. 18; SPVEA, 1955a, p. 24-25). Assim, o estímulo à produção agrícola regional daria resposta não apenas a crise de alimentação pela qual passava a região, como contribuiria para o processo de acumulação urbano-industrial do sul e sudeste do país ao baratear o custo da força de trabalho nas metrópoles (BAUMFELD e LEMOS, 1979; FERNANDES, 2011; OLIVEIRA, 2003).

Outro importante objetivo do PVEA consistiu em ações para o setor de transportes, comunicação e energia. A Lei 1.806/1953, em seu artigo 34, estabelecia a prioridade de serviços e obras de reforma e ampliação das centrais elétricas de Manaus (AM) e Belém (PA). No desenrolar do plano, incluiu-se a ampliação da capacidade de usinas térmicas e hidrelétricas de outras regiões e estudos para construção de usinas hidroelétricas em Samuel (RO), Paredão (AP) e Casca (MT). A finalidade era dotar todas as capitais dos estados e territórios amazônicos de energia elétrica, elemento primordial para o desenvolvimento econômico e a inserção de atividades industriais na região (BRASIL, 1954; SPVEA, 1955b). Aliás, em muitos momentos o plano apresentava um discurso semelhante ao definido pelos projetos de desenvolvimento do sul e sudeste do país, apontando a industrialização como um elemento de progresso indispensável. Entre as metas específicas elencadas no PVEA, contudo, em nenhum momento, seja no Programa de Emergência ou no I Plano Quinquenal, são mencionados investimentos diretos no campo da industrialização, pressupondo-se que este empreendimento seria reservado à iniciativa privada (SPVEA, 1955a) ou não estaria reservado para a Amazônia esse papel em uma re-divisão regional do trabalho e da produção.

No concernente ao campo dos transportes, um dos mais prestigiados pelo plano, tinha-se como principal meta a construção de rodovias, apresentadas como alternativas ao principal meio de transporte regional, o fluvial. Apesar de serem levantadas medidas, como o reaparelhamento de portos, ferrovias e construção de novos aeroportos, a maior parte dos recursos estava destinada a construção de cinco linhas principais de articulação terrestre: i) a Rodovia BR 029, ligando Cuiabá (MT) a Cruzeiro do Sul (AC) através de Porto Velho (RO) e

Rio Branco (AC); ii) a Rodovia BR 14, cujo extremos seriam as cidades de Guamá (PA) e Porto Franco (MA); iii) a Rodovia BR 22, que partiria do município de Igarapé-Açu (PA) até Peritoró (MA) de onde avançaria a ligação até Teresina (PI); iv) a Rodovia BR 16, que estabeleceria o vínculo entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA) e v) a via Anápolis-Belém, cuja articulação com o sul do país seria completado por transporte fluvial (SPVEA, 1955b). Esta opção pelo modal de transportes rodoviários para a Amazônia era coerente com o modelo que se implantava no Brasil, por meio do Plano de Metas. Não se tratava de uma viabilização econômica que privilegiasse as condições físicas e ambientais da região. Não se tratava da implantação de um modal que atendesse às demandas regionais. Esta opção evidenciava que as ações do PVEA atendiam a interesses de classe e a definições de desenvolvimento de classe, que se firmavam enquanto nacionais.

Ainda sobre o período de atuação da SPVEA, seria incluída a construção de um novo trajeto terrestre, a BR 010, ligando a cidade de Belém à nova capital do país, Brasília. Para acompanhar a execução da obra foi criada, em caráter especial, a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília³². Vistas como “caminhos para a civilização”, estas rodovias deveriam promover a integração da região ao projeto de desenvolvimento nacional, proporcionando o acesso dos novos colonos à região e facilitando o escoamento da produção agrícola, bem como abrindo novos mercados ao crescente setor automobilístico do sul e sudeste do país (BECKER, 2001; IANNI, 1971; RABELLO 2004).

A construção e o reaparelhamento de rodovias exerceram um efeito ‘mágico’ na mente de uma parte dos habitantes das pequenas e médias cidades, onde não eram visíveis os investimentos industriais. E a construção da Belém-Brasília representou uma demonstração ‘física’ da capacidade de realização do governo e das possibilidades do povo brasileiro. Com essa estrada, a Amazônia se tornava um pouco menos distante dos maiores centros populacionais e, também, parecia mais integrada à sociedade nacional (IANNI, 1971, p. 156).

O campo das comunicações, no entanto, seria o menos prestigiado dentro desse setor, limitando-se sua atuação a ampliação e reaparelhamento das estações radiotelegráficas. Tal tratamento também seria dado ao setor de “recursos naturais” dentro da estimativa orçamentária do Plano (*cf. tabela 1*). Isso porque grande parte das medidas relacionadas ao setor seria executada pelo INPA, o qual ficaria responsável pelo levantamento sobre o meio físico e sobre os recursos disponíveis na região e sua probabilidade de utilização. De posse desses estudos, caberia a SPVEA formular os projetos necessários para industrialização dos recursos, assim como oferecer os incentivos financeiros para estimular a iniciativa privada

³² Decreto n. 43.710, de 15 de maio de 1958.

neste ramo. Entre os interesses imediatos apontados no projeto, destacam-se pesquisas sobre: i) calcário nas regiões de Capanema, rio Maecurú, Itaituba e rio Maués³³; ii) combustíveis sólidos na faixa carbonífera do rio Amazonas e do rio Xingú ao Piauí; iii) e fosfato no litoral do Maranhão. Dentre as medidas ligadas ao setor de “recursos naturais” encontra-se ainda uma sutil menção quanto ao amparo ao setor extrativista, em vistas da melhoria de sua produtividade. Esta medida é justificada tendo-se como premissa o provável transtorno social e administrativo que poderia ser gerado pelo desaparecimento dessa atividade na região amazônica (SPVEA, 1955a). Esse desprestígio de ações e o deslocamento de outras ações para o INPA indicam, desde já, aquelas que, de fato foram as opções de classe adotadas pelo planejamento, onde duas ações se destacam como prioritárias: o desenvolvimento agropecuário e a construção de rodovias. Caberia ao INPA, ainda, fazer estudos de viabilidade de possíveis fontes minerais para as atividades na área de mineração.

Em geral, as medidas criadas para execução do PVEA apresentavam um considerável otimismo de seus formuladores quanto à capacidade de modificar a realidade socioeconômica da Amazônia, tratando especificamente sobre o seu potencial econômico. Não obstante, negligenciava elementos importantes, como as especificidades sociais da região e os cuidados com questões ambientais, que naquela altura ainda não eram tratadas como um problema, o que só aconteceria no final dos anos 60. A população indígena e outros grupos locais, como os ribeirinhos, por exemplo, sequer foram mencionados nos planos. E quanto ao aproveitamento dos recursos naturais, não há uma preocupação sobre os impactos que poderiam ser causados pela sua extração incessante (D’ARAÚJO, 1992).

Por fim, embora nas diretrizes do PVEA se estimasse a elaboração de outros planos quinquenais, estes não se concretizaram. O primeiro empecilho consistiu na irregularidade no repasse de recursos orçamentários. Durante sua vigência a SPVEA não chegou a receber todo o recurso assegurado pela Constituição de 1946. Outro problema refere-se à escassez de profissionais especializados que pudessem contribuir com a execução do Plano. Por fim, havia a ausência de controle nos recursos repassados, o que gerou, no início da década de 1960, acusações sobre casos de corrupção e desvio de verbas dentro da própria instituição. Pouco depois ao Golpe de 1964 a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)³⁴, a qual enrijeceria os imperativos sobre a

³³ Nesse aspecto menciona-se explicitamente a possibilidade de criação de uma fábrica de cimento e cal para o aproveitamento desse recurso.

³⁴ Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966.

segurança nacional nas políticas formuladas para a região (BRITO, 2001; D'ARAUJO, 1992; MAHAR, 1978; RABELLO, 2004).

3.5. O PVEA e o Plano de Metas³⁵

Concomitante ao período de execução do PVEA (1953-1966), o governo federal também elaborou uma grande estratégia de desenvolvimento da economia nacional, conhecido como Plano de Metas (1955-1960). Criado com base nas diretrizes traçadas pelas agências de desenvolvimento do período, como a CEPAL e o CMBEU, o Plano de Metas representou o auge do processo de industrialização no Brasil. Desta forma, trataremos o respectivo plano como a representação da política desenvolvimentista pensada para o centro econômico do país, a região sul-sudeste, fazendo um comparativo com a política de desenvolvimento elaborada para a Amazônia, o PVEA.

Ao compararmos as diretrizes traçadas nesses dois planos, notamos que embora a política de desenvolvimento elaborada para a Amazônia tenha sido instituída bem antes do Plano de Metas, nem por isso deixa de representar a política industrializante executada entre o período de 1930 e 1960. Muitos pontos dessas duas abordagens assemelham-se, particularmente em dois setores: transporte e energia. Além desses dois setores existem ainda pelo menos outras três áreas entre as quais as propostas desses respectivos programas podem ser confrontadas. São estas: (i) desenvolvimento agropecuário e alimentos; (ii) recursos naturais e indústria de base; (iii) desenvolvimento cultural e educação. Portanto, ao compararmos as propostas aludidas por esses cinco eixos, obtemos o seguinte quadro:

Quadro 1 - Comparativo entre as propostas previstas no PVEA e no Plano de Metas.

EIXOS	PVEA (1953-1966)	Plano de Metas (1955-1960)
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação, manutenção e remodelação do sistema de abastecimento de energia elétrica de algumas cidades; • Estudo do potencial hidrelétrico da Cachoeira de Samuel no Território Federal do Guaporé. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da produção de energia elétrica; • Produção de carvão mineral; • Produção e refinamento de petróleo; • Instalação de central atômica.

³⁵ Reflexão apresentada no VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica em agosto de 2012.

Transporte	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo e construção de rodovias; • Financiamento para estradas de ferro já existentes; • Construção e restauração de instalações portuárias; • Conclusão do aeroporto de Boa Vista, no Território Federal de Rio Branco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reparcelamento e construção de ferrovias; • Pavimentação e construção de rodovias; • Reparcelamento e ampliação dos portos e frotas de dragagem; • Ampliação da marinha mercante; • Renovação da frota aérea comercial.
Desenvolvimento Agropecuário & Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a produção agrícola e pecuária; • Promover a mecanização da lavoura; • Elaborar estudos pedológico, demográfico e econômico da região; • Estimular a colonização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da produção agrícola de trigo; • Construção de armazéns, silos, frigoríficos e matadouros; • Mecanização da agricultura; • Aumento da produção de fertilizantes.
Recursos naturais & Indústria de base	Investimento em pesquisas florestais, minerais, pesca e piscicultura.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da capacidade de produção de aço, alumínio, metais não ferrosos (cobre, chumbo, estanho, níquel, etc.), cimento, álcalis, celulose, papel de jornal e borracha; • Aumento da exportação de minério ferro; • Implantação da indústria automobilística, construção naval, mecânica e material elétrico pesado.
Desenvolvimento cultural & Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um programa de ensino, livros didáticos para o ensino fundamental; • Conclusão, ampliação e criação de escolar de Internatos de Iniciação Agrícola, Institutos Técnicos Profissionais e Aprendizado Agrícola, cursos de ensino profissional; • Fornecimento de bolsas de estudo para formação de especialistas • Edição e produção de obras e filmes sobre a região. 	Formação de pessoal técnico para a produção industrial.

Fontes: Decreto nº 35.020/1954; SPVEA (1955); Lafer (1975); Faro e Silva (1991).
Elaborado por Santos (2012).

Com base na análise do quadro, observa-se que ambos os Planos propunham, em relação ao setor energético, uma política comum de expansão da produção de energia elétrica. Particularmente no PVEA esta proposta já é exposta no primeiro documento que dispôs sobre o Plano, onde se estabelece como prioridade a oferta de serviços e obras de reforma e ampliação das centrais elétricas de Belém (PA) e Manaus (AM)³⁶. Outro dado importante diz respeito ao interesse da construção de uma hidrelétrica na Cachoeira de Samuel no rio Jamari, localizado no Território Federal de Rondônia³⁷, quando ainda não se tinha realizado nenhum

³⁶ *Id. Ibid.* Artigo 34.

³⁷ Criado em 1943 pelo Decreto Federal nº. 5.812 sob o nome de Território Federal do Guaporé. Teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia pela Lei nº. 2.731 de 17 de novembro de 1956, sendo finalmente levado a categoria de estado em 1981, pela Lei Complementar nº. 41.

empreendimento semelhante na Amazônia. Segundo informações coletadas em pesquisas anteriores esse empreendimento foi apresentado como capaz de oferecer energia abundante a baixo custo. Além disso, sua construção é apontada como um apoio para a solução de outros problemas importantes, como amortecimento de enchentes, melhoria das condições de navegabilidade do rio e instituição de um posto de piscicultura (SILVA, 1955). Estes dados demonstram como a questão energética já era colocada como um imperativo para o desenvolvimento econômico do país, sendo reforçadas nos demais programas elaborados para a Amazônia durante a vigência do Estado autoritário (SEVÁ FILHO *et al.*, 2011).

Outro ponto emblemático de conexão entre os Planos estava relacionado ao setor agrícola (eixo desenvolvimento agrícola e alimentos). A partir do processo de expansão industrial no Brasil na década de 1930 a agricultura passou a desempenhar o papel secundário, atendendo aos intuitos da acumulação capitalista industrial. Ela deveria suprir as necessidades das empresas de bens de capital e intermediários estrangeiros, bem como ao mercado interno, abastecendo as massas urbanas para que o custo de alimentação não elevasse ao custo da força de trabalho, interferindo no processo de acumulação urbano-industrial. Sua atuação residiria na expansão para o interior do país, apoiada pelo enorme contingente de mão de obra que migraria para esta região, em razão da oferta elástica de terras e, por último, do investimento estatal em infraestrutura, particularmente a construção de rodovias (OLIVEIRA, 2003). Essa análise está conectada à proposta presente no PVEA de fomentar a produção agrícola e pecuária na Amazônia. Pois uma vez que os gêneros alimentícios em geral passassem a ser promovidos em zonas de ocupação recente rebaixar-se-iam os custos de reprodução da força de trabalho (razão salário do trabalhador, necessária para a aquisição de alimentos), conseqüentemente contribuindo para a acumulação nos centros urbanos industrializados.

Do mesmo modo, no PVEA, a própria produção agropecuária seria um fator de atração de contingente populacional para a região. Estes migrantes, através de estímulos educacionais de técnicas agrícolas promovidos pela SPVEA, intensificariam a produção de alimentos (BRITO, 2001; D'ARAÚJO, 1992), fator determinante para o abastecimento local e o já mencionado barateamento da força de trabalho nos centros urbanos (OLIVEIRA, 2003; IANNI, 1971; BAUMFELD e LEMOS, 1979). Cabe ressaltar que, enquanto para o PVEA a educação, ou melhor, o desenvolvimento cultural, seria responsável pela capacitação técnica para a produção agrícola, no Plano de Metas a formação educacional, também estava centrada no raciocínio tecnológico, mas seria dirigida para a produção industrial.

Se por um lado, na visão do Plano de Metas, a construção de novas rodovias colocava-se como um fator impulsionador da expansão para o interior do país, neste caso, para conexão dos centros industriais com a nova capital federal (Brasília), por outro lado, partia-se do entendimento que o avanço da rede rodoviária nacional estimularia o crescimento da indústria automobilística. Esta, por sua vez, continuaria a atender aos imperativos do setor agrícola, oferecendo mais tratores para a mecanização da agricultura, preocupação presente em ambos os Planos. Nestas circunstâncias, uma das maiores iniciativas do PVEA diz respeito exatamente ao setor de transporte, o qual recebeu um dos maiores montantes do recurso destinado para o Plano³⁸. As rodovias funcionavam, do mesmo modo, como pontos de germinação na região norte, proporcionando tanto o acesso de novos colonos, quanto facilitando o escoamento da produção local (IANNI, 1971, RABELLO, 2004). Foi neste ensejo que o governo Kubitschek promoveu respectivamente através da SPVEA e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) a abertura das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho em 1960.

Não obstante, duas das áreas confrontadas (recursos naturais e indústria de base), que deveriam contemplar a produção gomífera, não se assemelham, apresentando propostas completamente divergentes. A necessidade de impulsionar a expansão da indústria automobilística demandava um aumento considerável no consumo de borracha nacional, em razão da fabricação de pneus para automóveis. Nestes termos, o Plano de Metas previa a expansão da capacidade de produção da borracha natural para 25.000 toneladas e 40.000 toneladas para a produção de borracha sintética. Contudo, no PVEA, especialmente no Plano de Emergência publicado em 1954, o incremento da produção gomífera se quer é mencionada. As ações promovidas pela SPVEA, no que tange a produção extrativista, limitaram-se ao estabelecimento de financiamentos através do BCA (PINTO, 1984). Neste ínterim, ao analisar-se o resultado do Plano de Metas, nota-se que enquanto a produção de borracha sintética fora atingida, a de borracha nacional não ultrapassou o total de 22.500 toneladas (LAFER, 1975; FARO, SILVA, 1991).

³⁸ Cr\$85.760.000,00 no Programa de Emergência, conforme decreto nº 35.020/1954. E Cr\$1.772.722.000,00 no Plano Quinquenal (SPVEA, 1955).

4. A VALORIZAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Embora entender o contexto de formação e os propósitos subjacentes à elaboração do PVEA seja de fundamental importância para este trabalho, ressaltamos que nosso escopo não é tratar genericamente o planejamento elaborado para o desenvolvimento da Amazônia, mas principalmente para o Território Federal de Rondônia e seus impactos para o desenvolvimento local. Por isso, tentaremos neste capítulo esmiuçar as medidas estabelecidas no PVEA, destacando o papel atribuído para Rondônia dentro deste.

4.1. O desenvolvimento de Rondônia

Criado somente em 1943, sob os auspícios dos Acordos de Washington, o Território Federal de Rondônia já se destacava entre as muitas localidades extratoras de borracha da Amazônia. Um dos grandes responsáveis pelo surto migratório desta localidade foi a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), empreendimento estrangeiro idealizado para amparar a produção gomífera da região e da Bolívia, tendo estimulou a migração de trabalhadores de diversas nacionalidades, os quais foram em grande parte assolados pelas endemias tropicais e pelas péssimas condições de trabalho a que eram submetidos. Foi a partir desse empreendimento que se formou os primeiros núcleos habitacionais em Rondônia, com especial destaque para a atual capital do estado, Porto Velho, e a cidade de Guajará Mirim – os únicos municípios da região no período de existência do Território³⁹ (SILVA, 1984; MATIAS, 1997).

Mas os abalos na economia amazônica, em particular devido à perda do monopólio de fornecimento de borracha vegetal no mercado internacional, prejudicaram a administração da própria ferrovia. Neste ensejo, a companhia estrangeira responsável pela administração da Madeira-Mamoré, ameaçou demitir vários funcionários, causando intenso alvoroço popular. Apesar de algumas intervenções particulares para tentar amenizar a situação, a administração da EFMM resolveu abandoná-la no início da década de 1930 (SILVA, 1984, TJ-RO, s.d.). Esta, por sua vez, passou a ser administrada pela União, que posteriormente chegou a estatizá-la⁴⁰. Cabe ressaltar que o interesse do Estado na manutenção da EFMM foi meramente política, em vista do Tratado firmado com a Bolívia. Economicamente a Madeira-Mamoré

³⁹ Decretos nº 6.550 de 31 de maio de 1944 e nº 7.470 de 17 de abril de 1945.

⁴⁰ Decreto nº 20.200 de 10 de julho de 1931 e Decreto nº 1.547 de 05 de abril de 1937.

nunca foi um empreendimento vantajoso, tendo levado quase uma década para ser concluída, os custos finais da obra foram superfaturados e o próprio empreendimento inaugurado tardiamente, durante o primeiro declínio da exportação de borracha natural (HUGO, 1998; MATIAS, 1997; PINTO, 1992; SILVA, 1984).

A região que comporta hoje o estado de Rondônia só voltaria a ganhar projeção na ocasião de criação do próprio Território. Neste contexto, é importante ressaltar a proeminente figura política de Aluizio Pinheiro Ferreira, o qual participou ativamente do início da vida política do território, tornando-se o primeiro administrador brasileiro da ferrovia, após o abandono da companhia estrangeira, e o primeiro governador do Território na ocasião de sua instalação. Destacou-se também por incumbir-se da tarefa de promover abertura da rodovia idealizada por Roquete Pinto em 1915, que ligaria o território ao estado de Mato Grosso. Este projeto só seria concretizado pelo Coronel Paulo Nunes Leal, governador do Território, em vista dos estímulos oferecidos pela gestão do então Presidente Juscelino Kubitschek. A rodovia BR 029, posteriormente denominada de BR 364, tornou-se um dos principais meios de acesso para a colonização do estado nos anos 1970 e 1980 (HUGO, 1998; LEAL, s. d.; PINTO, 1992; SILVA, 1984; TJ-RO, s. d).

Outro fator responsável pelo crescimento populacional e econômico da região consistiu na descoberta de diamantes e cassiterita nas proximidades de Vila Rondônia, atual Ji-Paraná, na década de 1950. A cassiterita é um mineral utilizado para produção de estanho, elemento químico responsável pela formação de ligas metálicas e, por isso, importantíssimo para fabricação industrial de armas, peças, enlatados e outros produtos manufaturados. Na década de 1960, Rondônia tornou-se o principal produtor de cassiterita do país, representando mais de 90% da produção nacional (SILVA, 1984; HUGO, 1998; RABELLO, 2004).

Como a maior parte dos territórios amazônicos, podemos definir que as relações materiais⁴¹ em Rondônia centravam-se no antagonismo entre duas classes sociais. A primeira era representada pelos seringalistas e comerciantes, os quais compunham uma espécie de burguesia/oligarquia regional que, por sua vez, formava uma fração da classe dominante nacional. Por conseguinte, a classe dominada era composta pelos trabalhadores: seringueiros, ferroviários, estivadores e outros profissionais responsáveis pela produção de riquezas na região. Conforme identificamos em trabalhos anteriores⁴², esses grupos organizavam-se em

⁴¹ Conferir explicação sobre o sistema de aviamento na página 34 deste trabalho.

⁴² Cf. SANTOS, 2011. Neste trabalho de conclusão de curso apresentamos uma profunda análise sobre as organizações civis existentes no Território Federal de Rondônia na década de 1950.

seus próprios aparelhos privados de hegemonia, dentro dos quais buscavam articular-se politicamente. Entre as organizações civis da classe dominantes destacam-se: a Associação Comercial do Guaporé, a Associação dos Seringalistas do Guaporé e a Confederação Nacional dos Seringalistas. Já os trabalhadores reuniam-se na Associação dos Trabalhadores em Construção Civil de Porto Velho e no Sindicato dos Estivadores do Território de Rondônia (Conferir apêndice D). Não havia uma agência para organização política dos seringueiros, pois conforme já mencionamos a distância, a dificuldade de comunicação e a fiscalização constante sobre o seu trabalho inibiam esta articulação.

E embora fosse difícil identificar nominalmente a presença de membros das organizações mencionadas nos quadros representativos da sociedade política rondoniense, tendo em vista que os cargos eram vinculados à escolha do governador do Território que em sua maioria foi composto por oficiais do exército brasileiro nomeados pelo Presidente da República, conseguimos identificar vínculos entre estes gestores e os interesses da burguesia regional.

Uma das primeiras manifestações das organizações civis e sua relação com o Território recém-fundado pode ser identificada na gestão de Aluizio Ferreira, que era líder político do grupo denominado “Cutuba”. No período em estudo, observamos a criação e a atuação de uma associação destinada à reunião de seus aliados, a *Sociedade dos Amigos de Aluizio Ferreira*, onde identificamos a presença de importantes seringalistas regionais, membros da Associação dos Seringalistas do Guaporé e da Associação Comercial do Guaporé. Um destes renomados membros da classe dominante regional foi o seringalista Otávio Reis. Por outro lado, o Coronel Joaquim Vicente Rondon e o médico Renato Medeiros, líderes do grupo de oposição a Aluizio Ferreira, denominados como “Peles-Curtas”⁴³, também *possuíam* em seus partidos, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) a aliança com representantes da Associação Seringalista do Guaporé, como Jayme Peixoto de Alencar (SANTOS, 2011). Ressalte-se que os grupos de situação e oposição eram dirigidos por membros dos segmentos de classe dominante. As disputas políticas não representavam qualquer defesa mais efetiva dos interesses dos segmentos dominados. Podemos, eventualmente, identificar a participação de professores, jornalistas, advogados. Todavia, não representavam interesses dos segmentos dominados, bem como não contribuía para a articulação política dos mesmos.

⁴³ Sobre a disputa política entre Cutubas e Peles-Curtas, conferir Matias, 1997, p. 97 – 105 e Borzacov, 2007, p. 26-27.

Eram usuais as manifestações políticas, a favor de um grupo ou de outro, ou mesmo de ataques, serem feitas através de jornais, os quais funcionavam como um *partido*, como defendido por Gramsci (2006a). Aqui cabe ressaltar a concepção de Estado gramsciano e o papel das organizações da sociedade civil presentes nessa concepção.

O entendimento do papel da sociedade civil é um dos conceitos fundamentais do pensador italiano e, somente a partir dessa compreensão é que podemos perceber a ampliação do conceito de Estado presente no mesmo argumento. Para Gramsci a Sociedade Civil é parte integrante da superestrutura, diferentemente de Marx que a concebia como infraestrutura. As mudanças ocorridas nos mecanismos de participação políticas da época em que viveram Marx e Gramsci podem ser a chave para a compreensão da alteração processada pela concepção gramsciana. Os organismos de participação política, como os partidos políticos e os sindicatos, tinham uma maior presença no século XX. Gramsci se debruçou sobre essas organizações, que ele chamou de Aparelhos Privados de Hegemonia, definidos como organismos de participação política de filiação espontânea, por isso “privados”. Quando Gramsci compreende o papel político destes aparelhos privados, ele acaba por ampliar a concepção do próprio Estado, pois concebia a sociedade civil, enquanto elemento da superestrutura e com funções políticas.

O Estado Ampliado gramsciano seria, então, a interação constante entre a sociedade civil (organizada em Aparelhos Privados de Hegemonia) e a sociedade política, formado pelo conjunto de instituições e mecanismos de violência do Estado restrito. As disputas políticas pelo controle dos organismos do Estado se daria no âmbito da sociedade civil, que seria responsável pela difusão de ideologias. Na sociedade civil se busca, através da direção política, construir uma visão de mundo, que apesar de ser de classe, torne-se capaz de produzir consenso. Os elementos materiais para essa construção da capacidade de direção, segundo Gramsci, são os jornais, revistas e outros elementos capazes de difundir suas visões de mundo.

Com base nessa reflexão e observando as disputas em torno da direção no Território Federal do Guaporé é que entendemos as organizações civis em Rondônia e o papel dos jornais, como meios de difusão de suas ideologias. Era muito comum publicar nos meios de comunicação local notas entusiasmadas sobre as conquistas desses gestores em prol da burguesia regional, como exemplificado abaixo.

APÊLO UNÂNIME DO LEGISLATIVO PARAENSE À APROVAÇÃO DO PROJETO ALUIZIO FERREIRA SÔBRE SERINGUEIROS E SERINGALISTAS
Expressivo telegrama enviado ao deputado guaporense

A propósito do projeto do deputado Aluízio Ferreira, ora em fase final de aprovação, sobre vantagens a seringueiros e seringalistas que lutam por uma definitiva e decisiva vitória da borracha, como produto de real e inestimável valor na economia nacional, foi enviado pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, àquele parlamentar o seguinte telegrama:

<<Deputado Aluízio Ferreira – Rio – Conforme deliberação da Assembléia Legislativa do Estado do Pará e aprovação unânime do requerimento de autoria do deputado Reis Ferreira tenho a honra de comunicar a V. Excia. que este Poder acaba de telegrafar à bancada amazônica solicitando a aprovação do projeto de V. Excia., sobretudo expressivo trabalho recomendado na 3ª Conferência Nacional da Borracha que consubstancia o pensamento deste Poder num amparo a seringueiros e seringalistas empenhados nesta grande batalha e de significação decisiva à produção da borracha necessária ao esforço e vitória das Nações Unidas Cordiais Saudações. Abel Martins e Silva, presidente>>⁴⁴.

Repare-se que nesta nota, há a intransigente defesa dos interesses dos seringalistas, a despeito do declínio da produção gomífera. A construção de um bloco regional em decadência econômica, que busca manter sua hegemonia sobre a classe trabalhadora local. Esta, por sua vez, embora fosse minimamente organizada, não representava oposição à classe dominante, pois a sua subsistência estava vinculada ao mesmo modelo produtivo. Mais do que uma nota ou um telegrama, a legislação que se procura construir, é uma demanda dos grupos seringalistas organizados em seus aparelhos privados de hegemonia, citados anteriormente.

4.2. O projeto para Rondônia

Na década de 1950 o Território Federal de Rondônia, assim como grande parte dos estados e territórios da Amazônia brasileira, sobretudo as áreas urbanas, sofreram com uma grave crise de abastecimento de bens alimentícios quanto carne proveniente de gado criado em pastagem (carne verde). Segundo análises realizadas por nós sobre o período⁴⁵, a razão desta crise deu-se pela restrição do trabalho do homem amazônico a produção extrativista nas décadas anteriores, o que limitou o aprendizado sobre outros tipos de atividade produtiva (PEREIRA, 2007; PINTO, 1992). Na medida em que a crise se agravava, aumentavam as reclamações de populares quanto a esta situação. A solução para o fornecimento de carne bovina em Rondônia foi providenciada pelo próprio governo territorial que instituiu em 1953 a fazenda experimental Pau D'Alhos para criação de gado bovino e búfalos nas margens do

⁴⁴ ALTO MADEIRA. Porto Velho, 05 jul. 1953, Ano XXXVI, nº 4294, p. 1. Todas as citações que se seguem estão apresentadas conforme publicado no jornal, acompanhando seus respectivos erros de digitação.

⁴⁵ Cf. MIGUEL e SANTOS, 2011 e SANTOS, 2011. Nestes trabalhos foi tratado o problema da falta de abastecimento de carne verde em Rondônia.

rio Guaporé com supervisão de técnicos do IAN⁴⁶ (SANTOS, 2011). Não obstante, membros do aparelho burocrático local reivindicavam maior apoio do governo federal para o problema do abastecimento de alimentos. Sendo assim, suscitaram-se discursos sobre a ausência de uma verdadeira “população agrária”, reclamando a necessidade de “povoar” a região sem, contudo, abandonar a questão dos seringais.

O problema da alimentação está se tornando para este Território um caso crucial. Não existem rebanhos e nem se tratou até hoje de se dar criadores do vizinho Estado de Mato-Grosso onde há inúmeras fazendas cujo gado não pôde ser negociado pela dificuldade do meio. (...)

Precisamos, por isso, sair dessa situação de subordinação, cuidando seriamente do desenvolvimento da criação de gado no Território. Aqui fica o alvitre de como resolvê-lo, que, é o do povo do Território.

A indústria agrícola, pela mesma forma, está exigindo atenções especiais por parte da Administração Pública. Território novo, quase desabitado quando de sua constituição, não possui população agrária que só agora começa a se formar. (...)

A instituição do chamado BANCO DA BORRACHA, hoje “Banco de Crédito da Amazônia”, em nada veio influir para a melhoria da situação do seringueiro e do seringalista. Está muito longe de preencher a sua finalidade. Também com raras exceções, mesmo pelo receio de serem incluídos na lista negra e lhe sere criadas dificuldades no Banco, de uns e outros as queixas que se ouvem são contínuas. (...)

Não é possível tratar-se de problemas econômicos de uma região que está em formação, como esta, sem cogitar do problema imigratório. A imigração, no caso do Guaporé, deverá visar duas finalidades: - a dos seringais e a da colonização. Aquele deve ser atacada de maneira eficiente, mas num plano muito diferente do que nos trouxe a chamada <<Campanha da Borracha>>⁴⁷.

Portanto, a crise de bens alimentícios no território foi o ponto chave para inserção da política de diversificação do modelo produtivo na região defendida pelo SPVEA. Não havia impedimento dos seringalistas e dos comerciantes locais quanto a esta iniciativa. Por ser um problema enfrentado por todos os habitantes das áreas urbanas do Território, qualquer medida que pudesse solucionar a questão era bem vinda, ainda que esta medida visasse atender aos interesses de outras frações da classe dominante nacional. O papel da SPVEA no Território centrou-se, portanto, no fornecimento de apoio financeiro para formação de núcleos agrícolas. Desta forma, foram criadas no início da década de 1950, cinco colônias agrícolas em Rondônia, com lotes de aproximadamente 25 ha: Iata, Areia Branca, Nipo-Brasileira, 13 de setembro e Paulo Leal (CEMIN, 1992). Estas colônias, por sua vez, seriam ocupadas por uma nova população com uma cultura verdadeiramente vinculada a produção agrícola, sendo estes migrantes de outras regiões do país ou mesmo de outras nacionalidades.

⁴⁶ ALTO MADEIRA. O Govêrno intervem no mercado da carne. Porto Velho, 18 jul. 1953. Ano XXXVI. Nº 4305, p. 1. ALTO MADEIRA. Rebanhos de búfalos e bovinos para o Território Federal do Guaporé. Porto Velho, 26 jun. 1954. Ano XXXVII. Nº 4593, p.1.

⁴⁷ ALTO MADEIRA. Memorial apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo dr. Theodoro Assumpção. Porto Velho, 13 mar. 1951. Ano XXXIII, nº 3712, p. 2.

O território favorece aos colonos das zonas super povoadas e castigadas pela seca do Nordeste que venham se estabelecer nas colônias agrícolas perto de Porto Velho e no percurso de 18 milhas de bom solo ao longo da estrada perto de Iata, junto a majestosas cachoeiras. Ele tem esperança de que alguns dos milhares de fazendeiros japonezes esperados para a Amazônia em 1954-54, se estabeleçam no Guaporé, aliviando assim a falta de certos alimentos que se verifica em Pôrto Velho. Essas possibilidades, estão sendo estudadas pelo novo superintendente da Valorização da Amazônia⁴⁸.

Conforme mencionamos anteriormente, outro importante fator para o desenvolvimento local consistiu na expansão da extração mineral em Rondônia. Apontada pelos próprios gestores como a “nova fonte de riqueza” do Território, este acontecimento suscitou a discussão quanto à necessidade de ampliação do sistema de transporte local. Segundo relatório elaborado por Fritz L. Ackermann, o traslado entre Porto Velho até o distrito de Calama, localidade onde garimpeiros realizavam a extração do minério da cassiterita, demorava, em média, oitenta e sete horas. Não obstante as adversidades apresentadas no relatório, nota-se durante o período tratado um aumento considerável de pedidos judiciais para a formação de firmas de mineração e pedidos de autorização para pesquisas de minério em Rondônia (SANTOS, 2011).

Em vista de ampliar o acesso a região, uma das principais ações da SPVEA em Rondônia consistiu na abertura da BR 29, atual BR 364. Esta obra era um antigo projeto do governo territorial, cujos alvitre já haviam sido iniciados no início dos anos 1940, conforme já fora mencionado. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos integrantes da companhia responsável pela abertura da estrada levaram a constantes interrupções da obra (PINTO, 1992). Concretizada em 1961, no final do governo de Juscelino Kubitschek, esta rodovia tornar-se-ia o grande eixo de integração do estado com o restante do país e, posteriormente, o seu principal “polo de desenvolvimento” e colonização durante as décadas de 1970 e 1980.

As demais atuações da SPVEA em Rondônia consistiram na consolidação de convênios diretos com a administração do Território. Neste ensejo, o primeiro lote de recursos capitaneados foi destinado ao abastecimento de água em Porto Velho⁴⁹. Em seguida a própria SPVEA encaminhou dois técnicos para estudar as potencialidades da região para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e outras fontes de produção que pudessem formar a estimada “sociedade estável e progressista” idealizada no PVEA⁵⁰.

⁴⁸ ALTO MADEIRA. Esperança na colonização por japoneses. Porto Velho, 05 maio 1954. Ano XXXVII. Nº 4548, p. 2.

⁴⁹ ALTO MADEIRA. 2 milhões e 200 mil cruzeiros para o abastecimento de água em Porto Velho. Porto Velho, 25 dez. 1953. Ano XXXVI. Nº 4440, p. 1.

⁵⁰ ALTO MADEIRA. Porto Velho, 24 jan. 1954. Ano XXXVI. Nº 4.464, p. 1.

(...) iniciaram as conferências e debates sobre os estudos que ora se realizam, referentes à aplicação das verbas do Território do Guaporé, verbas essas que compreendem os serviços de saúde pública, prosseguimento das rodovias, equipamento para a Madeira Mamoré, projetos de construção de cais do porto, acabamentos das obras do abastecimento d'água de Porto Velho, estudos complementares do aproveitamento da cachoeira do Samuel, para energia hidro-elétrica, bem como serviços outros que alcançam vasto programa de melhoramentos para todo o Território nos dois municípios: Porto Velho e Guajará Mirim⁵¹.

No decorrer dos anos subsequentes novos convênios foram estabelecidos entre a direção da SPVEA e o governo territorial. Nestes convênios estabeleceu-se a realização de diversos projetos, tais como: 1) reaparelhamento das colônias de Iata e Candeias; 2) construção de um conjunto residencial dos servidores e técnicos do Hospital de Guajará Mirim; 3) financiamento de serviços de montagem e equipamentos da Usina Elétrica de Porto Velho e melhoria da rede de transmissão; 4) compra de viaturas mecanizadas para o desenvolvimento agropecuário; 5) construção e aparelhamento da Olaria de Porto Velho; 6) construção da sede da prefeitura de Porto Velho; 7) manutenção e reequipamento dos serviços de navegação do Guaporé; 8) instalação e ampliação de internadas⁵² em fazendas de gado nos municípios de Porto Velho e Guajará Mirim; 9) Construção de um posto de saúde em Iata (Colônia Agrícola Presidente Dutra); 10) conclusão das obras do matadouro de Porto Velho; 11) construção e aquisição de equipamentos para os hospitais de Porto Velho e Guajará Mirim; 12) manutenção da maternidade de Porto Velho; 13) prosseguimento das atividades da Escola de Iniciação Agrícola de Nova Vida na Bacia do Jamari; 14) construção de um aeroporto em Porto Velho; 15) construção da rodovia ligando Porto Velho a Guajará Mirim⁵³.

4.3. O regional desenvolvimentismo

Embora os projetos da SPVEA elaborados para Rondônia tenham semeando importantes iniciativas no propósito de soerguer e diversificar a economia amazônica, desvinculando-a da decadente produção extrativista, reconhecemos que este não se fez sem a constante interferência do grupo de seringalistas e comerciais locais. Isto porque em qualquer processo histórico de transformação social, é impossível estabelecer um novo grupo

⁵¹ ALTO MADEIRA. Assinado o convênio entre o governador do Guaporé e a Valorização. Porto Velho, 13 mar. 1954. Ano XXXVI. Nº 4503, p. 1.

⁵² Local onde se confina o gado para engordar.

⁵³ ALTO MADEIRA. Convênios assinados entre o governo do Guaporé e a Valorização da Amazônia. Porto Velho, 11 maio 1955. Ano XXXVIII. Nº 4859, p. 1. _____. Porto Velho, 31 jul. 1955. _____. Porto Velho, 18 out. 1955. Ano XXXVIII. Nº 4991, p. 1. _____. Porto Velho, 31 jul. 1955. Ano XXXVIII. Nº 4926, p. 1. _____. SPVEA e Governo de Rondônia firmam pontos de grande interesse para o soerguimento do Vale. Porto Velho, 11 dez. 1956. Ano XXXVIII. Nº 5.327, p. 1. _____. Rondônia não perdeu um só convenio com a SPVEA. Porto Velho, 23 fev. 1957. Ano XXXIX, nº 5287, p. 1.

dominante, aniquilando por completo o grupo anterior. Neste caso, discutiremos os interesses envolvidos na elaboração e instalação dos projetos elaborados para Rondônia, destacando o posicionamento da burguesia regional.

O primeiro embate travado pelo grupo de seringalista consistiu na incorporação de medidas que pudessem beneficiar a produção gomífera. Conforme mencionamos no capítulo anterior, os debates em torno da elaboração do PVEA não contemplavam este setor. E embora este tenha sido acrescentado na ocasião de promulgação da Lei nº 1.806/1953, não se acreditava que pudesse recuperar a produção extrativista. Dessa forma, já no Programa de Emergência propunha-se uma transformação gradual deste modelo produtivo para o modelo agrário-exportador.

O sistema extrativista atual, com todos os seus defeitos, não pode ser, entretanto, descontinuado, porque não somente é a base econômica da Amazônia atual e dele vive parte maior de sua população, como ainda realiza uma tarefa do mais alto interesse nacional que é a produção de borracha silvestre. Sua conversão à fase agrícola ou à exploração gradual da floresta terá de ser gradativa, segundo fases que o Plano Quinquenal fixará, criando condições em que a conversão se realize espontaneamente, pelo interesse do extrativista na obtenção de um padrão de vida mais alto (SPVEA, 1954, p. 101).

Neste aspecto, é válido ressaltar a importância dada à produção agrícola para o abastecimento de bens alimentícios. Segundo o próprio plano, a produção de alimentos deveria ser estimulada tanto para o consumo local, quanto para atender as necessidades nacionais *a posteriori*. Assim, a Amazônia ficava responsável por prover as matérias primas e os produtos alimentares importados pelo país, integrando-se no esforço de desenvolver a economia brasileira (SPVEA, 1954, p. 8). Portanto, ficava claro o papel delegado a Amazônia na política de desenvolvimento econômico brasileiro e na divisão territorial do trabalho: fornecedor de matérias primas para o barateamento da mão de obra das regiões industrializadas do país.

O segundo choque de interesses apresentado no PVEA consistiu na definição do nome que assumiria a superintendência do plano. O primeiro nome cogitado para assumir a direção da instituição foi Juarez Távora, em Ministro da Agricultura do primeiro governo de Vargas. No entanto, problemas de saúde não lhe permitiu aceitar o cargo. Antes da nomeação definitiva do primeiro superintendente da SPVEA, um segundo nome foi cogitado, o de

Andrade Queiroz. Mas a pedidos da bancada amazônica no Congresso Nacional, instituiu-se Artur César Ferreira Reis para o encargo⁵⁴.

No que pese as iniciativas para elaboração do PVEA, as classes dominantes regionais eram favoráveis a qualquer medida que viesse atender financeiramente a região. Não eram contrários a instalação da produção agrícola local, reconhecendo os benefícios adquiridos por essa iniciativa. Neste caso, destacamos uma nota publicada em jornal de Porto Velho por um importante seringalista de Rondônia:

Graças a alguns abnegados agricultores, já se nota em Pôrto Velho, abundancia de Farinha, Arroz, Feijão, Milho e verduras dos japoneses, por preços acessíveis, tudo produção do Território.

Vive-se, no Brasil inteiro a lamentar a carestia de vida, culpando-se os governos pelas nossas dificuldades, mas os únicos responsáveis pelas nossas dificuldades somos nós mesmos.

Precisamos nos convencer de que a fartura vem do cultivo e exploração da terra, sem o esforço do trabalho não pode haver abundância.

Na Amazônia, temos a Valorização, que auxilia aos que se organizarem para trabalhar, porque não nos organizarmos para desenvolver a agricultura e pecuária, que é a terra onde; faltam somente iniciativas e coragem para trabalhar⁵⁵.

Não obstante, os representantes dessa classe dominante regional buscavam angariar benefícios diante das propostas do plano, reivindicando a destinação de recursos para atender os interesses da produção extrativista. Neste prisma, destacaram-se também as percepções apresentadas por Carlos Augusto de Mendonça Lopes, diretor de um importante periódico local e membro de diversas organizações civis (*cf. apêndice D*). Ele atuou também enquanto representante e assessor territorial junto ao BCA (1953/1955) e foi representante do território na própria SPVEA (1954/1955/1957) (SANTOS, 2011). Em seus posicionamentos, Mendonça buscou defender junto às referidas instituições os interesses das classes dominantes do Guaporé e de sua articulação com o desenvolvimento nacional, afirmando ser necessário o crescimento do setor industrial, principalmente o de artefatos de borracha, no sul e sudeste do país.

Belém, 22 (Correspondente) A' sessão de ontem do Conselho Consultivo do BCA compareceu o presidente dessa entidade de crédito, dr. Gabriel Hermes Filho, para debater com os conselhos importante assunto relativo à provável importação de borracha do Oriente, devido ao crescente surto as indústrias de artefatos do sul do país. O presidente do BCA solicitou ao Conselho estudar detidamente qual a maneira de aumentar, desde já, a produção da borracha nos seringais da Amazônia. Nesse momento o conselheiro Carlos Mendonça, delegado do govêrno do Território do Guaporé, apoiado pelo representante da Associação Comercial do Guaporé e

⁵⁴ ALTO MADEIRA. Solucionado o caso da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Porto Velho, 01 jul. 1953. Ano XXXVI. Nº 4289, p. 1. _____. O plano amazônico. Porto Velho, 12 ago. 1953. Ano XXXVI. Nº 4326, p. 1.

⁵⁵ REIS, Octávio. Palavras de louco. Alto Madeira. Porto Velho, 14 jul. 1955. Ano XXXVIII. Nº 4912, p. 1.

Acre, declarou que sem aumento de preço não se pode cogitar aumento de produção, tal a elevação astronômica das mercadorias de utilidade imediata dos seringueiros⁵⁶.

Ao mesmo tempo em que exaltava a realização de grandes obras, como a Madeira Mamoré, para o surgimento do Território Federal de Rondônia e destacava a importância da introdução de novos métodos para controlar as endemias regionais, como o diclorodifeniltricloroetano (DDT)⁵⁷, apontando-os como grandes fatores para o desenvolvimento regional, Mendonça pregava a importância da manutenção do homem amazônico ao meio rural, desmentindo assim propostas expostas por alguns grupos sobre a importância da urbanização para o desenvolvimento do Território.

O programa político que se desenha no cenário brasileiro a partir de 1951, (...) como acentuou na sua recente entrevista o sr. Getúlio Vargas, leva à afirmativa de que os municípios terão um papel preponderante a desempenhar na formação de novas bases de progresso e desenvolvimento do Território. São apenas 2 os municípios do Guaporé, mas dos seus futuros administradores dependerá a solução de vários problemas até hoje sem planificação. (...) O município deve ser autônomo, como prescreve a Carta Magna; mas não independente como querem os totalitários de esquerda, nem submisso ao Estado como desejam os totalitários da direita.

O que todos sentem, no Guaporé, com relação aos dois municípios é que estes devem se preocupar menos com as obras de suntuosidade urbana e olhar para a fixação do homem à terra, procurando estancar o exôdo das populações rurais e dos seringais para o artificialismo das cidades, que exercem pernicioso fascínio sobre a gente simples, pelo luxo e conforto que oferecem. Todos os dias estamos vendo agricultores e seringueiros abandonarem seus sítios e logares de trabalho para se fixarem nas capitais, atraídos pelo conforto que não encontram no interior.

Mas, por outro lado, não se deve abandonar o homem do interior à sua própria sorte. Ou melhor, à sua má sorte. Incumbe aos poderes territorial e municipal a tarefa de levar aos que fazem a riqueza da região – pelo que produzem na borracha e nos campos – aquilo que os atrai nas cidades: assistência escolas; assistência médica permanente e não uma assistência esporádica; assistência agrícola, com a visita frequente de um agrônomo e veterinário; direito à participação das regalias conferidas pelos institutos de previdência social⁵⁸.

Nota-se, portanto, a construção de um discurso desenvolvimentista-regionalista que diante dos questionamentos sobre o desempenho do setor extrativista e exportador, tende a apropriar-se de princípios básicos da estratégia de desenvolvimento nacional e, em compensação, participa da produção do “homem amazônico” nos marcos de um sistema de produção extrativista. Ou seja, trata-se de uma solução de equilíbrio, uma tentativa de manter as necessidades hegemônicas do projeto desenvolvimentista nacional e a manutenção das relações de poder local (FERNANDES, 2011; SANTOS, 2011).

Por conseguinte, a disputa de interesses dentro do plano também atravessou a própria fração da classe dominante regional, promovendo uma disputa entre estados e territórios

⁵⁶ ALTO MADEIRA. Porto Velho, 23 set. 1953. Ano XXXVI, nº. 4361, p.1.

⁵⁷ ALTO MADEIRA. Porto Velho, 19 jan. 1950. Ano XXXII, nº 3486, p. 2.

⁵⁸ MENDONÇA, C. Programa Municipal para 1951. Alto Madeira. Porto Velho, 28 out. 1950. Ano XXXIII, nº 3635, p. 1. Grifo nosso.

atendidos pelo plano em torno da distribuição dos recursos destinados ao atendimento desses agentes.

É extranhavel que o Guaporé tenha ficado em posição inferior aos demais Território Amazonicos, sobretudo sabendo-se que sua população orça por 47 mil habitantes, com uma importante ferrovia, zona fronteira e contribuindo com 6 mil toneladas de borracha anualmente. Justamente agora que o governador Paulo Nunes Leal programou uma grande campanha em favor da agricultura a colonização desta região é que as verbas do Plano Quinquenal se mostram tão mesquinhas e pode-se afirmar, insuficientes para o desenvolvimento agro-pecuário do Território⁵⁹.

⁵⁹ ALTO MADEIRA. Prejudicado o Guaporé no Plano Quinquenal da Valorização. Porto Velho, 13 nov. 1954. Ano XXXVII. Nº 4713, p. q.

CONCLUSÃO

Ao analisar a formação política e social da Amazônia brasileira, observa-se que esta foi marcada por várias interseções externas, intensificadas, mediante políticas formuladas pelo governo federal com interesse de habitar a região. Já nos ensejos da Marcha para Oeste nota-se algumas iniciativas no sentido de estimular a colonização e a produção agrícola na Amazônia, elemento que foi predominante nas iniciativas promovidas pelo PVEA. O planejamento para o desenvolvimento trilhava novos caminhos, onde a atividade de extração do látex não possuía mais relevância para o desenvolvimento regional.

Conforme mencionamos no decorrer do trabalho, o grande foco do programa de valorização econômica foi tentar desarticular a antiga estrutura econômica e social da Amazônia vinculada ao extrativismo gomífero, através da inserção de novos atores sociais e do fornecimento a estímulos creditícios e educacionais. Alias, escopo que se perpetuou durante muito tempo, sendo reforçada pelos projetos de desenvolvimento que sucederam o próprio PVEA.

Ao compararmos as políticas de desenvolvimento elaboradas para o sul e sudeste do país durante as décadas de 1950 e 1960 com os programas estabelecidos no PVEA, notamos como este plano foi produzido para ser um subsidiário do primeiro. Desta forma, foi estabelecida para a Amazônia a tarefa de tornar-se um ponto de apoio para o projeto de industrialização do sul e sudeste, oferecendo os recursos necessários para o barateamento da força de trabalho nestes centros.

Por outro lado, tanto nos projetos supramencionados como nos subsequentes, os habitantes regionais foram completamente ignorados. Sobre a apresentação da região como um “espaço vazio, politicamente perigoso” tomou-se como imperativo nos discursos governamentais ocupa-la com migrantes que pudessem transformá-la em uma “sociedade verdadeiramente agrícola”. Não obstante, este tipo de argumento nunca passou de uma grande falácia. Embora a distribuição populacional sobre a longa área da região fosse pequena e as atividades cotidianas dos habitantes regionais tivessem inibido a formação da agricultura, a Amazônia nunca foi um espaço vazio. Pelo contrário, ao analisarmos a sociedade civil de Rondônia, observamos que havia uma considerável organização dos grupos regionais, especialmente da classe dominante local, em prol dos seus interesses. Neste sentido, reconhecemos que havia interesses conflitantes entre dois grupos dominantes de uma mesma

nação, ou melhor, de um mesmo território político, mas regionalmente posicionadas: a burguesia ou oligarquia seringalista, restrita a região norte do país que sustentava seu poder sobre modos de produção e relações de trabalho pré-capitalistas; e a burguesia industrial do sul e sudeste que enxergava na Amazônia a oportunidade de abrandar as contradições inerentes a sua região e auferir lucros por meio da acumulação primitiva.

Por conseguinte, esta disputa de interesses se deu de forma velada. A fração da classe dominante regional não colocou empecilhos para a execução do plano, mas buscou meios para que seus interesses particulares fossem contemplados. Provavelmente esta foi a razão pela qual os recursos destinados ao plano deixaram de ser repassados. Acusações sobre corrupção e desvio dos recursos destinados ao plano inibiram o seu prosseguimento. Ao assumirem a direção do país em 1964, os militares restringiram as ações do plano, alegando ter a SPVEA se tornado uma agência provedora dos interesses dos grupos regionais.

No que concerne a Rondônia, as ações do PVEA centraram-se no aparelhamento e financiamento para melhoria das condições infraestruturais dos municípios, como o fornecimento de energia e água. Instituíram-se alguns núcleos agrícolas no território, mas com produção insuficiente ao que pretendia o grande projeto nacional. Também foi oferecida ajuda nos estudos para conhecimento da capacidade mineradora da região. Mas conforme apresentado nos relatórios da SPVEA os agentes enviados pela instituição esbarraram nas dificuldades de locomoção e nos interesses dos seringalistas da região, que preferiram manter as áreas de exploração dentro de seus seringais longe do conhecimento dos representantes das demais frações da classe dominante nacional.

Sem dúvida o maior feito da SPVEA no Território Federal de Rondônia foi promover a abertura da BR 029. Esta obra de engenharia colocava-se muito mais que uma necessidade de atendimento infraestrutural. A rodovia criada para ligar Cuiabá a capital de Rondônia, Porto Velho, representou o principal mecanismo relativo à estratégia de desenvolvimento predominante no país na primeira metade do século XX, visando suprir e escoar alimentos para atender as demandas do processo de industrialização do sul e sudeste do país. E embora não tenha logrado o objetivo inicial para a qual havia sido proposta, a BR 029 tornou-se, posteriormente, o principal meio de promoção das políticas de desenvolvimento traçadas durante o Regime Militar, servindo de referência para a colonização do estado nas décadas de 1970 e 1980.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAUMFELD, C. M. & LEMOS, J. C. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento regional. *Análise Social (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)*, v. XV (2º), nº. 58, 1979.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 12, p. 135-59, set. 2001. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172>. Acesso em: 17 maio 2007.

BONENTE, B. I. *A teodicéia do desenvolvimento: antecedentes teóricos e pressupostos ontológicos*. XIV Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.sep.org.br/artigo/1760_cf3a2b4b19d1a74e26a2262721ebed23.pdf>. Acesso em 20 fev. 2011.

BORZACOV, Y. P. *Rondônia: espaço, tempo e gente*. Porto Velho: Instituto de Estudos e Pesquisa Ary Tupinambá Penna Pinheiro, 2007.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946.

_____. Decreto n. 9.521 de 17 de abril de 1912. Aprova o regulamento para a execução das medidas e serviços previstos na Lei 2.543 a, de 05 de janeiro de 1912, concernente à defesa econômica da borracha, executados os acordos com os estados que a produzem, a discriminação e legalização das posses de terras no Território do Acre e a revisão e consolidação dos regulamentos da marinha mercante de cabotagem. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 87, 31 dez. 1912.

_____. Decreto n. 19.770 de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e da outras providências. Rio de Janeiro, v. 1, p. 234, 31 dez. 1931.

_____. Decreto n. 29.806 de 25 de julho de 1951. Cria a Comissão de Desenvolvimento Industrial. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 11107, 26 jul. 1951.

_____. Decreto n. 29.829 de 31 de julho de 1951. Modifica a redação do artigo 3º do Decreto 29.806 de 25 de julho de 1951, que criou a Comissão do Desenvolvimento Industrial. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 11345, 31 jul. 1951.

_____. Decreto n. 31.672 de 29 de outubro de 1952. Cria o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia nos Termos do artigo 13 da Lei 1.310 de 15 de janeiro de 1951. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 16906, 03 nov. 1952.

_____. Decreto n. 34.132 de 09 de outubro de 1953. Aprova o regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 17131, 10 out. 1953.

_____. Decreto n. 35.020 de 08 de fevereiro de 1954. Aprova orçamento e programa de emergência de valorização econômica da Amazônia. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 003657, 09 mar 1954.

_____. Decreto n. 37.195 de 18 de abril de 1955. Revoga o Decreto 29.829 de 31 de julho de 1951, e modifica o Decreto 29.806, de 25 de julho de 1951, que criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 7310, 19 abr. 1955.

_____. Decreto n. 37.608 de 14 de julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 13641, 15 jul. 1956.

_____. Decreto n. 43.710, de 15 de maio de 1958. Cria, na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 11377, 19 maio 1958.

_____. Decreto-Lei n. 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 464, 31 dez. 1939.

_____. Decreto-Lei n. 4.451 de 09 de julho de 1942. Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha, e da outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 20, 31 dez. 1942.

_____. Decreto-Lei n. 5.044 de 04 de dezembro de 1942. Cria a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 219, 31 dez. 1942.

_____. Decreto-Lei n. 5.173 de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, p. 12563, 31 out. 1966.

_____. Decreto-Lei n. 5.812 de 13 de setembro de 1943. Criação, Território Federal De Rio Branco, (AP), Território Federal De Guaporé, Território Federal De Ponta Porã, Território Federal De Iguaçú. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 132, 31 dez. 1943.

_____. Decreto-Lei n. 5.813 de 14 de novembro de 1943. Aprova o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 134, 31 dez. 1943.

_____. Decreto-Lei n. 5.839 de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 159, 31 dez. 1943.

_____. Lei n. 86 de 08 de setembro de 1947. Estabelece medidas para a assistência econômica da borracha natural brasileira e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 12187, 13 set. 1947.

_____. Lei n. 785 de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 12561, 30 ago. 1949.

_____. Lei n. 1.184 de 30 de agosto de 1950. Dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S/A. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 12961, 01 set. 1950.

_____. Lei n. 1.806 de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 276, 07 jan. 1953.

_____. Lei n. 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 809, 16 jan. 1951.

_____. Lei n. 1.628 de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo artigo terceiro da Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação autoriza a emissão de obrigações da dívida pública federal; cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 10017, 20 jun. 1952.

_____. Lei n. 1.649 de 19 de julho de 1952. Cria o Banco do Nordeste do Brasil e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 11681, 24 jul. 1952.

_____. Lei n. 2.004 de 03 de outubro de 1953. Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do conselho nacional do petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 16705, 31 out. 1953.

_____. Lei n. 2.163 de 05 de janeiro de 1954. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 265, 07 jan. 1954.

_____. Lei. 2.731 de 17 de fevereiro de 1956. Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, p. 3057, 21 fev. 1956.

BRITO, D. C. *A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CEMIN, A. B.. *Colonização e Natureza. Análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia*. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, nº. 41, jan./abr. São Paulo: IEA/USP, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004>. Acesso em: 16 abr 2010.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 19, Ano 07, jun. 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_05.htm>. Acesso em: 20 nov. 2010.

DECCA, E. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasilense. 1988.

ENRÍQUEZ, M. A. *Trajetórias do Desenvolvimento: Da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ESCOBAR, A. Discourse and Power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the third world (Discurso e poder no Desenvolvimento: Michel Foucault e a relevância de seu trabalho para o Terceiro Mundo). *Alternatives*, nº 10, 1984-85, p. 377–400.

_____. Planejamento. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 211 – 228.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-83.

FARO, C. & SILVA, S.L.Q. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, A.C. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERNANDES, D. A. *A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERREIRA, P. *Sociologia do Desenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 4ª ed., v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 4ª ed., v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia Regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

HUGO, V. *Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé (1943-1993)*. Brasília: Editora Ser, 1995.

_____. *Os desbravadores*. v. 1. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1959.

_____. _____. v. 3. Porto Velho: ABG, 1998.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KORNIS, G. *Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG*. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

LAFER, C. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, B. (Org.). *Planejamento no Brasil*. 3ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 29-50.

MACEDO, R. B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: MINDLIN, B. (Org.). *Planejamento no Brasil*. 3ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 51 – 68.

MAHAR, D. J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARQUES, G. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese (Doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2007.

MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição, 2002.

_____. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

_____. Estado e Políticas Públicas: considerações político-conceituais. *Outros Tempos*, vol. 1 esp. 2007, p. 1-12.

MIGUEL, V. V. R.; SANTOS, S. P. Economia e Política na Fronteira Amazônica: Economia da Borracha, Políticas Públicas e Classes Sociais no Território Federal do Guaporé (1950). In: XXVI simpósio nacional da ANPUH, 2011, São Paulo - SP. *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-14.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, W. P. *O debate sobre o desenvolvimento da Amazônia no período de 1946-66 e sua relação com a ideologia desenvolvimentista brasileira*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PEREIRA, S. M. *Região Amazônica: Estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003)*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada na Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 2007.

PERROUX, F. O conceito de polo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia Regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIERUCCI, et. al. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano, v. 10: sociedade e política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PINTO, E. P. *Território Federal do Guaporé. Fator de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. IFCS, 1992.

PINTO, N. P. A. *Política da borracha no Brasil: a falência da borracha no Brasil*. São Paulo: HUCITEC e Conselho Regional de Economia, 1984.

RABELLO, A. C. B. *Inventando o outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

REIS, A. C. F. *Aspectos sociais da valorização da Amazônia*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1955.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 6ª Ed., 1978.

SANTOS, S. P. *Desenvolvimento no Território Federal do Guaporé: organização e atuação política da sociedade civil frente os projetos econômicos (anos 1950)*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

SANTOS, S. P. *Estado (Ampliado) e Políticas de Desenvolvimento na Amazônia: o centro e a periferia no planejamento brasileiro*. In: Simpósio Nacional Estado e Poder, VII, 2012, Uberlândia. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/021.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, 40, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288/431>>. Acesso em: 17 out. 2011.

SEVÁ FILHO, A. O.; GARZON, L. F. N.; NÓBREGA, R. S. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e passivo social e ambiental. In: BORRERO, A. M. V. e MIGUEL, V. V. R. *Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SILVA, A. G. *No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana*. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA, W. C. Viável o aproveitamento da hidroelétrica no Guaporé. *Alto Madeira*. Porto Velho, 09 nov. 1955. Ano XXXVIII, nº. 5008, p. 1.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA – SPVEA. *Atualização do I Plano Quinquenal*. Belém, s. n., 1960.

_____. *Primeiro Plano Quinquenal*. 1º volume. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955a.

_____. *Primeiro Plano Quinquenal*. 2º volume. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955b.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: HUNCITEC, Ed. da Unicamp, 2000.

THEODORO, M. A questão do desenvolvimento: uma releitura. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELLAS, M. H. (Org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 15-44.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJRO. *Em memória: Aluizio Pinheiro Ferreira (1897-1997)*. s.d.

UDERMAN, S. O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 39, nº 2, abr-jun 2008. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1081>. Acesso em: 25 nov. 2010.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

APÊNDICE A

Fotos da coleta de dados junto a Biblioteca Inocêncio Machado Coelho (Belém-PA)



Fig. 01: Procedimento de coleta dos dados
Foto: Sari Possari dos Santos (2013)



Fig. 02: Procedimento de coleta dos dados
Foto: Sari Possari dos Santos (2013)

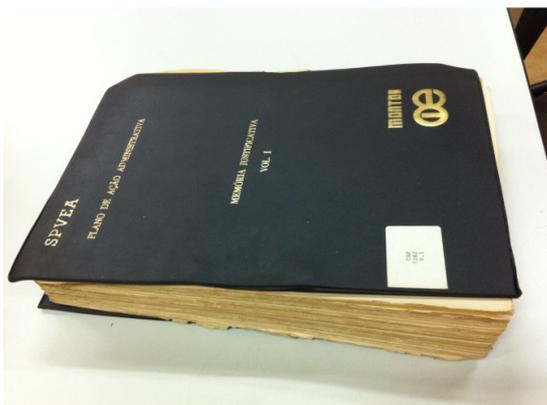


Fig. 03: Amostra de material fotografado.
Foto: Sari Possari dos Santos (2013)

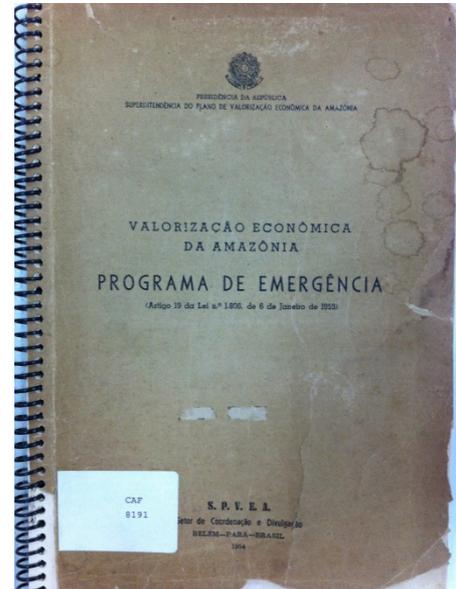


Fig. 04: Amostra de material fotografado.
Foto: Sari Possari dos Santos (2013)



Fig. 05: Amostra de material fotografado.
Foto: Sari Possari dos Santos (2013)

APÊNDICE B

Fotos do material acessado no CEDOC/SECEL-RO



Fig. 04: Local de armazenamento do material.
Foto: Sari Possari dos Santos (2008).

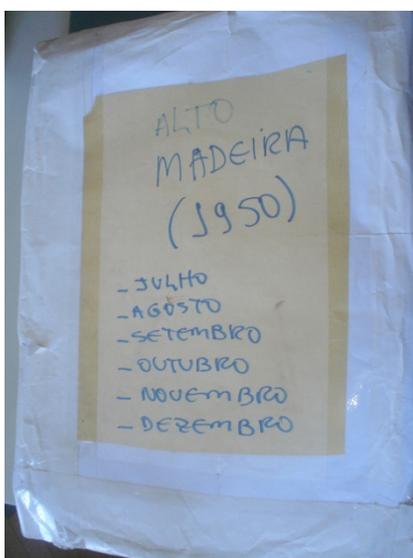


Fig. 05: Exemplo de envelope onde são guardados os jornais.
Foto: Sari Possari dos Santos (2008).



Fig. 06: Publicação de outubro de 1957 do periódico Alto Madeira.
Foto: Sari Possari dos Santos (2008).

APÊNDICE C
Descrição dos dados acessados na Biblioteca Inocêncio Machado Coelho

Nº	REGISTRO	CONTEÚDO
01	CAF 115	Atualização do I Plano Quinquenal (1960). <u>OBS:</u> Dificil tirar fotos por causa da brochura.
02	CAF 199	Síntese do I Plano Quinquenal (1956). <u>OBS:</u> Dificil tirar fotos por causa da brochura.
03	CAF 284	A SPVEA numa visão de conjunto
04	CAF 289	Metas do governo e SPVEA
05	CAF 293	Perspectivas do I Plano Quinquenal e Concepções Preliminares da Valorização da Amazônia. Impresso por H. Barra, 1954.
06	CAF 296	Conferência do Superintendente da SPVEA Waldir Bouhid à ESG em 1957.
07	CAF 297	Discurso do Senador L. Bittencourt (1957) sobre a SPVEA.
08	CAF 354	Problema da borracha (1951)
09	CAF 361	Amazônia, SPVEA e Forças Armadas
10	CAF 362	SPVEA e Exército colonizam a Amazônia
11	CAF 398	Programa de Emergência para 1965. <u>OBS:</u> Problemas com a brochura.
12	CAF 399	Programa de Emergência de 1965. <u>OBS:</u> a tinta já estava muito clara (apagada). Faltam as páginas 15 e 22. No lugar dessas páginas constam folhas em branco.
13	CAF 401	Amazônia: uma conquista de nosso tempo.
14	CAF 403	Programa Experimental de trabalhos para Amazônia. <u>OBS:</u> Primeira parte em português, segunda em inglês.
15	CAF 411	TOCANTINS, L. A Valorização da Amazônia no tempo e espaço.
16	CAF 418	Bases e Diretrizes do Plano Diretor da Amazônia (1962). <u>OBS:</u> Ausência da página 15, no lugar há um gráfico reproduzido em 2 fotos, comparando a renda interna da Amazônia e do Brasil. Ausência da página 22, no lugar há um organograma sobre a SPVEA. Faltam as páginas 24 e 31. Organograma sobre a SPVEA dividido em diversas partes na digitalização.
17	CAF 1847	Território Federal do Guaporé: orçamento para o ano 1955. <u>OBS:</u> Datilografado em folha muito fina, difícil leitura.
18	CAF 1907	Plano Quinquenal/ Programa de Ação 67-71 (3 volumes)
19	CAF 2095	Legislações PVEA – Lei 5.173/66 e Lei 5.174/66
20	CAF 1912	Programa de Emergência 1965
21	CAF 1928	PVEA: subsídios para seu planejamento
22	CAF 2104	O que é VEA?
23	CAF 2014	Linhas de ação para VEA
24	CAF 2015	REIS, A. C. F. Valorização da Amazônia: alguns de seus problemas.

25	CAF 2026	Relatório da SPVEA elaborado por J. Malcher em 27/07/1957 <u>OBS:</u> apenas introdução
26	CAF 2092	Regulamento Fundo PVEA
27	CAF 2139	Regimento SPVEA Guanabara
28	CAF 2142	Que sabe você da SPVEA?
29	CAF 2144	PVEA na distribuição de suas verbas no orçamento nacional (1963)
30	CAF 2171	BOUHID, Waldir. Amazônia & Desenvolvimento.
31	CAF 2172	I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971 da SUDAM (agosto de 1967).
32	CAF 2175	Possibilidades Econômicas de Rondônia. Com cartão anexo sobre dados/informações de Rondônia
33	CAF 2180	Anexos do I Plano Quinquenal da SPVEA (mapas e tabelas). Impresso pelo Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1955. Total de 21 mapas.
34	CAF 2182, v. 1	Livro do I Plano Quinquenal da SPVEA, 1955, 1º volume. Impresso pelo Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1955.
35	CAF 2182, v. 2	Livro do I Plano Quinquenal da SPVEA, 1955, 2º volume. Impresso pelo Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1955.
36	CAF 2382	Contribuição para PVEA (1966)
37	CAF 2816	BOUHID, Waldir. Restabelecendo a verdade sobre a SPVEA. Fala sobre a CPI aberta contra a SPVEA por conta de denúncias.
38	CAF 4954	Como alimentar a produção da borracha
39	CAF 5967	Relatório sobre as atividades SPVEA-RODOBRAS nos anos 1965 (elaborado por Mário de Barros Cavalcanti).
40	CAF 5969	Relatório Geral das atividades da SPVEA falando das duas interventorias realizadas em 1964 (Ernesto Bandeira Coelho e Mário de Barros Cavalcanti)
41	CAF 7282	Plano de Ação Administrativa: memória justificativa (04 volumes) <u>OBS:</u> trata-se de uma publicação bastante deteriorada pelo tempo, com folhas soltas e fora de ordem.
42	CAF 8191	Programa de Emergência 1954. <u>OBS:</u> Material já muito danificado. Foi encadernado novamente. Algumas partes são cópia do original.
43	CAF 8990	Relatório geológico de Rondônia
44	CAF 8991	Relatório sobre jazida de cassiterita em Rondônia.

Fonte: SUDAM, anexo B.

Elaborado pela autora (2013).

APÊNDICE D
Principais membros das organizações civis de Rondônia

NOME	ATUAÇÃO
Carlos Augusto de Mendonça Lopes	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor do Alto Madeira • Orador da Sociedade dos Amigos de Aluizio Ferreira • Representante do Território no Banco de Crédito da Amazônia • Segundo Secretário da diretoria do Moto Clube • Assessor técnico do território na SPVEA • Membro do conselho deliberativo do Clube de Regatas Flamengo • Secretário do Moto Clube • Representante do Guaporé junto ao Conselho Consultivo do Banco de Crédito da Amazônia (CCBCA)
Humberto Correia	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Aero Clube do Guaporé; • Membro da Associação Comercial do Guaporé • Membro da Diretoria Geral do Partido Trabalhista Brasileiro • Presidente do Partido Democrata Cristão
Jayme Peixoto de Alencar	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Associação dos Seringalistas do Guaporé • Presidente do Partido Social Progressista
Joaquim Cesário da Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Aero Clube do Guaporé; • Presidente da Associação dos Seringalistas do Guaporé • Primeiro Secretário da Associação dos Seringalistas do Guaporé • Diretor do Serviço de Geografia e Estatística • Diretor do Serviço de Geografia e Estatística • Diretor interino da Divisão de Segurança e Guarda • Presidente do Aero Clube de Rondônia • Procurador judicial do BCA
Lucini Sebastião Pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro tesoureiro da Associação Comercial do Guaporé • Segundo Secretário da Associação Comercial do Guaporé • Tesoureiro da Associação dos Seringalistas do Guaporé • Primeiro Secretário do Clube Recreativo do Guaporé • Membro do Clube Recreativo Guaporé • Subsecretário do diretório da União Democrática Nacional
Moacir de Miranda	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário Geral do Território Federal do Guaporé • Diretor da Associação Guaporense de Imprensa; • Diretor do Conselho Regional de Desportos • Secretário Geral do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro • Conselheiro da Sociedade dos Amigos de Aluizio Ferreira • Venerável Mestre da Loja Maçônica União e Perseverança • Presidente do Rotary Clube de Porto Velho
Otávio Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Associação Comercial do Guaporé • Membro da Associação Comercial do Guaporé • Presidente da Associação dos Seringalistas do Guaporé • Conselheiro da Sociedade dos Amigos de Aluizio Ferreira
Rubens da Silveira Brito	<ul style="list-style-type: none"> • Vice-Presidente da diretoria do Aero Clube do Guaporé; • Secretário Geral de Saúde • Assessor técnico do Território junto a SPVEA • Representante do Território na SPVEA

Fonte: Santos, 2011. Elaborado pela autora (2014).

APÊNDICE E
Membros da Comissão de Planejamento da SPVEA

CARGO	1953	1955	1960	1961
Presidente	Arthur Cesar Ferreira Reis	Arthur Cesar Ferreira Reis	Waldir Bouhid	Aldebaro Cavaleiro
Técnico Federal	Francisco Pereira da Silva	Francisco Pereira da Silva	Amyntor Virgolino de Amaral Bastos	Coronel Jarbas
Técnico Federal	Guilherme Eduardo Ferreira Studart	Guilherme Eduardo Ferreira Studart	Nady Bastos Genú	Armando Dias Mendes
Técnico Federal	Hugo Mascarenhas	Hugo Mascarenhas	Mário Dias Texeira	Roberto Araujo
Técnico Federal	Ricardo Borges Ferreira e Silva	Ricardo Borges Ferreira e Silva	Marcílio Felgueiras Viana	Adriano Veloso
Técnico Federal	Sócrates Bonfim	Sócrates Bonfim	Elias Ribeiro Pinto	Fernando José
Técnico Federal	Waldyr Bouhid	Waldyr Bouhid	Lourival de Oliveira Bahia	Arnaldo Corrêa
Representante do Pará	Stélio de Mendonça Maroja	Stélio de Mendonça Maroja	Mário da Silva Machado	Henry Checrala Kayath
Representante do Amazonas	Firmo Ribeiro Dutra	Firmo Ribeiro Dutra	Cláudio Palha de M. Bittencourt	Cláudio Pala de Moraes
Representante do Mato Grosso	Jayme Ferreira de Vasconcelos	Jayme Ferreira de Vasconcelos	Milton Corrêa da Costa	Antônio Nadaf
Representante de Goiás	Armando de Miranda Storni	Armando de Miranda Storni	Ewerton Pereira de Carvalho	Ewerton Oereura de Carvalho
Representante do Maranhão	Cid Rojas Américo de Carvalho	Cid Rojas Américo de Carvalho	Djalma Tenório de Brito	Dajalma Tenório Brito
Representante do Acre	Francisco Custódio Feire	Francisco Custódio Feire	(vago)	Camilo Montenegro Duarte
Representante do Amapá	Raul Monteiro Valdez	Raul Monteiro Valdez	Raul Monteiro da Costa	Raul Monteiro da Costa - Nelson de Figueira Ribeiro
Representante de Rio Branco	Valério Caldas de Magalhães	Valério Caldas de Magalhães	Paulo Soter da Silveira	(Vago)
Representante do Guaporé/Rondônia	Francisco de Paula Valente Pinheiro	Francisco de Paula Valente Pinheiro	Rubens da Silveira Brito	Rubens da Silveira Brito - David Martins de Carvalho Silva

Fonte: SPVEA, 1954, 1955, 1960 e 1961.

Elaborado por Sari Possari dos Santos (2014).

ANEXO A
**Requerimento encaminhado a Biblioteca Inocêncio Machado Coelho para uso de
câmera fotográfica e computador portátil**

De: Sari Possari (saripossari@hotmail.com) Enviada: quinta-feira, 17 de janeiro de 2013 21:43:01 Para: biblioteca@sudam.gov.br

Porto Velho, 17 de janeiro de 2013.

Senhor (a) Diretor (a) da Biblioteca Inocêncio Machado Coelho/SUDAM,

Sari Possari dos Santos, portadora do RG nº 860943, CPF nº 947.565.702-91 e devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia (PPGDRA/UNIR) sob o número de matrícula 2011.21405, vem mui respeitosamente expor e requerer o quanto se segue:

Tendo em vista a importância do acervo desta instituição para a pesquisa que está sendo elaborada por esta pesquisadora;

Considerando a dificuldade desta pesquisadora em estender sua estadia na cidade de Belém-PA, uma vez que a esta reside em outro estado;

Vem requer a **autorização para o uso de computador portátil (notebook) e máquina fotográfica digital dentro das dependências desta instituição**. Ressaltamos a importância deste utensílio para o procedimento de coleta de dados, os quais serão posteriormente analisados pela pesquisadora em sua dissertação. Para comprovação dos casos enumerados encaminha-se, em anexo, o respectivo projeto de pesquisa e os documentos comprobatórios da vinculação desta pesquisadora com o programa supramencionado.

Nestes termos, aguarda deferimento.

Sari Possari dos Santos

Telefone: (69) 92227057 / (69) 99661006

E-mail: saripossari@hotmail.com / saripossari@gmail.com

Endereço: Rua Major Amarante, n. 737, Bairro Arigolândia. CEP: 76801-180. Porto Velho-RO

De: biblioteca@sudam.gov.br Enviada: sexta-feira, 18 de janeiro de 2013 12:56:33 Para: Sari Possari (saripossari@hotmail.com)
--

Sra.Sara você pode usar notebook no recinto da biblioteca para efetuar suas pesquisas, em relação a câmera fotográfica você também pode usar, exceto em em publicações que estejam comprometidas pela ação do tempo.

Atenciosamente,
Selma Castro
Bibliotecária - SUDAM
(91) 4008-5631

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO B
Consulta ao acervo da Biblioteca Inocêncio Machado Coelho sobre o PVEA

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

 CAF/00002/001 L 29/10/1980 001 1955 BELEM 198
 Aut. CRUZ ERNESTO / SPVEA
 Tit. ESTRADA DE FERRO DE BRAGANCA: VISAO SOCIAL, ECONOMICA E POLITICA (A)
 Ass. FERROVIA / BRAGANCA / BENEVIDES / CASTANHAL / APEU / MARAPANIM / INHAN
 Fte
 CAF/00006/001 P 00/00/0000 000 1955 BELEM 000
 Aut. SPVEA
 Tit. SPVEA : RESENHA INFORMATIVA
 Ass. SPVEA
 Fte COP 009
 CAF/00040/001 L 00/00/0000 003 1966 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. CURSO DE MONTAGEM E AVALIACAO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
 Ass. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / PROJETO / AVALIACAO
 Fte
 CAF/00042/001 L 00/00/0000 001 1971 BELEM 198
 Aut. SPVEA / PAIXAO MOACIR
 Tit. DESEQUILIBRIO NO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PAIS (O)
 Ass. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / BORRACHA SINTETICA
 Fte
 CAF/00115/001 L 00/00/0000 002 1960 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. ATUALIZACAO DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL DE VALORIZACAO ECONOMICA DA A
 Ass. DESENVOLVIMENTO REGIONAL / PLANO QUINQUENAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO
 Fte
 CAF/00119/001 L 00/00/0000 001 1956 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. SINTESE DO I PLANO QUINQUENAL 1955 A 1959 E INICIO DE SUA EXECUCAO
 Ass. PLANO QUINQUENAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO
 Fte
 CAF/00187/001 L 00/00/0000 002 1958 BELEM 198
 Aut. MESCHKAT ARNO / SPVEA
 Tit. MALHADEIRAS DE PESCA (AS)
 Ass. REDE DE PESCA
 Fte
 CAF/00229/001 L 00/00/0000 002 1964 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. PANDOLFO CLARA M / SPVEA
 Tit. AMAZONIA E SUA EXCEPCIONAL VOCACAO OLEIFERA (A) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. PLANTA OLEAGINOSA
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/00231/001 L 00/00/0000 002 1966 BELEM 198
 Aut. SPVEA / SENNA JOAO M
 Tit. PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS NA RODOVIA BELEM BRASILIA
 Ass. TRANSPORTE / RODOVIA BELEM-BRASILIA
 Fte

CAF/00237/001 L 00/00/0000 001 1966 BRASILIA 198
 Aut. SENNA JOAO M / SPVEA
 Tit. RODOVIA BELEM BRASILIA : PROJETO PRELIMINAR
 Ass. RODOVIA BELEM-BRASILIA / TRANSPORTE
 Fte

CAF/00259/001 L 00/00/0000 001 1960 BELEM 198
 Aut. CRUZ ERNESTO / SPVEA
 Tit. TEMAS DA HISTORIA DO PARA
 Ass. HISTORIA / PARA / CABANAGEM / PARTIDO POLITICO / ACUCAR / BELEM PA
 Fte

CAF/00264/001 L 00/00/0000 001 1964 BELEM 198
 Aut. CORREA LUIZ M DE M / SPVEA
 Tit. MANAUS: ASPECTOS DE SUA ARQUITETURA (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. ARQUITETURA / MANAUS AM
 Fte

CAF/00274/001 L 00/00/0000 002 1963 BELEM 198
 Aut. PEDREIRA JOSE M M / SPVEA
 Tit. IMPORTACOES DE CONSERVAS DE PESCADO PELO PORTO DE SAO LUIZ
 Ass. PESCADO / IMPORTACAO / SAO LUIS MA
 Fte

CAF/00275/001 L 00/00/0000 002 1962 BELEM 198
 Aut. PEDREIRA JOSE M M / SPVEA
 Tit. PEQUENO MANUAL DE INFORMACOES SOBRE A PESCA NO MARANHAO
 Ass. PESCA / PESCADO / MARANHAO
 Fte

CAF/00276/001 L 00/00/0000 002 1963 BELEM 198
 Aut. PEDREIRA JOSE M M / SPVEA
 Tit. MAIORES MUNICIPIOS DE PESCADO NO ESTADO DO MARANHAO
 Ass. PESCA / PESCADO / MARANHAO
 Fte

CAF/00283/001 L 00/00/0000 001 1964 BELEM 198
 Aut. MENDES FILHO SEBASTIAO R / SPVEA
 Tit. PERSPECTIVAS DE INDUSTRIALIZACAO DA JUTA NA AMAZONIA : VERSAO PRELIMIN
 Ass. JUTA / INDUSTRIALIZACAO
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/00284/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. SPVEA NUMA VISAO DE CONJUNTO (A)
 Ass. SPVEA
 Fte

CAF/00285/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. RANGEL ALBERTO / SPVEA REPRESENTACAO DO RIO DE JANEIRO / FAO
 Tit. BACIA DO MAR DOCE (O)
 Ass. RIO AMAZONAS
 Fte

CAF/00286/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. NOGUEIRA JULIO / SPVEA REPRESENTACAO DO RIO DE JANEIRO
 Tit. ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORE
 Ass. ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORE / AMAZONAS / HISTORIA
 Fte

CAF/00289/001 L 00/00/0000 001 1958 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA REPRESENTACAO DO RIO DE JANEIRO
 Tit. METAS DO GOVERNO E A VALORIZACAO DA AMAZONIA (AS) (COLECAO ARAUJO LIMA
 Ass. PLANEJAMENTO REGIONAL
 Fte

CAF/00292/001 L 00/00/0000 001 1958 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BENCHIMOL SAMUEL / SPVEA REPRESENTACAO DO RIO DE JANEIRO
 Tit. BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DO AMAZONAS (O) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. BANCO DO BRASIL / ECONOMIA
 Fte

CAF/00293/001 L 00/00/0000 001 1954 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E CONCEPCAO PRELIMINAR DA VAL
 Ass. PLANO QUINQUENAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO / SPVEA
 Fte

CAF/00294/001 L 00/00/0000 002 1958 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. RODOVIA DA UNIDADE NACIONAL
 Ass. RODOVIA BELEM-BRASILIA
 Fte

CAF/00295/001 L 00/00/0000 001 1964 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. CAVALCANTI MARIO DE B / SPVEA AGENCIA GUANABARA / RODOBRAS
 Tit. RODOVIA BELEM BRASILIA - BR-14 : RELATORIO
 Ass. RODOVIA BELEM-BRASILIA / RELATORIO
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/00296/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. SINTESE DOS PROGRAMAS DA SPVEA (UMA)
 Ass. SPVEA / PROGRAMA
 Fte

CAF/00297/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. BITTENCOURT LAMEIRA / SPVEA
 Tit. VERDADE SOBRE A SPVEA (A)
 Ass. SPVEA
 Fte

CAF/00323/001 L 00/00/0000 001 1958 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. AZEVEDO NEWTON P DE / SPVEA REPRESENTACAO DO RIO DE JANEIRO
 Tit. CARACTERISTICAS AGRARIAS DA REGIAO AMAZONICA (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. AGROPECUARIA
 Fte

CAF/00324/001 L 00/00/0000 001 1954 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PRIMEIRO ANO DE ATIVIDADES DA SPVEA
 Ass. SPVEA
 Fte

CAF/00325/001 L 00/00/0000 001 1956 BELEM 198
 Aut. SPVEA / BOTELHO ANTONIO T
 Tit. PREPARACAO E SALGA DO PIRARUCU
 Ass. PIRARUCU / SALGA
 Fte

CAF/00331/001 L 00/00/0000 001 1960 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA - LEI N. 1806 DE 06 DE JANE
 Ass. PLANO DE DESENVOLVIMENTO / SPVEA / LEGISLACAO
 Fte

CAF/00332/001 L 00/00/0000 002 1955 BELEM 198
 Aut. GALVAO MARILIA V / SPVEA
 Tit. AREAS AMAZONICAS DE MATO GROSSO, GOIAS E MARANHAO
 Ass. GEOGRAFIA FISICA / GEOGRAFIA HUMANA / MATO GROSSO / GOIAS / MARANHAO
 Fte

CAF/00341/001 L 00/00/0000 003 1957 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA / PAULDING DELTEC
 Tit. PROJETO TECNICO ECONOMICO PARA UMA FABRICA DE CIMENTO EM CAPANEMA : PA
 Ass. CIMENTO / PROJETO / INDUSTRIA / CAPANEMA PA
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/00346/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. SAKAMOTO TAKAO / SPVEA
 Tit. RELATORIO PRELIMINAR SOBRE O DEPOSITO DE BAUXITA NO MORRO DE PIROCAUA
 Ass. BAUXITA / CANDIDO MENDES MA
 Fte

CAF/00354/001 L 00/00/0000 001 1951 BELEM 198
 Aut. BOCQUET MARIO / SPVEA
 Tit. PROBLEMA DA BORRACHA NO BRASIL EM 1951 (O)
 Ass. BORRACHA / HAVEICULTURA / SERINGUEIRA
 Fte

CAF/00361/001 L 00/00/0000 001 1958 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA
 Tit. AMAZONIA, SPVEA E FORCAS ARMADAS
 Ass. FORCAS ARMADAS / SPVEA
 Fte

CAF/00362/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. SPVEA E O EXERCITO COLONIZAM A AMAZONIA (A)
 Ass. SPVEA / FORCAS ARMADAS / COLONIZACAO
 Fte

CAF/00366/001 L 00/00/0000 001 0000 SL 198
 Aut. SPVEA / RODOBRAS
 Tit. RODOVIA BELEM-BRASILIA : MUNICIPIOS CORTADOS PELA RODOVIA
 Ass. RODOVIA BELEM-BRASILIA
 Fte

CAF/00369/001 L 00/00/0000 002 1964 BELEM 198
 Aut. SPVEA / REIS ARTHUR C F
 Tit. ASPECTOS SOCIAIS DA VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA
 Ass. SITUACAO SOCIAL
 Fte

CAF/00398/001 L 00/00/0000 001 1965 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PROGRAMA DE EMERGENCIA PARA 1965 : EXECUCAO DO PROGRAMA E SUMARIO DOS
 Ass. SPVEA / ORCAMENTO
 Fte

CAF/00399/001 L 00/00/0000 001 1965 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PROGRAMA DE EMERGENCIA PARA 1965 : BASES E DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR
 Ass. SPVEA / ORCAMENTO
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/00401/001 L 00/00/0000 001 1960 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. AMAZONIA : UMA CONQUISTA DO NOSSO TEMPO
 Ass. ADMINISTRACAO FEDERAL / SPVEA
 Fte

CAF/00403/001 L 00/00/0000 001 1958 BELEM 198
 Aut. SPVEA / JACOB KURIEN
 Tit. PROGRAMA EXPERIMENTAL DE TRABALHOS PARA A AMAZONIA
 Ass. INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL / MINERIO / BAUXITA / EVAPORITOS
 Fte

CAF/00408/001 L 00/00/0000 002 1961 BELEM 198
 Aut. PROSPEC LEVANTAMENTOS PROSPECcoes E AEROFOTO / SPVEA
 Tit. GEOLOGIA APLICADA A NAVEGABILIDADE DO RIO TOCANTIS
 Ass. GEOLOGIA / RIO TOCANTINS / NAVEGACAO
 Fte

CAF/00411/001 L 00/00/0000 001 1956 BELEM 198
 Aut. TOCANTINS LEANDRO / SPVEA
 Tit. VALORIZACAO DA AMAZONIA NO TEMPO E NO ESPACO (A)
 Ass. PLANO QUINQUENAL / SPVEA / PLANO DE DESENVOLVIMENTO
 Fte

CAF/00418/001 L 00/00/0000 001 1962 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. BASES E DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DA AMAZONIA
 Ass. PLANO DIRETOR / SPVEA
 Fte

CAF/00438/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE 13 FORTALEZA / SPVEA / BASTOS AMYNTOR
 Tit. PROGRAMAS DE SAUDE NO PLANEJAMENTO DA VALORIZACAO DA AMAZONIA (OS)
 Ass. SAUDE PUBLICA
 Fte

CAF/00439/001 L 00/00/0000 002 1956 BELEM 198
 Aut. MOREIRA EIDORFE / SPVEA
 Tit. CONCEITO DE AMAZONIA
 Ass. CONCEITO
 Fte

CAF/00444/001 L 00/00/0000 001 1977 BELEM 198
 Aut. SPVEA / VIEIRA LUCIO S
 Tit. CAATINGAS DO RIO NEGRO : SOLOS (AS)
 Ass. CAATINGA / RIO NEGRO
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

 CAF/00449/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. REIS ARTHUR C F / SPVEA
 Tit. EXPANSAO PORTUGUESA NA AMAZONIA NOS SECULOS XVII E XVIII (A)
 Ass. HISTORIA / PORTUGAL / COLONIZACAO
 Fte
 CAF/00453/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA / PROSPEC / BRAUN E H G / RAMOS J R DE A
 Tit. ESTUDO AGROGEOLOGICO DOS CAMPOS PUCIARI, HUMAITA, ESTADO DO AMAZONAS E
 Ass. GEOLOGIA / AGRICULTURA / AMAZONAS
 Fte
 CAF/00547/001 L 00/00/0000 001 1965 BELEM 198
 Aut. SIMOES CARLOS / SPVEA
 Tit. ANOTACOES SOBRE A COLONIZACAO DA AREA CRUZADA PELA BELEM BRASILIA
 Ass. COLONIZACAO / RODOVIA BELEM-BRASILIA
 Fte
 CAF/00630/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. GLERUM BARUCH B / SMIT G / SPVEA
 Tit. PESQUISA COMBINADA FLORESTA-SOLO NO PARA-MARANHAO : AREA : MARGENS DA
 Ass. FLORESTA / PARA / MARANHAO / CARTOGRAFIA / RESERVA FLORESTAL
 Fte
 CAF/00634/001 L 00/00/0000 001 1951 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. CONGRESSO NACIONAL SENADO FEDERAL / SPVEA / ADOLFHO ALVARO
 Tit. PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA
 Ass. PLANEJAMENTO ECONOMICO / SPVEA / CONCEITO / ZONEAMENTO / ECONOMIA / BO
 Fte
 CAF/00885/001 P 00/00/0000 1964 RIO DE JANEIRO 000
 Aut. SPVEA
 Tit. AMAZONIA : CARTA MENSAL
 Ass. PLANEJAMENTO REGIONAL / AMAZONIA
 Fte COP 087
 CAF/00905/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PLANEJAMENTO TRANSFORMA A AMAZONIA
 Ass. PLANEJAMENTO REGIONAL / RODOVIA BELEM-BRASILIA / ARVORE / FLORESTA / I
 Fte
 CAF/00973/001 L 00/00/0000 002 1959 BELEM 198
 Aut. DAY THOMAS H / FAO / OEA / SPVEA
 Tit. GUIA PRELIMINAR PARA CLASSIFICACAO DOS SOLOS DO VALE DO BAIXO AMAZONAS
 Ass. SOLO / RIO AMAZONAS / CLASSIFICACAO /
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

 CAF/00978/001 L 00/00/0000 001 1956 BELEM 198
 Aut. GONCALVES ORLANDO DE A / SPVEA
 Tit. ASPECTOS GEOMORFOLOGICOS E PEDOLOGICOS DAS REGIOES DO AMAPA, TARTARUGA
 Ass. GEOMORFOLOGIA / AMAPA / PEDOLOGIA / JARI
 Fte
 CAF/00988/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 199
 Aut. SPVEA / BETENCOURT JOSE DE S
 Tit. ASPECTO DEMOGRAFICO-SOCIAL DA AMAZONIA BRASILEIRA (COLECAO ARAUJO LIMA
 Ass. DEMOGRAFIA / POVOAMENTO / MIGRACAO / AMAZONIA BRASILEIRA
 Fte
 CAF/01004/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA / REIS ARTHUR C F
 Tit. ASPECTOS ECONOMICOS DA DOMINACAO LUSITANA NA AMAZONIA
 Ass. HISTORIA / RIO PURUS / FERROVIA MADEIRA-MAMORE
 Fte
 CAF/01037/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. SPVEA / IAN
 Tit. GERNESE DO SOLO
 Ass. SOLO
 Fte
 CAF/01038/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. IAN / SPVEA
 Tit. VALOR DA ANALISE DE LABORATORIO NA INTERPRETACAO E CLASSIFICACAO DOS S
 Ass. SOLO / ANALISE
 Fte
 CAF/01039/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. VIEIRA LUCIO S / IAN / SPVEA
 Tit. MAPA DE SOLOS E CLASSIFICACAO DE TERRAS FAZENDA PAIOL NO AURA
 Ass. SOLO / BELEM PA
 Fte
 CAF/01040/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. KUPPER ALFRED / IAN / SPVEA
 Tit. PERFIL DE SOLO E SUAS CARACTERISTICAS PRINCIPAIS (O)
 Ass. SOLO
 Fte
 CAF/01042/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. DAY THOMAS H / IAN / SPVEA
 Tit. LEVANTAMENTO DE SOLOS E CLASSIFICACAO DE TERRAS FAZENDA SAO SALVADOR :
 Ass. SOLO / SOURE PA
 Fte

9

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/01043/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. KUPPER ALFRED / IAN / SPVEA
 Tit. PODSOLIZACAO
 Ass. SOLO
 Fte

CAF/01044/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. VERDADE FRANCISCO DA C / IAN / SPVEA
 Tit. MATERIA ORGANICA DO SOLO
 Ass. SOLO
 Fte

CAF/01045/001 L 00/00/0000 001 1956 BELEM 198
 Aut. RANZANI GUIDO / IAN / SPVEA
 Tit. ARGILA E MATERIAIS DE ARGILA
 Ass. ARGILA
 Fte

CAF/01046/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. IAN / SPVEA
 Tit. LATOSOLO
 Ass. LATOSSOLO / SOLO
 Fte

CAF/01171/001 L 00/00/0000 002 1980 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. AMAZONIA ONTEM HOJE E AMANHA
 Ass. HISTORIA / HIDROGRAFIA
 Fte

CAF/01172/001 L 00/00/0000 001 1965 BELEM 198
 Aut. SPVEA / ACKERMANN FRITZ L
 Tit. INFORMACOES SOBRE A GEOLOGIA DA REGIAO BRAGANTINA E BR-14
 Ass. ZONA BRAGANTINA PA / GEOLOGIA / RODOVIA BELEM-IMPERATRIZ
 Fte

CAF/01173/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. QUE SAFRAS DE SEMENTES OLEAGINOSAS DEVEM SER CULTIVADAS E PORQUE
 Ass. PLANTA OLEAGINOSA / AMAPA / COCO / MAMONA / GERGELIM / ALGODAO / AMEND
 Fte

CAF/01208/001 L 00/00/0000 001 1954 BELEM 199
 Aut. SPVEA / BONFIM SOCRATES
 Tit. RECURSOS NATURAIS
 Ass. RECURSOS NATURAIS
 Fte

10.

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/01323/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. MORAES PERICLES / SPVEA
 Tit. INTERPRETES DA AMAZONIA (OS) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. LITERATURA / AMAZONIA
 Fte

CAF/01676/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA / MAGALHAES ADERSON / LIMA AUGUSTO DE / FERREIRA FILHO COSME / C
 Tit. ARTIGOS DE JORNAL (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. INDIGENISMO / BORRACHA
 Fte

CAF/01678/001 L 00/00/0000 002 1964 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. REIS ARTHUR C F / SPVEA
 Tit. FORMACAO ESPIRITUAL DA AMAZONIA (A) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. AMAZONIA / RELIGIAO
 Fte

CAF/01687/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. MENDONCA CARLOS / SPVEA
 Tit. PSICOLOGIA DO HOMEM DA AMAZONIA
 Ass. PSICOLOGIA SOCIAL / HOMEM / AMAZONIA
 Fte

CAF/01723/001 L 00/00/0000 002 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. ACKERMANN FRITZ LOUIS / SPVEA
 Tit. LAGO ARARI NA ILHA DE MARAJO E SEUS PROBLEMAS (O)
 Ass. LAGO ARARI PA / ILHA DO MARAJO
 Fte

CAF/01726/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BENCHIMOL SAMUEL / SPVEA
 Tit. CEARENSE NA AMAZONIA (O) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. IMIGRACAO / AMAZONIA
 Fte

CAF/01807/001 L 00/00/0000 001 1956 BELEM 198
 Aut. FERREIRA FILHO COSME / SPVEA
 Tit. ECONOMIA DA PRODUCAO (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. CONJUNTURA ECONOMICA / BORRACHA
 Fte

CAF/01847/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. TERRITORIO FEDERAL DO GUAPORE : ORCAMENTO PARA O ANO DE 1955
 Ass. ORCAMENTO PUBLICO / GUAPORE
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/01866/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. REIS ARTHUR C F / SPVEA
 Tit. ASSISTENCIA TECNICA E A VALORIZACAO DA AMAZONIA (A)
 Ass. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / ASSISTENCIA TECNICA
 Fte

CAF/01888/001 L 00/00/0000 001 1966 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA / NADAF ANTONIO M
 Tit. DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORTE-LESTE MATOGROSSENSE (COLECAO ARAUJO LI
 Ass. DESENVOLVIMENTO SOCIAL / MATO GROSSO
 Fte

CAF/01892/001 L 00/00/0000 002 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA
 Tit. SPVEA 1954/60 : POLITICA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 Ass. POLITICA ECONOMICA / SPVEA
 Fte

CAF/01898/001 L 00/00/0000 001 1959 BELEM 198
 Aut. BARBOSA OCTAVIO / RAMOS JOSE R A / SPVEA
 Tit. ASPECTOS PRINCIPAIS DA GEOMORFOLOGIA, DA GEOLOGIA E DAS POSSIBILIDADES
 Ass. GEOLOGIA / GEOMORFOLOGIA / RIO BRANCO AC / GARIMPO
 Fte

CAF/01907/001 L 14/08/1980 003 1966 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA : PROGRAMA DE ACAO PAR
 Ass. PLANO QUINQUENAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO
 Fte

CAF/01912/001 L 00/00/0000 001 1965 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PROGRAMA DE EMERGENCIA PARA 1965
 Ass. DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 Fte

CAF/01928/001 L 00/00/0000 002 1954 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA / BRASIL PRESIDENTE : 1951 1954 (VARGAS)
 Tit. VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA : SUBSIDIOS PARA SEU PLANEJAMENTO
 Ass. PLANEJAMENTO REGIONAL / VARZEA / PESCA / AMAZONIA
 Fte

CAF/01930/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. PIERRE AUNAUD / SPVEA
 Tit. PRIMEIRA VIAGEM NA BELEM-BRASILIA
 Ass. RODOVIA BELEM-BRASILIA
 Fte

12

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/01933/001 R 00/00/0000 001 1965 BELEM 199
 Aut. SPVEA / LEITAO SAFIRA F / FRANCO HILDA R
 Tit. BOLETIM BIBLIOGRAFICO DAS PUBLICACOES EXISTENTES NA BIBLIOTECA DA SPVE
 Ass. BIBLIOGRAFIA / BOLETIM / SPVEA
 Fte

CAF/01936/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BONFIM SOCRATES / SPVEA
 Tit. ESBOCO DA VIDA AMAZONICA (UM)
 Ass. SITUACAO SOCIAL / AMAZONIA / BORRACHA / RECURSOS NATURAIS / TERESENTIN
 Fte

CAF/01951/001 L 00/00/0000 001 1961 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. MENEZES ADRIANO V DE C / SPVEA
 Tit. PROBLEMA DE COLONIZACAO DA AMAZONIA (O) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. COLONIZACAO / DEMOGRAFIA / AMAZONIA
 Fte

CAF/01993/001 L 00/00/0000 001 1962 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA
 Tit. ANTE PROJETO DE DECRETO QUE FIXA PRECO MINIMO PARA JUTA E FIBRAS SIMIL
 Ass. PRECO MINIMO / JUTA / ANTE-PROJETO
 Fte

CAF/01997/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. QUARTO ANIVERSARIO DE INSTALACAO
 Ass. SPVEA / ATIVIDADE
 Fte

CAF/01998/001 L 00/00/0000 001 1954 BELEM 198
 Aut. BRASIL LEIS ETC / SPVEA
 Tit. PROJETO DE LEI
 Ass. CRIACAO / SUDAM / LEGISLACAO / PROJETO
 Fte

CAF/02015/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. REIS ARTHUR C F / SPVEA
 Tit. VALORIZACAO DA AMAZONIA : ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS (A)
 Ass. SPVEA / DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Fte

CAF/02026/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. MALCHER JOSE M DA G / SPVEA
 Tit. ORDEM DE SERVICO N. 33, DE 21-03-1957
 Ass. SPVEA / ORDEM DE SERVICO
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/02031/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. ACKERMANN FRITZ L / SPVEA
 Tit. NOTAS DE VIAGEM PELO EXTREMO NORTE DO BRASIL : TERRITORIO FEDERAL DO A
 Ass. AMAPA / RELATORIO DE VIAGEM
 Fte

CAF/02092/001 L 00/00/0000 001 1954 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BRASIL LEIS ETC / SPVEA
 Tit. REGULAMENTO DA APLICACAO DO FUNDO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA
 Ass. FUNDO DE VALORIZACAO / LEGISLACAO / REGULAMENTO
 Fte

CAF/02095/001 L 00/00/0000 001 1967 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA
 Ass. LEGISLACAO / SUDAM / SPVEA
 Fte

CAF/02104/001 L 00/00/0000 001 1960 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. QUE E VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA (O)
 Ass. SPVEA
 Fte

CAF/02114/001 L 00/00/0000 003 1966 BELEM 198
 Aut. BRASIL LEIS ETC / SPVEA
 Tit. LEGISLACAO
 Ass. AMAZONIA / LEGISLACAO / SUDAM / SPVEA
 Fte

CAF/02139/001 L 00/00/0000 001 1963 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA
 Tit. REGIMENTO DA AGENCIA DA SPVEA NA GUANABARA
 Ass. SPVEA / REGIMENTO INTERNO / GUANABARA
 Fte

CAF/02142/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. SOARES LUIZ A C / SPVEA
 Tit. QUE SABE VOCE DA SPVEA
 Ass. SPVEA
 Fte

CAF/02144/001 L 00/00/0000 001 1963 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA NA DISTRIBUICAO DE SUAS VER
 Ass. ORCAMENTO / SPVEA
 Fte

-4

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

 CAF/02157/001 L 00/00/0000 001 1965 BELEM 198
 Aut. BRASIL LEIS ETC / SPVEA
 Tit. IMPOSTO DE RENDA E O INVESTIMENTO DA AMAZONIA : LEGISLACAO (O)
 Ass. INVESTIMENTO / IMPOSTO DE RENDA / LEGISLACAO
 Fte
 CAF/02168/001 L 00/00/0000 001 1953 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA
 Ass. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / PLANO / SUDAM / CRIACAO
 Fte
 CAF/02171/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BOUHID WALDIR / SPVEA
 Tit. AMAZONIA E DESENVOLVIMENTO
 Ass. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / AMAZONIA
 Fte
 CAF/02174/001 L 00/00/0000 001 1961 BELEM 198
 Aut. ROCHA ADAUCTO / SPVEA
 Tit. TRINOMIO DE RECUPERACAO ECONOMICA DA AMAZONIA : SAUDE EDUCACAO ALIMENT
 Ass. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / SAUDE / EDUCACAO / ALIMENTACAO
 Fte
 CAF/02175/001 L 00/00/0000 001 1964 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. REIS JOSE A DA S / SPVEA
 Tit. POSSIBILIDADES ECONOMICAS DE RONDONIA (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. SITUACAO SOCIAL / RONDONIA
 Fte
 CAF/02179/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. GLERUN BARUCH B / SPVEA
 Tit. INVENTARIO FLORESTAL TOTAL NA REGIAO DO CURUA-UNA
 Ass. FLORESTA / INVENTARIO / CURUA-UNA PA
 Fte
 CAF/02182/001 L 00/00/0000 002 1955 BELEM 198
 Aut. SPVEA
 Tit. PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL
 Ass. PLANO QUINQUENAL / SPVEA / PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 Fte
 CAF/02195/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. PANDOLFO CLARA M / SPVEA
 Tit. RECURSOS FLORESTAIS DA AMAZONIA
 Ass. RECURSOS FLORESTAIS / UTILIZACAO / BORRACHA / CASTANHA DO PARA / MADEI
 Fte

5-

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/02201/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. PANDOLFO CLARA M / SPVEA
 Tit. RECURSOS MINERAIS DA REGIAO AMAZONICA
 Ass. RECURSOS MINERAIS / MINERACAO / MINERAL
 Fte

CAF/02207/001 L 00/00/0000 002 1966 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. ACKERMANN FRITZ L / SPVEA
 Tit. BR-14 : SUAS RELACOES COM A REGIAO BRAGANTINA DO ESTADO DO PARA E A BAC
 Ass. TRANSPORTE / ZONA BRAGANTINA PA / RODOVIA BELEM-BRASILIA / RIO TOCANTI
 Fte

CAF/02208/001 L 00/00/0000 001 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BITTENCOURT AGNELLO / SPVEA
 Tit. NAVEGACAO DO AMAZONAS E PORTOS DA AMAZONIA
 Ass. NAVEGACAO DE CABOTAGEM / PORTO
 Fte

CAF/02211/001 L 00/00/0000 001 1961 BELEM 198
 Aut. ACKERMANN FRITZ L / SPVEA
 Tit. ESTUDOS GEOLOGICOS NO MUNICIPIO DE CAPANEMA
 Ass. GEOLOGIA / CAPANEMA PA
 Fte

CAF/02214/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BASTOS ABGUAR / SPVEA
 Tit. CONQUISTA ACREANA (A) (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. SITUACAO SOCIAL / ACRE
 Fte

CAF/02250/001 L 00/00/0000 001 1958 BELEM 198
 Aut. MALCHER JOSE M DA G / SPVEA
 Tit. TRIBOS DA AREA AMAZONICA
 Ass. INDIO / REGIAO NORTE
 Fte

CAF/02278/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BARRETO ROBERTO M / SPVEA / RODOBRAS
 Tit. AVENTURA ATRAVES DO PROGRESSO
 Ass. RODOVIA BELEM-BRASILIA
 Fte

CAF/02307/001 L 19/05/2010 002 1966 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. GACHOT R / SPVEA
 Tit. DESENVOLVIMENTO FLORESTAL NO VALE DO AMAZONAS: RELATORIO AO GOVERNO DO
 Ass. COMERCIO / MADEIRA / INDUSTRIA / RIO AMAZONAS FLORESTA / AMAZONIA / REL
 Fte

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/02316/001 L 00/00/0000 001 1959 BELEM 198
 Aut. DAY THOMAS H / SPVEA / FAO
 Tit. RELATORIO DO LEVANTAMENTO EXPEDITO DOS SOLOS DA AREA CAETE-MARACASSUME
 Ass. SOLO / LEVANTAMENTO / PARA / MARANHAO
 Fte

CAF/02324/001 L 00/00/0000 001 1959 BELEM 198
 Aut. BASTO AMYNTOR V DO A / SPVEA
 Tit. CONTRIBUICAO AO PLANO DE SAUDE PUBLICA PARA O INTERIOR DA AMAZONIA
 Ass. SAUDE PUBLICA / TESE
 Fte

CAF/02374/001 L 00/00/0000 001 1955 BELEM 198
 Aut. SPVEA / CARNEIRO LUIS R DA S
 Tit. SOLOS DO TERRITORIO FEDERAL DO AMAPA (OS)
 Ass. PEDOLOGIA / SOLO / AMAPA
 Fte

CAF/02383/001 L 00/00/0000 001 1966 BELEM 198
 Aut. LIMA RUBENS R / SPVEA
 Tit. CONTRIBUICAO AO PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA
 Ass. POLITICA ECONOMICA / AGRICULTURA / PLANO DE DESENVOLVIMENTO
 Fte

CAF/02402/001 L 00/00/0000 002 1956 BELEM 198
 Aut. SAKAMOTO TAKAO / SPVEA / FAO / UNESCO
 Tit. TRABALHOS SEDIMENTOLOGICOS, GEOMORFOLOGICOS E PEDOGENETICOS REFERENTES
 Ass. SOLO / LEVANTAMENTO / AMAPA / VARZEA
 Fte

CAF/02410/001 L 00/00/0000 001 1959 BELEM 198
 Aut. BRAUN E H G / SPVEA
 Tit. ESTUDO AGROGEOLOGICO DOS CAMPOS PUCIARI-HUMAITA
 Ass. SOLO / RONDONIA
 Fte 2 EXS.

CAF/02414/001 L 00/00/0000 001 1963 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. SILVA AMILCAR / SPVEA
 Tit. MODERNOS CONCEITOS SOBRE MALARIA
 Ass. MALARIA
 Fte

CAF/02417/001 L 00/00/0000 001 1959 BELEM 198
 Aut. GEOLIDER ENGENHARIA / SPVEA
 Tit. ESTUDO E PROJETO DE IRRIGACAO E DRENAGEM DA FAZENDA SAO SALVADOR
 Ass. IRRIGACAO / DRENAGEM / SOURE PA
 Fte

17 .

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/02587/001 L 00/00/0000 001 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. HEINSDIJK DAMMIS / SPVEA
 Tit. FLORESTA ENTRE OS RIOS TAPAJOS E XINGU
 Ass. FLORESTA / RIO TAPAJOS / RIO XINGU
 Fte

CAF/02588/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. DUBOIS JEAN / SPVEA
 Tit. DESENVOLVIMENTO DE UMA ECONOMIA FLORESTAL NA AMAZONIA : ANALISE FOCALI
 Ass. SILVICULTURA / AMAZONIA / FLORESTA
 Fte

CAF/02594/001 L 00/00/0000 001 1966 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. GLERUM BARUCH / SPVEA / FAO
 Tit. INVENTARIO DE OCORRENCIA DA UCUUBA NA REGIAO DO BAIXO TOCANTINS
 Ass. UCUUBA / RIO TOCANTINS
 Fte

CAF/02647/001 L 00/00/0000 001 1959 BELEM 198
 Aut. MESCHKAT ARNO / SPVEA
 Tit. CONSIDERACOES SOBRE A PESCA NA AMAZONIA
 Ass. PESCA / LAGO ARARI (ILHA DO MARAJO) / AMAPA / RONDONIA / ACRE
 Fte

CAF/02718/001 L 00/00/0000 001 1960 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. MOREIRA EIDORFE / SPVEA
 Tit. AMAZONIA: O CONCEITO E A PAISAGEM (COLECAO ARAUJO LIMA)
 Ass. AMAZONIA / HISTORIA
 Fte

CAF/02722/001 L 00/00/0000 002 1965 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. TOCANTINS LEANDRO / SPVEA
 Tit. AMAZONIA : FUNDAMENTOS DE PAISAGEM, VIDA E HISTORIA (COLECAO ARAUJO LI
 Ass. AMAZONIA / HISTORIA
 Fte

CAF/02748/001 L 00/00/0000 002 1959 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. BOTELHO ANTONIO T / SPVEA
 Tit. CONSIDERACOES SOBRE A INDUSTRIALIZACAO DO PESCADO DA AMAZONIA
 Ass. PEIXES / INDUSTRIALIZACAO / PESCADO
 Fte

CAF/02781/001 L 00/00/0000 001 1961 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. GOUROU PIERRE / SPVEA
 Tit. GEOGRAFIA E AS CIVILIZACOES: AS VERDADEIRAS FONTES DO RIO AMAZONAS (A)
 Ass. GEOGRAFIA FISICA / RIO AMAZONAS
 Fte

18

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/02795/001 L 00/00/0000 001 1962 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. TOCANTINS LEANDRO / SPVEA
 Tit. ACRE, RIO BRANCO E ESPIRITO LUSO
 Ass. ACRE / HISTORIA
 Fte

CAF/02815/001 L 00/00/0000 004 1959 BELEM 198
 Aut. PANDOLFO CLARA M / SPVEA DRN
 Tit. NOTAS SOBRE DEPOSITOS DE EVAPORITOS DA BACIA AMAZONICA; MINERIO DE BAU
 Ass. GEOLOGIA / LEVANTAMENTO / AMAZONAS / MARANHAO / RONDONIA / ACRE / BAUX
 Fte

CAF/02816/001 L 00/00/0000 001 1957 BELEM 198
 Aut. BOUHID WALDIR / SPVEA
 Tit. RESTABELECENDO A VERDADE SOBRE A SPVEA
 Ass. SPVEA
 Fte

CAF/02987/001 L 00/00/0000 001 1961 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. MOREIRA EIDORFE / SPVEA
 Tit. ALFREDO LADISLAU
 Ass. LITERATURA / ALFREDO LADISLAU
 Fte

CAF/03265/001 L 00/00/0000 001 1964 RIO DE JANEIRO 198
 Aut. FREYRE GILBERTO / SPVEA
 Tit. AMAZONIA BRASILEIRA E UMA POSSIVEL LUSOTROPICOLOGIA (A) (COLECAO ARAUJ
 Ass. ANTROPOLOGIA SOCIAL
 Fte

CAF/03469/001 L 00/00/0000 001 1956 AMAPA 198
 Aut. INSTITUTO AGRONOMICO DO NORTE / SPVEA
 Tit. LATERITIC SOIL PROFILE IN THE FEDERAL TERRITORY OF AMAPA BRAZIL (THE)
 Ass. SOLO / CLASSIFICACAO / AMAPA
 Fte

CAF/03494/001 L 00/00/0000 001 1953 BELEM 198
 Aut. GENU NADYR B / SPVEA
 Tit. RELATORIO DA VIAGEM FEITA AS ZONAS FRONTEIRICAS DO NORTE DO BRASIL
 Ass. FRONTEIRA / REGIAO NORTE DO BRASIL
 Fte

CAF/03496/001 L 00/00/0000 001 1954 BELEM 198
 Aut. INSTITUTO AGRONOMICO DO NORTE / SPVEA
 Tit. METODOS EMPREGADOS PARA ANALISE DE SOLOS NO INSTITUTO AGRONOMICO DO NO
 Ass. SOLO / ANALISE
 Fte

19.

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

CAF/03590/001 L 00/00/0000 001 1966 BELEM 198
 Aut. SPVEA / RODOBRAS
 Tit. ENCONTRO DE COORDENACAO DOS ORGANISMOS REGIONAIS 2
 Ass. TRANSPORTE / SAUDE / EDUCACAO / SPVEA
 Fte

CAF/04954/001 L 00/00/0000 001 1958 BELEM 198
 Aut. SPVEA / FREIRE FRANCISCO C
 Tit. COMO AUMENTAR A PRODUCAO DA BORRACHA NOS SERINGAIS NATIVOS
 Ass. SERINGAL / BORRACHA
 Fte

CAF/05967/001 L 00/00/0000 002 1965 BELEM 198
 Aut. SPVEA / CAVALCANTI MARIO DE B
 Tit. RELATORIO SPVEA-RODOBRAS
 Ass. RODOBRAS / SPVEA / RELATORIO DE ATIVIDADE
 Fte

CAF/05969/001 L 01/08/1995 001 1964 BELEM 198
 Aut. CAVALCANTI MARIO DE B / SPVEA
 Tit. RELATORIO SPVEA-RODOBRAS
 Ass. SPVEA / RODOBRAS / POLITICA ADMINISTRATIVA
 Fte

CAF/06841/001 L 04/06/2008 001 1960 RIO DE JANEIRO 200
 Aut. SPVEA / MELO AFRANIO
 Tit. DEZ DIAS NA BELEM-BRASILIA
 Ass. RODOVIA / BELEM-BRASILIA / COLONIZACAO / HIS TORIA / AMAZONIA LEGAL
 Fte

CAF/07282/001 L 08/08/1996 004 1963 BELEM 199
 Aut. SPVEA / MONTEIRO CARLOS A F
 Tit. PLANO DE ACAO ADMINISTRATIVA : MEMORIA JUSTIFICATIVA
 Ass. CLIMATOLOGIA / RECURSOS MINERAIS / PLANTA OLEAGINOSA / PESCA / AGRICUL
 Fte

CAF/07282/002 L 08/08/1996 000 1963 BELEM 199
 Aut. SPVEA / MONTEIRO CARLOS A F
 Tit. PLANO DE ACAO ADMINISTRATIVA : MEMORIA JUSTIFICATIVA
 Ass. INFRA ESTRUTURA REGIONAL
 Fte

CAF/08191/001 L 00/00/0000 001 1954 BELEM 199
 Aut. SPVEA
 Tit. VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA: PROGRAMA DE EMERGENCIA
 Ass. SPVEA
 Fte

20

SUDAM - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
 CI - COORDENACAO DE INFORMATICA PUBLICACAO
 DDB - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E BIBLIOTECA - Por Chave (Alfa, Sequencial e C
 ----- Total Selec. - 158 193 -----
 Alf/Seq/Cpl. Doc. Data Entr. Qtde Ano e Local da Publicacao Ano

 CAF/08289/001 L 13/06/1995 001 1963 SAO LUIS 199
 Aut. PEDREIRA JOSE M M / SPVEA
 Tit. ESTUDO SOBRE A PESCA NO ESTADO DO MARANHAO
 Ass. PESCA / MARANHAO
 Fte
 CAF/08392/001 L 21/11/1995 001 1965 RIO DE JANEIRO 199
 Aut. SPVEA
 Tit. ESTIMULOS FISCAIS PARA INVESTIMENTOS PRIORITARIOS
 Ass. INCENTIVO FISCAL / POLITICA / INVESTIMENTO / SPVEA
 Fte
 CAF/08990/001 L 05/02/1997 001 1956 BELEM 199
 Aut. SPVEA / FAO / UNESCO / MAHADEVA C
 Tit. RELATORIO SOBRE O RECONHECIMENTO GEOLOGICO DAS REGIOES DO RIO MACHADIN
 Ass. GEOLOGIA / RONDONIA / RIO MACHADINHO RR / RIO JACI PARANA RO
 Fte
 CAF/08991/001 L 05/02/1997 001 1956 BELEM 199
 Aut. SPVEA / FAO / UNESCO / ACKERMANN FRITZ L
 Tit. RELATORIO DE PESQUISAS SOBRE UMA SUPOSTA JAZIDA DE CASSITERITE NO RIO
 Ass. GEOLOGIA / JAZIDA MINERAL / CASSITERITA / GUAPORE (EXTINTO) / RIO MACH
 Fte
 CAF/10489/001 L 11/05/1999 001 1960 BELEM 199
 Aut. SPVEA
 Tit. GENERAL INFORMATION : ADMINISTRATIVE DIVISIONS AND MAIN GEOGRAPHICAL C
 Ass. AMAZONIA BRASILEIRA / CLIMA / DOENCA / ANIMAL / GEOGRAFIA
 Fte
 CAI/09041/001 04/03/1997 1955 000
 Aut. SPVEA
 Tit. CRITERIO DO ZONEAMENTO AMAZONICO
 Ass. ZONEAMENTO ECONOMICO
 Fte COP 009 CAF 006 SPVEA : RESENHA INFORMATIVA N3 P4-8 AGO 1955
 T O T A L 158 193